

Manual da Assembleia

Assembleia Geral Ordinária
de 28/04/2026



CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 22.543.331/0001-00

NIRE 53.3.0001645-3

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2026**

SUMÁRIO

CONVITE.....	3
1 ASPECTOS PRELIMINARES	4
2 ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.....	5
2.1 Instalação, Convocação e Ordem do Dia.....	5
2.2 Participação	5
2.2.1 Via Plataforma Digital	5
2.2.2 Via Boletim de Voto a Distância	8
2.3 Documentação e Representação	11
2.4 Abuso do Direito de Voto e Conflito de Interesses	12
3 EDITAL DE CONVOCAÇÃO	14
4 PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	17

ANEXO AO MANUAL

- A. Modelos de Procuração – Pessoa Jurídica e Pessoa Física

CONVITE

Em nome do Conselho de Administração da **CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.** (“**Caixa Seguridade**” ou “**Companhia**”), convido V.Sa. a participar da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (“**AGO**” ou “**Assembleia**”), a ser realizada, em primeira convocação, às 14h00 do dia 28 de abril de 2026, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**RCVM 81**”), e tidas, para fins legais, como realizada na sede da Companhia, localizada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 17º andar, Asa Sul, CEP 70701-050, cidade de Brasília, Distrito Federal, conforme Edital de Convocação, divulgado e integrante neste Manual.

Agradecemos vossa participação, apoio e interesse na Caixa Seguridade.

Brasília, 27 de março de 2026.

HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração

1 ASPECTOS PRELIMINARES

O presente Manual para Participação da AGO (“**Manual**”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sas. acerca das matérias a serem deliberadas, na Assembleia, por acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade.

Assim, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), da RCVM 81 e das disposições do Estatuto Social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à Assembleia.

Para fins de auxílio ao acionista, este Manual também compila e apresenta o Edital de Convocação e a Proposta da Administração. Ressalta-se que, no caso de alteração ou atualização da Proposta da Administração, por qualquer motivo, nos termos autorizados pela RCVM 81, a Proposta constante deste Manual não será atualizada (nem os seus anexos).

Para este fim, recomenda-se que o acionista baseie seu direito de voto no arquivo próprio da Proposta da Administração, conforme disponibilizado nos *websites* da Companhia, CVM e B3.

Todas as informações e documentos necessários à instrução do direito de voto dos acionistas encontram-se disponíveis, nesta data, na sede social da Caixa Seguridade e nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.caixaseguridade.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” ou “**Agente Depositário**”) (www.b3.com.br).

A Companhia elaborou o presente Manual em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer aos seus acionistas sobre as matérias a serem deliberadas, colocando à sua disposição a área de Relações com Investidores para eventuais esclarecimentos que se façam necessários, por meio do *e-mail* ri@caixaseguridade.com.br.

2 ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

2.1 Instalação, Convocação e Ordem do Dia

Para a instalação da Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto) do capital com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A. Caso este quórum não seja alcançado, haverá uma segunda convocação para a Assembleia, em data a ser oportunamente definida.

Computar-se-ão para o quórum de instalação a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Companhia, excluindo-se as mantidas em tesouraria. Serão computadas todas as ações ordinárias em circulação.

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGO será convocada por edital a ser publicado nos dias 02, 06 e 07 de abril de 2026, no jornal Correio Braziliense, sendo também disponibilizado no *website* de Relações com Investidores (www.ri.caixaseguridade.com.br) da Companhia.

A AGO deliberará acerca da seguinte ordem do dia:

- (i) Deliberar sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários da Companhia para o exercício de 2026/2027; e
- (iv) Ratificar a eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro De Barros Neto, ao cargo de membro do Conselho de Administração.

2.2 Participação

Os acionistas poderão participar da AGO, que será realizada sob a forma exclusivamente digital, nos termos da RCV 81, do seguinte modo: (a) via Plataforma Digital da *Ten Meetings* (“**Plataforma Digital**”), nos termos do artigo 28, inciso II, §§ 1º, 2º e 3º, da RCV 81, conforme detalhado abaixo; e/ou (b) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância (“**BVD**”), nos termos do artigo 28, inciso I, da RCV 81, e informações a seguir.

Nos termos da RCV 81, serão considerados presentes à AGO os acionistas cujo BVD tenha sido validado pela Companhia, ou os acionistas que tenham registrado sua presença, na ocorrência da Assembleia, no sistema eletrônico de participação a distância, de acordo com as orientações abaixo.

2.2.1 Via Plataforma Digital

Para fins de participação por meio de Plataforma Digital, os acionistas interessados deverão preencher todos os dados de cadastro no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425> (“**Solicitação de Acesso**”) e anexar todos os documentos necessários à sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **26 de abril de 2026** (“**Prazo de Solicitação**”). Após a aprovação do cadastro pela Companhia (“**Cadastro de Participação**”), o acionista receberá as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital por meio do *e-mail* utilizado para o cadastro.

No caso de procurador/representante, este deverá realizar o cadastro com seus dados no endereço eletrônico acima referido. Após receber *e-mail* de confirmação de Cadastro de Participação, deverá, através do *link* enviado para o *e-mail* informado no cadastro, indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação de representação, nos termos do artigo 126, inciso I, da Lei das S.A. e os mencionados no item 2.3 deste Manual. O procurador receberá *e-mail* individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

O acesso à AGO via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos do presente Manual.

A Solicitação de Acesso deverá ser instruída de cópia simples dos documentos descritos no item 2.3 deste Manual, conforme a natureza do acionista – se pessoa física ou jurídica e se constituído sob a forma de fundo de investimento – e sua representação.

Os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso e os documentos de participação necessários na forma e prazo aqui previstos não estarão aptos a participar e/ou votar na Assembleia via Plataforma Digital.

Verificada a regularidade dos documentos de representação enviados nos termos acima, após a habilitação confirmada pela Companhia, serão encaminhadas para cada acionista (ou seu respectivo procurador ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso), que tenha efetuado o regular Cadastro de Participação, as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital. Tais informações e orientações serão encaminhadas exclusivamente para o endereço de *e-mail* informado no Cadastro de Participação, independentemente do endereço de *e-mail* utilizado pelo acionista (ou seu respectivo procurador ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso) para remeter os documentos e informações para fins de realização de tal cadastro.

Não obstante, a Companhia informa ainda que no dia anterior à realização da AGO, será enviado um lembrete acerca da realização da Assembleia por meio do *e-mail* informado no Cadastro de Participação.

Caso o acionista (ou seu respectivo procurador ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso) não tenha recebido as orientações acima mencionadas, deverá entrar em contato com

a Companhia, por meio do e-mail ri@caixaseguridade.com.br até o dia anterior à data da AGO, para que as orientações lhe sejam reencaminhadas.

Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro de Participação, a Companhia entrará em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil, que permita o envio das informações e orientações para acesso à Plataforma Digital no prazo referido acima.

Nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCV 81, a Companhia esclarece que, caso não seja manifestado interesse pelo acionista (ou seu respectivo procurador ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso) em participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, até o dia **26 de abril de 2026**, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais referidas no parágrafo anterior de forma a atestar a regularidade de representação do acionista, não será possível a participação do acionista na AGO por meio da Plataforma Digital.

A Caixa Seguridade destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso cadastrada, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual.

Os acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da AGO; (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

O acionista participante que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores.

A Companhia também solicita que, no dia da AGO, os acionistas habilitados acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, **30 (trinta) minutos de antecedência** ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os acionistas que a utilizem. Recomenda-se, ainda, que os acionistas habilitados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital a fim de diminuir riscos relativos a problemas de incompatibilidade dos seus equipamentos com a plataforma e outros problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. **O acesso à AGO não será permitido após o início dos trabalhos.**

Em antecipação às informações e orientações de acesso que serão enviadas por e-mail ao acionista devidamente cadastrado, conforme acima descrito, a Companhia solicita que o

acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que o acionista poderá assistir à Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da AGO, que os acionistas respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Caixa Seguridade para a manifestação do respectivo acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia.

No mais, conforme informado acima, considerando o previsto no artigo 28, § 1º, inciso II, da RCM 81, a Companhia realizará a gravação integral da Assembleia, destacando-se, contudo, a vedação de gravação ou transmissão pelos acionistas, ainda que de forma parcial.

No entanto, os acionistas presentes, desde já, autorizam a utilização, pela Caixa Seguridade, de quaisquer informações constantes da gravação da AGO para: (i) registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; (iii) registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas presentes; (iv) cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados e (ii) conexão de acesso à Internet de, no mínimo, 100MB, preferencialmente, por meio de rede *Wi-fi* ou banda larga, evitando possíveis instabilidades de redes móveis, como 4G ou 5G. O acesso deverá ser feito por meio dos navegadores *Google Chrome* ou *Microsoft Edge*. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 11 3176-1340 ou pelo e-mail ri@caixaseguridade.com.br.

A Caixa Seguridade esclarece que não é, e não será, responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital.

Por fim, nos termos do artigo 47, *caput*, incisos II e III, da RCM 81, considerando se tratar de AGO realizada de modo exclusivamente digital, será considerado como presente na Assembleia o acionista: (i) cujo BVD tenha sido considerado válido pela Caixa Seguridade; ou (ii) que tenha registrado sua presença na Plataforma Digital.

2.2.2 Via Boletim de Voto a Distância

Nos termos da RCM 81, a Caixa Seguridade viabiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia mediante o preenchimento e a entrega do BVD, disponibilizado pela Companhia, nesta data, no seu *website* de Relações com Investidores (www.ri.caixaseguridade.com.br), bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do BVD, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) Transmitir as instruções de preenchimento a qualquer um dos Agentes (conforme abaixo indicados); ou
- (ii) Preencher e enviar o BVD diretamente à Companhia nos termos do artigo 27, § 7º da RCVM 81, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico da Plataforma Digital, através do endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425>, conforme orientações abaixo, de modo que não serão aceitas instruções de voto enviadas à Companhia por meio de correio postal ou *e-mail*.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio dos Agentes deverá (1) transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia (“**Agente de Custódia**”), Agente Depositário ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, o Banco Bradesco S.A. (“**Bradesco**” ou “**Agente Escriturador**”, e, em conjunto com o Agente Depositário e Agente de Custódia, “**Agentes**”), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (2) observar eventuais regras determinadas pelos Agentes.

Caso o acionista escolha transmitir suas instruções de voto por meio do seu Agente de Custódia, deverá observar as regras adotadas pelo seu subcustodiante, o qual deverá encaminhar as suas manifestações de voto à central depositária da B3. Os acionistas devem entrar em contato com seu respectivo Agente de Custódia, Agente Depositário ou Agente Escriturador para verificarem os procedimentos a serem adotados.

A instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários é o Bradesco, sob os cuidados de “*Bradesco Custódia e Serviços Financeiros*”, com endereço na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, CEP 06029-900, na cidade de Osasco/SP.

Cumpre salientar que, especificamente para os acionistas custodiados nos livros escriturais, o exercício de voto a distância estará restrito à rede de agências do Bradesco, de modo que não serão aceitas instruções de voto enviadas ao Agente Escriturador por e-mail ou por correspondência.

Para esclarecimento de dúvidas, o telefone do Bradesco destinado aos acionistas é 0800-701-1616, sendo o horário de atendimento realizado exclusivamente em dias úteis, das 9h às 18h.

Caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância mediante a transmissão de sua instrução de voto diretamente à B3, na qualidade de depositária central, poderá manifestar seu voto diretamente no sistema eletrônico a distância disponibilizado pela B3, pelo portal Área do Investidor, de acordo com os prazos e os procedimentos operacionais estipulados pelo Agente Depositário.

Para o acionista que optar enviar o BVD diretamente à Companhia, deve-se observar que: (i) deverá ser realizado o cadastro completo no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425> (“**Solicitação de Acesso**”); (ii) todos os

documentos necessários à habilitação para voto na AGO estejam anexados; (iii) todos os campos estejam devidamente preenchidos, conforme aplicável; e (iv) ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es), conforme o caso, deverá(ão) realizar a confirmação dos votos no âmbito da própria Plataforma Digital.

Será admitido o BVD que: (i) for recebido pelos Agentes e/ou pela Companhia **no prazo de até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia**; (ii) observe os requisitos de validade e, conforme aplicável; e (iii) venha instruído com a documentação pertinente.

No caso de entrega do BVD diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, esta comunicará o acionista, em até 3 (três) dias, (i) a respeito do recebimento do referido BVD; (ii) se o BVD e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que os votos sejam considerados válidos; ou (iii) acerca da necessidade de retificação ou reenvio do BVD ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância, sendo certo que eventual retificação ou reenvio deverá ser feita em até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **24 de abril de 2026 (inclusive)**. Tendo em vista as obrigações da Companhia em publicação dos mapas de votação, e os prazos indicados pela RCM 81, recomenda-se que, no caso de votação por meio de BVD enviado diretamente à Companhia, o envio seja feito com antecedência tendo em vista eventual necessidade de regularização, nos termos acima indicados. **A Companhia informa, desde já, que BVDs encaminhados de forma incompleta poderão deixar de ser computados caso não haja prazo hábil para sua regularização.**

Conforme previsto no artigo 28, § 2º, inciso II, da RCM 81, serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante a Assembleia via Plataforma Digital.

A Companhia esclarece que, nos termos dos artigos 44, § 1º, e artigo 46-C da RCM 81, também serão desconsideradas as instruções de voto que sejam conflitantes em relação a uma mesma deliberação quando enviadas para diferentes Agentes por um mesmo acionista, considerando o número de inscrição no CPF ou CNPJ para sua identificação.

Ainda, conforme o artigo 48, § 2º, da RCM 81, caso haja divergências entre o BVD recebido diretamente pela Companhia, ou pelo Agente Depositário, e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do Agente Escriturador para um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto proveniente do Agente Escriturador prevalecerá.

Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na RCM 81, bem como as demais orientações no próprio BVD.

No mais, a Companhia esclarece que as orientações fornecidas neste Manual, assim como aquelas constantes do próprio BVD, visam auxiliar os acionistas no preenchimento deste último. Ao escolher tal modalidade de participação, o acionista é exclusiva e inteiramente responsável pelo seu correto preenchimento, independentemente da forma como o tenha acessado, seja direta ou indiretamente.

2.3 Documentação e Representação

Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores.

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar os seguintes documentos:

- (i) Documentos de identificação e, caso aplicável, comprobatório de poderes; e
- (ii) Instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no § 1º do artigo 126 da Lei das S.A.

Para fins de apresentação de documento de identificação e/ou comprobatório de poderes válido, considera-se:

- (i) para Pessoa Física: documento de identificação, com foto, e CPF do acionista/procurador.
- (ii) para Pessoa Jurídica:
 - (a) documento de identificação, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) do acionista/procurador; e
 - (b) cópia simples do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração).
- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento:
 - (a) documento de identificação, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor do Fundo de Investimento, observada a política de voto do fundo, ou do procurador, se for o caso;
 - (b) cópia simples do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e
 - (c) caso o representante ou o procurador seja Pessoa Jurídica, os mesmos documentos referidos no item “ii” acima a ele relativos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

No caso de procuradores será necessário apresentar o instrumento de mandato, com a documentação do respectivo procurador.

As procurações, nos termos do § 1º, do artigo 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia; (ii) ser advogado; ou (iii) ser instituição financeira.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas Pessoas Jurídicas poderão ser representados na Assembleia por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das S.A., a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia, instituição financeira ou advogado.

Para auxiliar os acionistas que decidirem participar da Assembleia por meio de procuradores, apresentamos no **Anexo A** deste Manual os modelos de procuração.

A Caixa Seguridade esclarece que dispensará a necessidade de depósito na sede da Companhia das vias físicas dos documentos supracitados de representação dos acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, e o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, por meio do sistema da Plataforma Digital. Os documentos em língua estrangeira, exceto os em idioma inglês, precisarão ser traduzidos por tradutor juramentado. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil.

2.4 Abuso do Direito de Voto e Conflito de Interesses

Nos termos do artigo 115 da Lei das S.A., o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da Caixa Seguridade. Considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Caixa Seguridade ou para outros acionistas.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável. O acionista responderá pelos danos causados, mesmo que seu voto não haja prevalecido, e será obrigado a transferir para a Caixa Seguridade as vantagens que tiver auferido.

Da mesma forma, a Caixa Econômica Federal (“**Controladora**”) deve usar o poder com o fim de fazer com que a Caixa Seguridade realize o seu objetivo e cumprir sua função social. Além disso, a Controladora tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da Companhia, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender, conforme artigo 116, parágrafo único, da Lei das S.A.

Na ocorrência de notícia sobre a existência de conflito de interesses de acionista, impeditivo de seu voto na Assembleia, ou mesmo sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto, o presidente ou o secretário da mesa deverão suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação antes de colocar a matéria em votação, respeitado o direito à manifestação contrária do acionista em questão.

Constatado possível impedimento de voto e solicitados esclarecimentos, caso o acionista em questão não se abstenha de votar na matéria, é entendimento da CVM que o presidente da mesa poderá declarar sua existência apenas nas situações em que o impedimento seja inequívoco, sem prejuízo de eventual anulabilidade do voto proferido em outras situações.

3 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Caixa Seguridade Participações S.A. (“**Caixa Seguridade**” ou “**Companhia**”) a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**” ou “**Assembleia**”) a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2026, às 14h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**RCVM 81**”), e ser tida como realizada, para os fins legais, na sede social da Caixa Seguridade na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 17º andar, Asa Norte, CEP: 70701-050, com a seguinte ordem do dia:

- (i) Deliberar sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários da Companhia para o exercício de 2026/2027; e
- (iv) Ratificar a eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro De Barros Neto, ao cargo de membro do Conselho de Administração.

Informações Gerais:

1. Documentos à disposição dos acionistas. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto, incluindo a Proposta da Administração e os estabelecidos no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.caixaseguridade.com.br), bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) (“**B3**”), conforme previsto na Lei das S.A., e na RCVM 81.

2. Modo de realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 4º, da RCVM 81, a Companhia informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por entender ser esta a alternativa mais eficiente para, considerando a dispersão da base acionária da Companhia: (i) favorecer a participação dos acionistas, uma vez que permite a sua presença na Assembleia de qualquer localidade do Brasil ou do exterior; (ii) reduzir custos da Companhia e de seus acionistas na realização e participação na Assembleia; e (iii) promover maior transparência e segurança no curso da Assembleia, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e conforme o princípio de tratamento isonômico entre os acionistas.

3. Participação dos acionistas na AGO. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista poderá se dar:

- (a) Via Plataforma *Ten Meetings* (“**Plataforma Digital**”), nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º, da RCVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGO, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na AGO; ou
- (b) Por meio de envio de boletim de voto a distância (“**BVD**”), conforme abaixo indicado.

4. Participação por Plataforma Digital. Para fins de participação por meio da Plataforma Digital *Ten Meetings*, os acionistas interessados deverão preencher todos os dados de cadastro no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425> (“**Solicitação de Acesso**”) e anexar todos os documentos necessários à sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, ou seja, até o dia 26 de abril de 2026, **ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81.**

Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGO, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam do Manual para Participação na Assembleia, o qual pode ser acessado nos *websites* da Caixa Seguridade e da CVM.

5. Participação via BVD. Nos termos da RCVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem BVD, conforme modelo disponibilizado no *website* da Caixa Seguridade, (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia; (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Bradesco S.A.; (iii) via B3, na qualidade de depositário central das ações de emissão da Companhia; ou (iv) diretamente à Caixa Seguridade por meio do sistema eletrônico da Plataforma Digital, através do endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425>. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na RCVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do próprio boletim de voto.

6. Documentos e Representação. Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, seja por si ou por seus representantes legais ou procuradores. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar os seguintes documentos: (a) documento de identificação e, conforme aplicável, documento comprobatório de poderes; e, se for o caso, (b) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das S.A.

As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação do acionista na Assembleia constam do Manual para Participação na Assembleia.

A documentação relativa à proposta a ser apreciada (Proposta da Administração) está igualmente disponível nos *websites* da CVM e de Relações com Investidores da Caixa Seguridade.

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo canal ri@caixaseguridade.com.br.

Brasília, 27 de março de 2026.

HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração

4 PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2026

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. (**“Caixa Seguridade”** ou **“Companhia”**) submete à apreciação de seus acionistas as matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (**“AGO”** ou **“Assembleia”**) a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2026, às 14h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do Edital de Convocação e do Manual para Participação na Assembleia.

1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (**“AGO”** ou **“Assembleia”**)

Nos termos do artigo 132 da Lei das S.A., anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, faz-se necessário promover a realização de Assembleia Geral Ordinária.

Nesse aspecto, seguem os esclarecimentos da Administração sobre cada um dos itens a serem deliberados na AGO:

1.1. **Deliberar sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025**

Tendo em vista a manifestação favorável do Conselho de Administração da Caixa Seguridade, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2026, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos Comentários dos Diretores, Relatório do Auditor Independente e Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (**“DFP”**).

O Conselho Fiscal opinou favoravelmente, em 26 de fevereiro de 2026, pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em AGO.

Todos os referidos documentos foram enviados à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e disponibilizados pela Companhia em sua sede social e em seu *website* de Relações com Investidores (www.ri.caixaseguridade.com.br), sendo o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, Relatório do Auditor Independente, Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria e Parecer do Conselho Fiscal publicados, de forma resumida, em versão impressa do jornal Correio Braziliense, na edição nº 23.001 de 13 de março de 2026, páginas 19 a 24, e, de forma completa, no *website* do referido jornal (www.correiobraziliense.com.br/publicidade-legal).

No **Anexo I** desta Proposta, apresentamos: o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Caixa Seguridade, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, Relatório do Auditor Independente, Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria e Parecer do Conselho Fiscal.

O **Anexo II** desta Proposta contém os Comentários dos Diretores da Companhia nos termos do item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”) – Formulário de Referência.

Sendo assim, com base nos documentos e informações disponibilizadas, a Administração da Caixa Seguridade propõe a aprovação integral das contas dos Administradores e das Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, da opinião do Conselho Fiscal e da opinião do Comitê de Auditoria, sem qualquer ressalva.

1.2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Consoante às disposições da Lei das S.A., da RCVM 81, e do Estatuto Social da Companhia, a Administração apresenta à deliberação desta Assembleia, a destinação do Lucro Líquido, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, a qual está assim representada:

	(Valores em R\$)
Resultado do Exercício	4.291.560.084,13
Reserva Legal	184.416.874,65
Remuneração Paga aos Acionistas*	2.940.000.000,00
- Juros Sobre Capital Próprio	-
- Dividendos Intercalares	1.890.000.000,00
-Dividendos Intercalares (imputados aos dividendos mínimos obrigatórios)	1.050.000.000,00
Utilização da Reserva p/ Equalização dos Dividendos	-
Reserva de Lucros a Realizar	-
- De Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	-
Reserva Estatutária	1.167.143.209,48

* A presente proposta de destinação de resultados contempla a distribuição de dividendos intercalares, em montante equivalente a R\$ 2.940.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta milhões de reais). Adicionalmente, em observância ao disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976, e considerando a extrapolação do limite legal das reservas de lucros, destaca-se a submissão ao

Conselho de Administração de proposta complementar de distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais), à conta do saldo de reservas estatutárias constituídas em exercícios anteriores. Tal valor, somado às parcelas de dividendos intercalares deliberadas em 2025, perfaz um montante total de distribuição de dividendos de R\$ 3.930.000.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta milhões de reais), equivalente a 91,6% do resultado do exercício social de 2025.

As informações adicionais acerca dessa matéria encontram-se detalhadas no **Anexo III** desta Proposta, nos termos do Anexo A da RCVM 81.

1.3. Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários da Companhia para o exercício de 2026/2027

Nos termos do artigo 9º, inciso V, do Estatuto Social da Caixa Seguridade, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração anual dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, global ou individual, observadas as disposições da Lei das S.A., da Lei nº 13.303, e seu decreto regulamentador, do Estatuto Social da Companhia e das demais normas aplicáveis.

Nesse sentido, o artigo 27, § 2º, do Decreto nº 8.945, dispõe que o voto da Controladora na AGO para fixar a remuneração dos Administradores das empresas estatais federais observará as orientações da SEST.

Com base nas diretrizes e parâmetros da Controladora, seguindo a orientação geral da SEST, consignada no Ofício Circular SEI nº 15/2026/MGI e nº 663/2026/MGI, propõe-se a Remuneração Global dos Dirigentes da Caixa Seguridade (“RGD”) - Administradores, membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - para o período de 1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027, conforme detalhado a seguir:

RUBRICA	RGD 2025/2026 (em R\$)	RGD 2026/2027 (em R\$)
Honorário Fixo	2.767.234,80	2.885.119,00
Gratificação Natalina	230.602,90	240.426,58
Gratificação Férias	76.867,63	80.142,19
Benefício Alimentação	85.148,64	107.479,68
Auxílio Moradia	238.634,88	248.800,80
Auxílio Creche	60.898,32	36.281,28
Auxílio Remoção	461.205,80	480.853,17
Plano de Saúde	63.601,44	66.311,04
Seguro de Vida	23.046,80	24.028,60
Previdência Complementar	300.789,12	344.363,24
Quarentena	1.383.617,40	1.442.559,50
RVA - Parcela à Vista ¹	1.383.617,40	1.442.559,50
RVA - 1ª Parcela Diferida ²	479.970,50	468.691,34
RVA - 2ª Parcela Diferida ²	580.959,99	568.001,50

RVA - 3ª Parcela Diferida ²	539.333,95	660.711,34
I - TOTAL DA DIRETORIA	8.675.529,57	9.096.328,78
Honorário CA	524.621,60	546.970,48
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	524.621,60	546.970,48
III - TOTAL DOS ADMINISTRADORES (I+II)	9.200.151,17	9.643.299,25
Honorário CF	224.837,83	234.415,92
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL	224.837,83	234.415,92
Presidente CoAud	299.783,77	312.554,56
Membros CoAud	674.513,48	703.247,76
Quarentena Presidente	149.891,89	156.277,28
Quarentena Membros	337.256,74	351.623,88
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA	1.461.445,88	1.523.703,47
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - CELEG (membro externo)	179.870,26	187.532,74
VI - TOTAL COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO	179.870,26	187.532,74
VII - TOTAL GERAL	11.066.305,14	11.588.951,38

Obs.: A SEST orienta não incluir na proposta de RGD os valores de INSS e FGTS, conforme disposto no Ofício Circular SEI nº 364/2022.

¹ RVD parcela à vista - referente ao exercício 2026;

² RVD parcelas diferidas - referentes aos exercícios 2023, 2024 e 2025, respectivamente.

A Administração da Companhia aprova o pagamento efetivo mensal individual aos administradores e demais membros estatutários remunerados conforme as diretrizes fornecidas pela CAIXA e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais nos termos do Ofício Circular SEI nº 663/2026/MGI.

A Administração da Companhia se reserva no direito de alterar esta Proposta caso a Companhia receba novas orientações da SEST ou da CAIXA antes da data prevista para ocorrência da Assembleia, tendo em vista que tal orientação norteará o voto da Controladora.

Por fim, as informações complementares acerca do item da presente Proposta encontram-se no **Anexo IV** desta Proposta, na forma do item 8 do Anexo C da RCVM 80 – Formulário de Referência.

1.4. Ratificar a eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro De Barros Neto, ao cargo de membro do Conselho de Administração

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 15 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração, recebeu a indicação da Controladora do seguinte membro para uma das cadeiras vagas de sua composição:

- **Luiz Francisco Monteiro De Barros Neto**, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade n.º 1.203.038, SSP/DF, inscrito no CPF sob nº703.347.227-72, com escritório na sede da empresa, na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 16º e 17º andar, Asa Norte, CEP 70701-050.

Nos termos do Extrato da Ata nº 239 da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 16 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia designou o novo membro para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., devendo tal designação ser submetida à deliberação assemblear para ratificação da permanência do indicado no cargo.

Se ratificada a sua permanência no cargo, o referido membro cumprirá mandato até a Assembleia Geral Ordinária que venha a deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, ocupando uma das cadeiras destinadas à Controladora, na forma do artigo 21, § 1º, inciso III, do Estatuto Social da Companhia.

Por esta razão, a Administração apresenta a pauta de ratificação da designação do referido membro para apreciação em AGO.

A Administração informa que o perfil do referido membro designado já foi avaliado pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, que opinou pela sua elegibilidade.

Para fins de cumprimento ao artigo 11 da RCV 81, as informações do Formulário de Referência acerca do candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração, nos termos deste item 1.4, encontra-se no **Anexo V** desta Proposta.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Brasília, 27 de março de 2026.

Cordialmente,

HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE, RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE
AUDITORIA E PARECER DO CONSELHO FISCAL**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício **2025**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício **2025**

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade" ou "Companhia"), relativo ao exercício de 2025, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do seu Estatuto Social, acompanhado de Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e respectivas Notas Explicativas.

Elaboramos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

1. Ambiente Macroeconômico

No cenário internacional tensões comerciais entre grandes economias seguem sem solução definitiva. Nos Estados Unidos, a economia mostrou resiliência ao longo de 2025, ainda que os dados mais recentes indiquem desaceleração da atividade. A inflação permanece acima da meta, influenciada parcialmente pelos efeitos das tarifas. Nesse contexto, o Federal Reserve promoveu cortes graduais na taxa básica, encerrando 2025 no intervalo de 3,50% a 3,75% a.a., mesmo patamar mantido na reunião de janeiro de 2026. O movimento refletiu a preocupação com a desaceleração do mercado de trabalho, apesar da inflação ainda elevada.

Na Europa, a atividade econômica tem surpreendido positivamente, sustentada pela resiliência da demanda doméstica, especialmente do investimento, em um ambiente de juros mais baixos e estímulos fiscais. Já na China, o redirecionamento bem-sucedido das exportações para outros mercados, em virtude das barreiras comerciais, contrabalanceou a fraqueza da demanda doméstica.

No Brasil, o desempenho econômico em 2025 foi marcado por maior expansão do produto interno no início do ano, impulsionado principalmente pela agropecuária e pelo setor de serviços, seguida por desaceleração ao longo dos trimestres subsequentes. No terceiro trimestre, o PIB cresceu próximo da estabilidade, refletindo o impacto da política monetária restritiva sobre os componentes mais sensíveis aos juros, especialmente o consumo das famílias. Apesar da perda de fôlego da atividade, o mercado de trabalho segue resiliente. A expectativa de mercado¹ é de crescimento do PIB de 1,80 % a.a. para 2026.

No campo fiscal, o resultado de dezembro de 2025 para o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 55,0 bilhões em 12 meses, o que representa 0,43% do PIB. Já a Dívida Bruta do Governo Geral alcançou cerca de 78,7% do PIB em dezembro. A projeção¹ do resultado primário para 2026 é de um déficit de 0,53% do PIB.

No campo inflacionário, os indicadores recentes mostram evolução mais favorável do que a observada no início do ano. A inflação em 12 meses medida pelo IPCA encerrou o ano de 2025 em 4,26%, ligeiramente abaixo do teto da meta (4,50%). A expectativa¹ de mercado é de inflação de 3,99% a.a. para 2026.

Diante desse quadro, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 15,00% a.a. na reunião de janeiro deste ano e afirmou que “Em ambiente de inflação menor e transmissão da política monetária mais evidentes, a estratégia envolve calibração do nível de juros” e avaliou que, caso o cenário esperado pelo Comitê se confirme, iniciará a flexibilização da política monetária na reunião marcada para março.” O mercado¹

¹ Projeções de acordo com a pesquisa Focus referente a 30/01/2026.

projeta uma redução da meta da taxa Selic para 14,50% ao ano na reunião de março do Copom, com expectativa de que atinja 12,25% ao final de 2026 na reunião agendada para dezembro.

Em relação à arrecadação do mercado segurador (à exceção de saúde suplementar), com base nas informações disponíveis na CNseg, o valor total arrecadado pelo setor alcançou R\$ 346,3 bilhões no acumulado até outubro de 2025, registrando redução de 4,1% na comparação com o mesmo período de 2024, influenciado principalmente pela queda de desempenho em previdência.

O setor de Danos e Responsabilidades alcançou R\$ 119,0 bilhões, crescimento de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se os ramos automóvel (R\$ 50,7 bilhões) e patrimonial (R\$ 26,1 bilhões), com crescimento respectivo de 6,5% e 13,0% em relação ao mesmo período de 2024. O setor de Seguros de Pessoas arrecadou R\$ 65,5 bilhões, o que representa uma elevação de 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Destaque para o ramo Vida, o qual arrecadou R\$ 31,6 bilhões, com aumento de 12,1%. No setor de previdência, a contribuição acumulada até outubro de 2025 foi de R\$ 133,1 bilhões, queda de 18,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

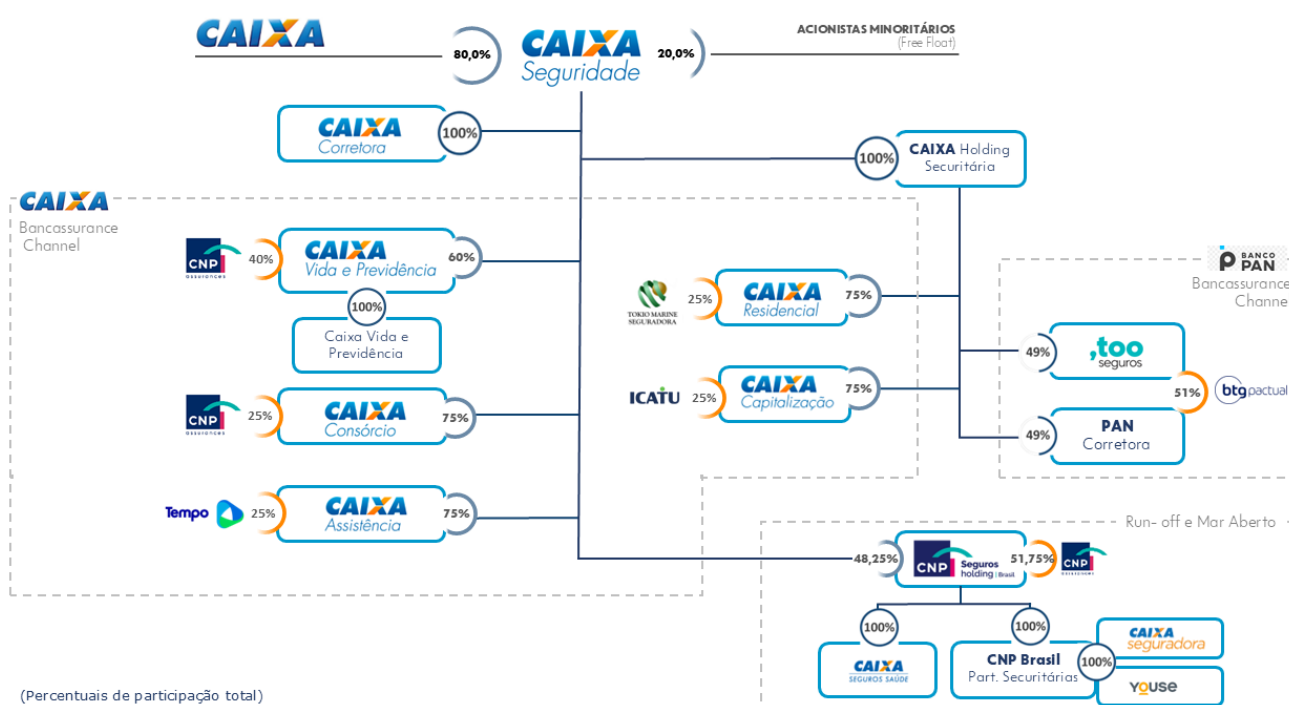
2. Descrição e Estrutura dos Negócios

A CAIXA Seguridade foi criada com o objetivo de agrupar as participações da Caixa Econômica Federal ("CAIXA") nas atividades ligadas ao ramo de seguridade, aqui entendidas como os negócios de risco, que incluem seguros, planos e seguros de saúde, planos e seguros odontológicos e assistência, os de acumulação, que contemplam operações de previdência aberta, capitalização e consórcios, e os de distribuição, compostas pelas remunerações recebidas pelo acesso à rede de distribuição CAIXA, corretagem de seguros e comissões de demais produtos de seguridade. A Companhia possui o direito outorgado pela CAIXA, de explorar sua rede de distribuição, sua base de clientes e sua marca.

Assim, nosso resultado se origina de receitas de equivalência patrimonial, apuradas a partir do resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, de receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca CAIXA e de receitas de corretagem.

Estrutura Societária

A CAIXA Seguridade possui participação direta de 100% no capital social na Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. ("CAIXA Corretora"), de 75% na XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Caixa Consórcio") e na XS6 Assistência S.A. ("Caixa Assistência"), além de 60% na Holding XS1 S.A. ("Caixa Vida e Previdência"), 48,25% na empresa CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("CNP Seguros") e participação indireta, por meio da Caixa Holding Securitária, de 75% na XS3 Seguros S.A. ("Caixa Residencial"), na XS4 Capitalização S.A. ("Caixa Capitalização"), 49% na Too Seguros e na Pan Corretora. Listamos abaixo as suas respectivas participações:



a. Caixa Corretora

A Caixa Corretora é subsidiária integral da CAIXA Seguridade e tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; (ii) a assessoria e consultoria no ramo de seguros e; (iii) a corretagem e administração de seguros, em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, planos de previdência complementar aberta, títulos de capitalização, cotas de consórcios, serviços assistenciais, planos de saúde e odontológicos, bem como sobre contratos quaisquer distribuídos ou comercializados na rede de distribuição da CAIXA ou extra rede de distribuição da CAIXA.

b. Caixa Holding

A Caixa Holding Securitária S.A. é subsidiária integral da CAIXA Seguridade e possui participações na Caixa Residencial e na Caixa Capitalização, empresas com acesso ao *bancassurance* CAIXA, além de participações na Too Seguros e na Pan Corretora, empresas que atuam no *bancassurance* do Banco Pan.

- A Caixa Residencial, regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre a Caixa Holding Securitária S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A. em 04 de janeiro de 2021, tem por objeto social a distribuição, a divulgação, oferta, a venda e o pós-venda de produtos de seguros habitacional e residencial desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela empresa. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital social da XS3 é de 75%.
- A Caixa Capitalização, por sua vez, é regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre Caixa Holding Securitária S.A. e Icatu Seguridade S.A. em 30 de março de 2021, e tem por objeto social a distribuição, divulgação, oferta, venda e pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela empresa. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital social da XS4 é de 75%.
- A Too Seguros possui participação do Grupo CAIXA Seguridade desde 19 de junho de 2015, explora os segmentos de seguros de pessoas (físicas e jurídicas), prestamista, habitacional, danos pessoais e em seguros de danos. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital da Too Seguros é de 49%, em sociedade com o BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.
- A empresa Pan Corretora de Seguros Ltda. tem como objeto social a administração, orientação e corretagem de planos previdenciários e de seguros dos ramos elementares e de vida e possui participação do Grupo CAIXA Seguridade desde 29 de dezembro de 2014. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital da PAN Corretora é de 49%, em sociedade com o BTG Pactual Holding Participações S.A.

c. Caixa Vida e Previdência

A Caixa Vida e Previdência é uma parceria firmada junto ao grupo francês CNP Assurances ("CNP"), que atua nos ramos de Vida, Prestamista e Previdência complementar no *bancassurance* CAIXA, tendo iniciado suas atividades a partir do ano 2000. A participação indireta da CAIXA Seguridade é de 60% do capital social.

d. Caixa Consórcio e Caixa Assistência

A Caixa Consórcio, com atuação no *bancassurance* CAIXA, é regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre a CAIXA Seguridade e CNP Assurances Participações Ltda em 30 de março de 2021, e tem como objeto social a administração de grupos de consórcios na forma da legislação em vigor. A participação da CAIXA Seguridade no capital social da Caixa Consórcio é de 75%.

A Caixa Assistência, regida pelo Acordo de Acionistas celebrado entre a CAIXA Seguridade e USS Soluções Gerenciadas S.A. ("Tempo Assist"), em 04 de janeiro de 2021, tem como objeto social: a distribuição, divulgação, oferta, a comercialização, venda e pós venda em canais de distribuição, físicos, remotos ou virtuais, da CAIXA de produtos de serviços de assistência, caracterizado como atividade prestada em relação a pessoas, automóveis ou residências por meio da rede de prestadores de serviços credenciados, em caráter emergencial ou não emergencial, de forma vinculada ou não vinculada a produtos de seguro, previdência complementar, capitalização ou consórcio, sem contrapartida pecuniária para o cliente, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela empresa. A participação da CAIXA Seguridade no capital social da Caixa Assistência é de 75%.

e. CNP Seguros

A empresa é resultante da parceria firmada junto à CNP, que detém 51,75% do capital. Suas empresas operacionais atuam em diferentes ramos de seguridade, de acordo com sua especialização, no mercado em geral (fora do *bancassurance* CAIXA, desde 2021):

- A Caixa Seguradora S.A. ("Caixa Seguradora") iniciou suas atividades em 22 de janeiro de 1973 e atua na exploração de seguros elementares e de vida. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital da Caixa Seguradora é de 48,25%.
- A Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A. ("Caixa Seguros Saúde") iniciou suas atividades em 31 de janeiro de 2011 e atua com o *run-off* de seguro saúde. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital da Caixa Seguros Saúde é de 48,25%.
- A Youse Seguradora S.A. ("Youse") foi constituída em 20 de maio de 2016 e tem como objetivo a comercialização de seguros em plataforma digital. A participação indireta da CAIXA Seguridade no capital da Youse é de 48,25%.

3. Destaques do Período

Em 2025, a CAIXA Seguridade apresentou lucro líquido contábil de R\$ 4.291,6 milhões, maior resultado histórico da Companhia, crescimento de 14,0% em relação à 2024.

Desde 2023, os resultados da CAIXA Seguridade passaram a ser divulgados de acordo com a norma contábil CPC 50 – Contratos de Seguros (IFRS 17), em substituição ao CPC 11 – Contratos de Seguros (IFRS 4). Vale observar que a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e a Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") ainda não adotaram a nova norma, de modo que, para as entidades reguladas por estas autarquias, ainda estão vigentes as disposições do CPC 11. Dessa forma, a Companhia continuará divulgando em seus resultados, de forma complementar, o acompanhamento gerencial, não auditado, com base no padrão contábil adotado até 2022, mantendo a comparabilidade com o desempenho reportado nos últimos anos.

Nesse contexto, a CAIXA Seguridade encerrou 2025 com um Lucro Líquido Gerencial de R\$ 4.315,9 milhões, equivalente a um crescimento de 14,9% em relação ao auferido em 2024. O desempenho reflete a eficiência na execução estratégica e a maturidade do modelo operacional da Companhia, além da solidez de sua estrutura de parcerias — que segue ampliando a capacidade de oferta, fortalecendo canais e contribuindo de forma decisiva para a expansão sustentável do negócio.

DRE Consolidada (R\$ milhões)	2025	2024	Δ%
Receitas Operacionais	5.737,3	5.013,4	14,4%
Resultado de Inv. em Part. Societárias	3.279,9	2.683,3	22,2%
Novas Parcerias	2.587,5	1.973,8	31,1%
Run-off	692,4	709,5	-2,4%
Receitas com Comissionamento	2.457,4	2.330,0	5,5%
Acesso à Rede de Dist./Uso da Marca	202,8	208,8	-2,9%
Corretagem/Interm. de Prod. de Seguridade	2.254,6	2.121,2	6,3%
Custos dos Serviços Prestados	-618,5	-460,4	34,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-471,2	-329,9	42,8%
Despesas administrativas	-149,4	-126,6	18,0%
Despesas tributárias	-309,4	-297,7	3,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-12,3	94,4	-
Resultado Operacional	4.647,6	4.223,0	10,1%
Resultado Financeiro	182,2	113,5	60,5%
Receitas Financeiras	193,1	172,2	12,1%
Despesas Financeiras	-10,9	-58,7	-81,4%
Result. Antes de Impostos e Particip.	4.829,8	4.336,5	11,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-538,2	-571,3	-5,8%
Lucro Líquido Contábil	4.291,6	3.765,2	14,0%
Ajuste de conversão às normas internacionais (IFRS17)	+24,3	-8,4	-
Lucro Líquido Gerencial	4.315,9	3.756,8	14,9%

Com um montante de R\$ 5.737,3 milhões em receitas operacionais acumuladas no ano, a CAIXA Seguridade encerra 2025 com seu melhor desempenho histórico, um crescimento de 14,4% em relação ao resultado de 2024. A maior parte da receita – 57,2% – é proveniente do resultado de investimentos em participações societárias (MEP), que apresentou expansão de 22,2% entre o acumulado de 2025 e 2024, com crescimento em todas as participações estratégicas: Caixa Vida e Previdência (+25,1%), Caixa Residencial (+37,6%), Caixa Consórcio (+52,9%), Caixa Capitalização (+31,1%) e Caixa Assistência (+59,9%).

Ainda sobre as receitas operacionais, as receitas de comissionamento totalizaram R\$ 2.457,4 milhões, correspondendo a 42,8% do montante e registrando crescimento de 5,5% no acumulado de 2025 em relação a 2024. No ano, destacam-se as contribuições provenientes de Consórcio (+40,3%), Capitalização (+26,1%), além dos ramos de seguro Habitacional (+22,1%), Residencial (+27,7%) e de Assistência (+44,1%).

Os Custos dos Serviços Prestados apresentaram crescimento de 34,3% entre 2025 e 2024. Essa linha contempla as remunerações vinculadas à premiação de empregados, à rede parceira e ao uso da rede de distribuição da CAIXA, refletindo o desempenho comercial do mix de produtos — especialmente o aumento nas vendas de cartas de consórcio, produto de acumulação que possui maiores custos atrelados, tanto para o fee de premiação de empregados quanto para o fee de serviço CAIXA, e que representou 70,1% do total dos custos em 2025.

A linha totalizadora de Outras Receitas / Despesas Operacionais apresentou crescimento de 42,8% no acumulado de 2025 em relação à 2024. O resultado foi influenciado pela base de comparação, que inclui o recebimento do *Launch Performance Commission* (LPC) em 2024, reconhecida como outras receitas operacionais, e por despesas com marketing no decorrer de 2025, reconhecidas como outras despesas operacionais. As despesas administrativas também apresentaram variação entre os períodos, movimento associado à gastos com consultoria estratégica e despesas com infraestrutura.

Em 2025, a holding registrou resultado financeiro de R\$ 182,2 milhões, avanço de 60,5% em relação ao acumulado de 2024, impulsionado pelo comportamento da taxa SELIC e pelo aumento do saldo médio das aplicações financeiras. No período, as receitas financeiras cresceram 12,1%, enquanto as despesas recuaram 81,4%, influenciadas principalmente pela atualização monetária dos dividendos mínimos obrigatórios ocorrida em 2024.

Reafirmando o seu compromisso de geração de valor aos acionistas, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de R\$ 990,0 milhões em dividendos intermediários, a partir de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, de modo que não haverá proposta de distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2025. Somados às distribuições antecipadas realizadas ao longo do ano, a CAIXA Seguridade

atingiu R\$ 3,93 bilhões em dividendos em 2025, correspondentes a 91,1% do lucro líquido gerencial do ano.

Por fim, cabe destacar que, em 2025, a CAIXA Seguridade celebrou seu décimo aniversário de operação, reforçando sua posição entre as maiores plataformas de seguridade do país. O ano foi marcado por avanços corporativos relevantes, entre os quais se destaca a conclusão da Oferta Pública Subsequente de Distribuição Secundária, que adicionou 82.380.893 ações ao mercado e elevou o *free float* da Companhia para 20%.

4. Governança Corporativa

Alinhada à Controladora CAIXA, a CAIXA Seguridade adota as melhores e mais atualizadas práticas de governança corporativa e integridade, o que é atestado pela adesão, ocorrida em abril/2021, ao segmento de listagem Novo Mercado da B3, que reúne as companhias que atendem às mais elevadas exigências de governança corporativa no mercado brasileiro.

A Companhia segue procedimentos compatíveis com as normas do segmento de atuação. Seu modelo de governança e gestão está pautado em princípios de transparência, equidade, integridade, responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade, buscando conferir confiança e segurança jurídica ao seu controlador e demais acionistas, aos administradores e àqueles com quem possui relacionamento externo.

No exercício de 2025, foram atualizados os documentos de governança corporativa e gestão societária, os quais consolidam as regras vigentes e norteiam a atuação dos agentes de governança – empregados, conselheiros, administradores e membros de comitês. Dentre os documentos aprovados pelo Conselho de Administração, destacam-se a atualização e divulgação do Informe Sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da CAIXA Seguridade, da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e da Política de Transações com Partes Relacionadas da CAIXA Seguridade.

Em 2025, a CAIXA Seguridade foi reconhecida e premiada pelo 30% Club Brazil Award, movimento global sem fins lucrativos presente nos países do G20 e dedicado à promoção do equilíbrio de gênero. A iniciativa estimula a presença de, no mínimo, 30% de mulheres nos Conselhos de Administração das 100 maiores companhias de capital aberto dos 19 países membros do grupo. A diversidade no Conselho fortalece a governança ao ampliar perspectivas, enriquecer o processo decisório e promover ambientes mais inclusivos e sustentáveis.

Por oportuno, destaca-se que a Companhia possui sistemática anual de avaliação de desempenho de membros e órgãos estatutários, cujo objetivo é promover uma avaliação que permita balizar o desempenho da Alta Administração, com o objetivo de promover o alcance de resultados sustentáveis para a Companhia e com foco no longo prazo. Após a avaliação, os resultados são consolidados e divulgados ao colegiado e a cada membro, como instrumento de orientação e desenvolvimento no âmbito de sua atuação. Ademais, os resultados da avaliação de desempenho dos Diretores são incorporados na apuração dos Programas de Remuneração Variável.

O modelo de governança e gestão vigente, apoiado na transparência das atividades da CAIXA Seguridade, assegura filosofia de gestão alinhada à visão do plano estratégico da Companhia, destacando mecanismos de responsabilização dos gestores e compromisso com a conformidade e gestão de riscos, maximizando a geração de valor sustentável para

acionistas e partes interessadas. O resultado das ações em 2025 demonstra o compromisso da CAIXA Seguridade com os princípios estabelecidos em sua Política de Governança e reflete o trabalho qualificado dos empregados da Companhia.

5. Estratégia Corporativa

A estratégia da CAIXA Seguridade tem como objetivo definir um plano claro e inspirador que direcione as decisões da organização para o alcance do futuro desejado de forma sustentável e com a criação de valor, para todos seus stakeholders.

A Companhia implementou uma nova estratégia onde foram revistos os pressupostos estratégicos e redefinidos seus principais elementos, como Identidade Estratégica, Objetivos, Indicadores e Projetos Estratégicos. Sustentada pela metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), a nova estratégia estabelece um alinhamento mais claro com a estratégia da Controladora CAIXA e das empresas participadas, e direciona o foco para ações comerciais e potencialização dos resultados.

A Estratégia Corporativa da CAIXA Seguridade para o ciclo 2025-2030 se sustenta em oito grandes desafios, distribuídos em quatro perspectivas, cujo atingimento é medido através de indicadores e projetos estratégicos:

- Perspectiva financeira ou de valor:
 - **Assegurar Resultado e Eficiência Sustentáveis:** tem a finalidade de garantir a perenidade da CAIXA Seguridade, fortalecendo o aumento da produtividade e a geração de valor econômico para seus acionistas.
- Perspectiva de clientes:
 - **Ampliar a base de clientes:** busca o fortalecimento da presença de mercado da CAIXA Seguridade através do aumento da penetração na base de clientes da CAIXA e da fidelização dos clientes já existentes;
 - **Alcançar excelência nas jornadas de venda e pós-venda:** visa transformar a experiência de consumo, como foco no cliente, em todas as suas fases, através da qualificação do relacionamento, agilidade na resolução de problemas e comprometimento com a satisfação dos clientes
- Perspectiva de processos internos:
 - **Oferecer canais e produtos inovadores e adequados às necessidades dos clientes:** busca desenvolver novos canais de relacionamento e aperfeiçoar os canais existentes, bem como expandir o portfólio de produtos por meio da inovação e preenchendo lacunas com base no entendimento profundo do perfil e necessidades específicas dos consumidores e clientes;
 - **Fortalecer a marca nos mercados de atuação da CAIXA Seguridade:** visa ampliar o reconhecimento e confiança da marca no mercado de atuação da CAIXA Seguridade através da construção de uma identidade clara e coesa, e forte conexão com os consumidores;

- **Desenvolver práticas e negócios de impacto positivo social, ambiental e climático:** busca aprimoramento da maturidade da CAIXA Seguridade em Sustentabilidade, com sua incorporação gradativa aos processos e negócios de seguridade, proporcionalmente ao seu modelo de atuação e em contribuição à justa transição da sociedade para uma nova economia: solidária, inclusiva, de baixo carbono e com preservação da biodiversidade.
- **Perspectiva de aprendizado e crescimento:**
 - **Fortalecer a governança, a comunicação e as pessoas:** tem como finalidade promover a otimização e transparência dos processos decisórios, valorizar e desenvolver as pessoas e aprimorar a comunicação interna e externa através do diálogo aberto e eficaz;
 - **Impulsionar a transformação digital da CAIXA Seguridade:** visa promover uma mudança cultural com o aprimoramento de competências digitais nos níveis individual e organizacional, e impulsionar a adoção de tecnologias digitais no desenvolvimento de soluções inovadoras para superar os desafios organizacionais e criar valor para o cliente.

6. Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

A CAIXA Seguridade possui Diretoria estatutária de Governança e Risco, à qual se vincula a Superintendência Nacional Riscos, Compliance e Controles Internos, com atribuições definidas no Estatuto Social (arts. 35 e 52) e nas Políticas da Companhia.

A Companhia adota o modelo de três linhas no gerenciamento de riscos e entende que o fortalecimento das 2ª e 3ª linhas proporciona maior segurança para os negócios com alcance de resultados sustentáveis. A CAIXA Seguridade busca pelo aprimoramento contínuo das práticas de governança, gerenciamento de riscos, controles internos, compliance, segurança da informação, privacidade e prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, de forma a fortalecer a conformidade e a mitigação de riscos.

A definição das atribuições da 2ª linha em Estatuto e Políticas permite o exercício das atividades de forma independente e imparcial, visando mitigar eventuais conflitos de interesses.

A Companhia realiza ações de treinamento e acultramento dos empregados, administradores e membros de conselhos e comitês estatutários sobre temas como integridade e ética, gestão de riscos e controles internos, proteção de dados e segurança da informação, fomentando a leitura e conhecimento dos códigos e políticas vigentes.

Em 2025, foram promovidos treinamentos de prevenção a práticas de assédio e discriminação para empregados e dirigentes, ministrados por especialistas reconhecidos no país, e, pelo nono ano consecutivo, foi realizado o "Evento Anual de Compliance". O objetivo dos eventos é fortalecer o ambiente ético e íntegro para que estejamos em conformidade e alinhados com as boas práticas de governança corporativa. Foi realizada, ainda, ação de acultramento denominada "Semana da Segurança da Informação e LGPD²", de forma a disseminar o conhecimento sobre os temas. Periodicamente, também são entregues aos empregados boletins e informativos sobre assuntos relacionados a gerenciamento de riscos, controles internos e compliance.

A atuação em Compliance e Integridade é um pilar essencial para a sustentabilidade e a perenidade dos negócios da CAIXA Seguridade. Ao longo de 2025, seguimos com o compromisso de promover uma cultura organizacional ética, transparente e responsável.

Permanecemos comprometidos com a excelência, a integridade e a governança, certos de que a conformidade é um diferencial competitivo e um valor inegociável para a nossa

² Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Companhia. Em 2025, a CAIXA Seguridade realizou (i) a atualização do calendário de compliance, que consolida as obrigações legais da Companhia; (ii) testes de conformidade de processos; (iii) *due diligence* de integridade de parceiros, indicados às participadas, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço; (iv) mapeamento das obrigações de compliance da Companhia; (v) avaliação de riscos e controles em processos selecionados; (vi) atualização da matriz de riscos corporativos; (vii) avaliação do Sistema de Controles Internos; (viii) gerenciamento do relacionamento com terceiros; e (ix) monitoramento de indicadores de riscos das participadas.

Foram revisados e aprovados pelo Conselho de Administração os seguintes documentos:

- Código de Ética e Conduta;
- Política de Gerenciamento de Riscos;
- Política de Controles Internos;
- Política de Compliance e Integridade;
- Política de Segurança da Informação; e
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa;
- Política de Transação com Partes Relacionadas; e
- Programa de Compliance e Integridade.

Em 2025, foram realizados testes dos planos de contingência das atividades críticas mapeadas, no que se refere à perspectiva de continuidade dos negócios.

Foi realizado trabalho com o objetivo de avaliar o ambiente e definição de grau de maturidade de gestão de riscos e controles internos; compliance; PLD/FTP; privacidade e segurança da informação, incluindo segurança cibernética das participadas, proporcionando, inclusive, maior visibilidade dos riscos destas empresas e as ações adotadas para mitigá-los.

A CAIXA Seguridade, preocupada em manter o ambiente de trabalho íntegro e livre de irregularidades, disponibiliza Canal de Ética que permite registrar e acompanhar denúncias, sugestões, reclamações e elogios relativos às atividades da Companhia e está disponível na página da CAIXA Seguridade na internet: Contatos > Canal de Denúncias ou ainda pode ser acessado pelo endereço: <https://caixaseguridade.becompliance.com/canal-etica/canal-denuncias>. O relato pode ser anônimo ou identificado, e as informações recebidas são tratadas com sigilo e imparcialidade, sendo garantido o anonimato e a proteção ao denunciante de boa fé.

Encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da CAIXA Seguridade o Programa de Compliance e Integridade, que apresenta mais detalhes sobre as práticas relacionadas ao ambiente de riscos, controles internos e compliance da Companhia, e o canal de denúncias

para recebimento de manifestações e denúncias relativas às atividades da CAIXA Seguridade.

7. Desempenho das Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto

A CAIXA Seguridade, em virtude da adoção da norma contábil CPC 50 (IFRS 17), a partir de 2023, continuará divulgando em seus resultados, de forma complementar, o acompanhamento gerencial, não auditado, com base no padrão contábil adotado até 2022, mantendo a comparabilidade com o desempenho reportado nos últimos anos. A divulgação de resultados de equivalência patrimonial através da visão gerencial, em IFRS 4, reflete o padrão de contábil adotado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que ainda não acolheram o CPC 50 (IFRS17).

Em 2025, o segmento de seguros alcançou R\$ 9,7 bilhões em prêmios emitidos, destaque para o ramo Habitacional, que registrou crescimento de 11,2% em relação a 2024, impulsionado principalmente pela originação de crédito imobiliário e seu reflexo no crescimento da carteira de crédito habitacional na CAIXA. No ramo Residencial, o volume de R\$ 1,2 bilhão apurado em 2025 representou uma expansão de 25,3% frente ao ano anterior, resultado fortalecido pela estratégia de apólices plurianuais com pagamento por meio de cartão de crédito, pela evolução do índice de renovação e pelo modelo de vendas do seguro acoplado ao Habitacional, iniciativas que, além de ampliarem as emissões, contribuíram para o aumento do ticket médio e para o prolongamento do tempo de permanência dos segurados. Já os prêmios emitidos do ramo Vida cresceram 1,2% na comparação entre os acumulados de 2025 e 2024, refletindo sobretudo a estratégia de priorização das vendas com pagamento mensal — modalidade que gera um efeito de ritmo consistente nas emissões e de empilhamento ao longo do tempo — bem como a ampliação do portfólio com o lançamento de novos produtos, como o Seguro Viagem e o Seguro de acidentes pessoais com cobertura de Perda de Renda.

Em relação à sinistralidade, o indicador do segmento de seguros atingiu 23,9%, melhora de 5,8 p.p. em relação a 2024 (29,7%). A redução do indicador reflete um ano de menor ocorrência de eventos extraordinários, em contraste com 2024, quando a sinistralidade foi pressionada pelos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul e pelo reconhecimento de sinistros não avisados no seguro prestamista.

Os negócios de acumulação apresentaram crescimento de 13,5% nas receitas operacionais de 2025 em relação ao ano de 2024. As reservas de Previdência totalizaram R\$ 199,4 bilhões ao final de 2025, representando um crescimento anual de 15,3%. Em um ano marcado pelos impactos regulatórios decorrentes das mudanças no IOF aplicável aos aportes de novos planos VGBL, a Companhia intensificou a atuação da força de vendas e adotou diversas iniciativas estratégicas. Entre elas, destacam-se ações de retenção preditiva, ajustes na taxa de administração de fundos selecionados, oferta de produtos

mais competitivos e incentivos direcionados à portabilidade, incluindo campanhas de *Cashback*. Como resultado, o segmento encerrou o ano com captação líquida positiva de R\$ 3,7 bilhões.

O ano de 2025 consolidou-se como o melhor da série histórica para Capitalização, com arrecadação de R\$ 1,9 bilhão — um avanço de 27,1% em relação a 2024. Esse desempenho reflete a estratégia focada na venda de títulos de Pagamento Mensal, que apresentou crescimento de 41,9% no comparativo entre 2025 e 2024, além do efeito de empilhamento característico desse modelo sobre a arrecadação.

O segmento de Consórcios manteve trajetória consistente de expansão ao longo de 2025. As cartas de crédito comercializadas totalizaram R\$ 23,2 bilhões, representando um crescimento de 20,3% em relação ao exercício anterior. Esse avanço foi impulsionado, sobretudo, pelo forte desempenho das cartas de imóveis, que registraram aumento de 24,6% no período. O estoque de cartas manteve crescimento expressivo ao longo de 2025, alcançando R\$ 48,2 bilhões, um avanço de 46,1% em comparação ao ano anterior. Esse resultado reforça a consolidação do consórcio como alternativa relevante de aquisição e investimento no portfólio de produtos. A expansão do estoque contribuiu para o aumento da receita com taxas de administração, que somou R\$ 1,09 bilhão em 2025, um crescimento de 25,8% em relação ao ano de 2024.

Os Negócios de Distribuição, que reúnem as receitas de corretagem e intermediação de produtos de seguridade, além das receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (BDF), totalizaram R\$ 2,5 bilhões no ano, representando um crescimento de 5,5% em relação a 2024. Desse montante, 64,7% originaram-se de produtos de Seguros e 35,3% de produtos de Acumulação, com destaque para os crescimentos dos ramos de Seguro Residencial (+27,7%) e Habitacional (+22,1%), além de Consórcio (+40,3%) e Capitalização (+26,1%).

O Índice de Despesas Administrativas (IDA) de 2025 manteve-se próximo ao patamar de 2024, encerrando o ano em 11,1%, um crescimento de 0,01 p.p. entre os períodos. Ao desconsiderar os investimentos realizados ao longo de 2025 com incentivos fiscais da Lei Rouanet, recursos que trazem uma redução da despesa tributária de mesma magnitude, o indicador anual apresentaria uma melhora de 0,2 p.p. em relação ao IDA acumulado de 2024.

O Índice Combinado (IC) apresentou melhora na visão anualizada de 2025, encerrando o ano em 57,9%, redução de 0,9 p.p. frente aos 58,8% registrados em 2024. O resultado foi impulsionado, principalmente, pela queda da sinistralidade entre os períodos.

O resultado financeiro acumulado de 2025, na visão agrupada, que considera o efeito de todas as participações na proporção devida à CAIXA Seguridade, representou 33,8% do lucro líquido anual. A Caixa Vida e Previdência permaneceu como a participação mais relevante, respondendo por 51,1% desse montante. Em relação a 2024, houve crescimento

de 37,2%, impulsionado principalmente pelo patamar mais elevado da taxa Selic ao longo do ano e pelo maior saldo médio de aplicações financeiras, fatores que reforçaram a rentabilidade das carteiras e contribuíram de forma consistente para o resultado agrupado. Nesse contexto, o Índice Combinado Ampliado (ICA) de 2025 apresentou redução de 2,0 p.p. na comparação com o acumulado de 2024, refletindo o resultado financeiro e a normalização dos efeitos extraordinários do ano anterior.

8. Pessoas

As práticas de gestão de pessoas na CAIXA Seguridade são guiadas pelas competências organizacionais e pelos atributos profissionais valorizados no mercado, com foco no reconhecimento e na valorização do mérito. Todas as atividades da Companhia são conduzidas com ética, integridade e responsabilidade, assegurando relações transparentes e alinhadas aos princípios que orientam seus negócios e sua cultura corporativa.

No exercício de 2025 foi iniciado o Plano de Transformação Cultural da CAIXA Seguridade, abrangendo os seguintes pilares:

- Gente que Inova;
- Gente que Cuida;
- Gente que Inspira;
- Gente que Colabora; e
- Gente que Evolui.

Estes cinco pilares são estruturantes da Cultura em Movimento XS, que tem como objetivo o alinhamento entre cultura e estratégia, o fortalecimento das competências comportamentais essenciais para o futuro da Companhia, o engajamento dos empregados como agentes da transformação e a criação de um ambiente de segurança psicológica, que estimule a colaboração, a escuta ativa e a tomada de decisão ágil.

Os empregados da CAIXA Seguridade são disponibilizados pela CAIXA, mediante ressarcimento dos custos e manutenção dos benefícios concedidos pela controladora, notadamente os planos de saúde e de previdência complementar. Assim, todos os empregados são cobertos pelo Acordo de Negociação Coletiva assinado pela CAIXA, à exceção dos dirigentes, pois são estatutários.

O desenvolvimento da equipe está relacionado à continuidade dos negócios e ao valor de mercado. Assim, investir no desenvolvimento das pessoas é uma forma de manter a Companhia competitiva.

Para a composição do quadro da Companhia, buscam-se empregados com expertise nas diversas áreas de atuação, o que permite que a empresa alcance resultados significativos com uma estrutura enxuta de alta performance.

A CAIXA Seguridade, em 2025, manteve a estrutura organizacional e o quadro de pessoal com o quantitativo máximo aprovado de 135 posições, estando providas em 31 de dezembro de 2025, 133 vagas, sendo 51% homens e 49% mulheres, o que demonstra equilíbrio de equidade na distribuição do quadro de pessoal.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício **2025**

Em atendimento aos termos da Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, que altera a Lei nº 6.404/76, a Companhia apresenta informações adicionais consideradas relevantes para a transparência da gestão e o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa:

Quantidade e a Proporção de mulheres contratadas, distribuídas por nível hierárquico ¹							
Órgão de administração	2024			2025			Δ 2024/2025
	Mulheres	Total	%	Mulheres	Total	%	
Chefia de unidade	1	15	6,7%	3	16	18,8%	200%
Gerencial	31	57	54,4%	26	57	45,6%	-16,1%
Técnico	30	54	55,6%	30	52	57,7%	0%
Assessoramento	5	6	83,3%	6	8	75,0%	20%
Total	67	132	50,8%	65	133	48,2%	-3,0%

¹Quadro de empregados da Companhia em 31/12 de cada ano.

Participação de Mulheres na Administração ¹							
Órgão de administração	2024			2025			Δ 2024/2025
	Mulheres	Total	%	Mulheres	Total	%	
Conselho de Administração	3	7	42,9%	3	7	42,9%	0
Diretoria Executiva	0	4	0,0%	0	4	0,0%	0
Administração (CA + Diretoria)	3	11	27,3%	3	11	27,3%	0

No que se refere à remuneração, a Companhia não adota distinção de gênero na definição e no pagamento da remuneração. Na remuneração fixa, os valores são estabelecidos exclusivamente em função do cargo/função e do respectivo grau/nível, observando critérios objetivos do plano de cargos e salários. Na remuneração variável, como exemplo o Bônus, as regras são aprovados na pelos órgãos de governança e aplicadas isonomicamente; em relação a PLR, esta é pactuada em Acordos Coletivos de Trabalho com as entidades sindicais representativas (CONTRAF/CUT e CONTEC), nos termos da Lei nº 10.101/2000. Os valores correspondentes à Remuneração mensal pagos aos funcionários e à Administração da Companhia podem ser consultados na Nota 23, alínea g) das Demonstrações Financeiras".

A idade média dos empregados, considerando o quadro de pessoal provido em 31 de dezembro de 2025, é de 40 anos. Todos os empregados lotados na Companhia neste período possuem ensino superior, 89% pós-graduação *lato sensu* e 11% mestrado/doutorado.

Ao longo do exercício de 2025, a CAIXA Seguridade contou com 01 aprendiz e 04 estagiários como extraquadro. A Companhia não possui funcionários terceirizados, sendo as atividades terceirizadas, como de copa, segurança e vigilância, realizadas por meio do Convênio de Compartilhamento de Estrutura com a CAIXA.

Saúde, Segurança e Bem-estar

Um dos princípios da Política de Gestão de Pessoas da CAIXA Seguridade é o trabalho como fonte de bem-estar. Desta forma, a Companhia está atenta ao bem-estar dos seus empregados apoiando ações que estimulam a saúde e qualidade de vida, a conciliação entre vida pessoal e profissional, além de promover, em conjunto com a controladora CAIXA, programas com objetivo de propiciar saúde integral aos empregados.

Além disso, a CAIXA Seguridade apoia e promove ações internas que estimulem a saúde e qualidade de vida dos seus empregados, sendo uma destas ações a realização do Movimento Vida360 no exercício de 2025. O projeto contemplou em seu escopo encontros mensais até o mês de Novembro, com renomados palestrantes e conteúdos variados relacionados aos temas que envolvem propósito, saúde e felicidade, com objetivo de promover a qualidade de vida no trabalho, o aperfeiçoamento de habilidades e o cuidado com a saúde física e mental dos empregados da Companhia, contribuindo, assim, de forma expressiva para a melhoria do ambiente de trabalho, proporcionando um espaço mais saudável, engajado, equilibrado e produtivo.

A CAIXA Seguridade promoveu ainda, em 2025, pela primeira vez em sua nova sede, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), visando fomentar o bem-estar mental e físico no ambiente laboral. No mesmo ano, foram realizados o processo eleitoral e a posse dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Companhia, reforçando o compromisso com a cultura de segurança e saúde ocupacional.

Desenvolvimento

Desde o início de sua trajetória, a CAIXA Seguridade tem pautado sua busca por profissionais com competências voltadas ao negócio e aderentes à cultura da organização, quais sejam: Inovação, Colaboração, Agilidade, Transformação Digital e Foco no Cliente.

Com o objetivo de atrair e reter os empregados de alta performance, em termos de qualificação, desempenho e engajamento, a Companhia investe em treinamento, desenvolvimento e capacitação.

As ações de desenvolvimento oportunizadas pela CAIXA Seguridade maximizam o aperfeiçoamento de competências com impactos na performance organizacional, consoante aos objetivos estratégicos definidos para a Empresa.

Para desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências, os empregados contam com o Programa T&D XS ("Treinamento e Desenvolvimento"), que foi reformulado no exercício de 2025 com foco em maior alinhamento com a estratégia corporativa, performance e desempenho organizacional, apoio à evolução na carreira, flexibilidade, inovação, eficiência no processo, *accountability* e segurança no processo.

O Programa T&D XS é composto por ações centralizadas sob gestão da área responsável pelo mandato T&D e por ações descentralizadas, de forma a garantir certo grau de flexibilidade nas áreas/órgãos da governança para atendimento a demandas específicas e pelos incentivos à educação continuada. Estas ações se distinguem do seguinte modo:

A Companhia investe também na formação continuada de seu quadro, com o custeio de programas de pós-graduação e idiomas, por meio dos programas de incentivo interno e da CAIXA.

No exercício de 2025, foi apurada a média de mais de 56 horas de capacitação por empregado/diretor, com foco nos temas: Liderança, Estratégias em Produtos, Sustentabilidade e *Compliance*, Integridade e Ética, tendo forte impacto nos processos e produtos da Companhia.

Considerando que os empregados da CAIXA Seguridade são empregados disponibilizados pela CAIXA, os benefícios são definidos e oferecidos pela própria Controladora e ressarcidos pela CAIXA Seguridade por meio de convênio de compartilhamento.

Além dos benefícios legais, a CAIXA oferece benefícios estratégicos, com vantagens adicionadas à lei, definidos pelas convenções coletivas de trabalho e outros de iniciativa exclusiva da empresa, como incentivo financeiro à realização de cursos de pós-graduação e de idiomas, o Plano de Saúde Caixa, Plano de Previdência Complementar – FUNCEF, entre outros, com vistas a promover qualidade de vida aos empregados e o fortalecimento do vínculo com a empresa.

A CAIXA Seguridade possui prática de premiação/bonificação para os empregados de nível gerencial, sendo executado no exercício de 2025 por meio do Programa Supera XS, com objetivo de incentivar o desempenho superior por meio de metas e parâmetros claros e desafiadores, alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Programa de Remuneração Variável dos dirigentes da Companhia. O Programa Supera XS é gerido e mantido pela própria CAIXA Seguridade.

Avaliação de Desempenho

A sistemática de gestão de desempenho de pessoas adotada na CAIXA Seguridade segue o Programa definido na Controladora CAIXA desde o ano de 2017, contemplando avaliação de competências e avaliação das unidades de trabalho.

Os resultados da avaliação de desempenho são insumos relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento dos empregados, mediante feedbacks, orientação dos gestores e investimento em ações de desenvolvimento e capacitação para a melhoria contínua do desempenho das pessoas e, conseqüentemente, das equipes.

A realização anual das avaliações de desempenho possibilita a adoção de uma base de comparabilidade que permite analisar a evolução do desempenho dos empregados no decorrer do tempo. No exercício de 2025, além da sistemática definida pela Controladora, a CAIXA Seguridade também adotou uma avaliação de desempenho gerida pela própria Companhia, sendo utilizada exclusivamente no programa de premiação/bonificação dos empregados.

Clima Organizacional

A CAIXA Seguridade, desde 2017, realiza anualmente pesquisa de clima organizacional com o objetivo de mensurar o grau de satisfação do corpo funcional com o ambiente de trabalho da Companhia. Além disso, por meio da pesquisa é possível coletar percepções que podem contribuir para o contínuo aperfeiçoamento na experiência dos empregados, promovendo, assim, melhoria na produtividade das equipes, fortalecimento do vínculo e a identificação dos empregados com a Companhia.

9. Sustentabilidade

A CAIXA Seguridade conduz suas atividades com rigor ético, clareza e responsabilidade, adotando práticas alinhadas às referências mais avançadas de governança, sustentabilidade e gestão corporativa. Mais do que prevenir riscos, a Companhia atua de maneira proativa para gerar valor duradouro, fortalecendo o setor de seguridade e contribuindo para uma economia mais justa, inclusiva e preparada para desafios futuros. Diante de um contexto global marcado por exigências crescentes em relação ao clima, às questões sociais e à integridade das organizações, a sustentabilidade permanece incorporada ao processo decisório e às operações do negócio, reafirmando o compromisso da Companhia com seus acionistas, parceiros, clientes e com a sociedade em geral.

Adesão a Compromissos Voluntários e Fortalecimento da Governança

Ao longo de 2025, a Companhia ampliou seus compromissos voluntários em sustentabilidade, fortalecendo a governança e o alinhamento às melhores práticas internacionais. A CAIXA Seguridade passou a integrar o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI). Essas adesões reforçam o compromisso com a ética, a transparência e a incorporação de critérios de sustentabilidade nos processos corporativos, no desenvolvimento de produtos e na interação com stakeholders.

A Companhia foi mantida na carteira do índice **ICO2 B3 – Índice Carbono Eficiente** da B3, indicador que reúne companhias comprometidas com a mensuração e a eficiência de suas emissões de GEE, incentivando práticas de gestão que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono, o que corrobora para o reconhecimento da transparência da CAIXA Seguridade e demonstra o amadurecimento contínuo de seu reporte climático.

Gestão Socioambiental e Climática

Em 2025, a CAIXA Seguridade manteve avanços consistentes na agenda climática. A Companhia compensou integralmente suas emissões de Gases de Efeito Estufa por meio da aquisição de créditos de carbono do Programa de Atividades para Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PoA CAIXA). Realizou, ainda, a divulgação pública do Inventário de Emissões 2024 no Programa Brasileiro GHG Protocol, com verificação externa independente, mantendo o selo ouro pelo terceiro ano consecutivo.

No ano, foram publicados estudos inéditos sobre riscos e oportunidades climáticas nos segmentos de Seguro Residencial, Consórcio, Capitalização, Seguros de Vida e Serviços de Assistência. Produzidos em parceria com as Joint Ventures, esses materiais servem como referência técnica para a inovação e para a adaptação do setor segurador aos impactos climáticos.

Engajamento Institucional e Atuação na COP30

O engajamento com stakeholders foi fortalecido por meio de iniciativas como workshops temáticos com as empresas participadas e eventos relacionados à inovação e ao investimento social privado.

A participação na COP30 consolidou a presença da CAIXA Seguridade no debate climático global. A Companhia inaugurou um espaço exclusivo na Agência Ver-o-Peso, em Belém (PA), com foco em capacitação empresarial e comunitária, e atuou como empoderadora na Casa do Seguro, promovendo painéis sobre financiamento climático e proteção diante dos riscos associados às mudanças do clima.

Educação Financeira, Diversidade e Direitos Humanos

O ano foi marcado por iniciativas estruturantes na agenda social. Foram promovidas ações de enfrentamento à violência contra a mulher, como encontros do Programa Mulheres Seguras e o reforço do canal Assistência Maria. No quarto trimestre, ocorreram o Workshop de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e o evento “Dia Delas”, ampliando o diálogo sobre equidade de gênero.

Em outubro, foi realizada uma ação de Educação Financeira com consultores das empresas participadas, em coerência com o tema material da Companhia e com sua estratégia de promover capacitação contínua nas redes comerciais.

Planejamento Sustentável e Direcionadores Estratégicos

A aprovação do Plano de Sustentabilidade 2025–2026 consolidou as diretrizes e metas prioritárias da Companhia para os próximos anos, reforçando sua atuação voltada à inovação em seguridade, ao desenvolvimento de soluções inclusivas e ao fortalecimento da resiliência climática.

10. Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Em cumprimento ao art. 243 da Lei Nº 6.404/76, informamos que os investimentos diretos em sociedades coligadas e controladas em conjunto atingiram R\$ 12,7 bilhões na posição consolidada em 31 de dezembro de 2025 e relacionamos as modificações ocorridas durante o exercício:

Empresas	Segmento	Participação (%)	Saldo do investimento (R\$ mil)			Resultado da Participação (R\$ mil)	
			31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	2024	2025
CNP Seguros	Holding	48,25%	2.487.831	2.325.920	2.548.497	464.808	428.782
Caixa Vida e Previdência	Holding	60,00%	7.503.711	7.207.587	7.356.662	1.197.120	1.497.531
Caixa Residencial	Seguros	75,00%	1.432.775	1.415.299	1.522.159	428.441	589.725
Caixa Capitalização	Capitalização	75,00%	234.286	205.827	275.793	154.549	202.569
Too Seguros	Seguros	49,00%	443.180	423.595	440.625	222.588	237.003
PAN Corretora	Corretagem	49,00%	30.331	17.219	20.564	22.124	26.583
Caixa Consórcio	Consórcios	75,00%	376.207	425.217	500.133	170.471	260.577
Caixa Assistência	Serviços Assistenciais	75,00%	31.391	33.883	44.562	23.236	37.144

11. Distribuição de Dividendos

Em 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 990,0 milhões, a partir de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, de modo que não haverá proposta de distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2025, a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Considerando os dividendos intercalares antecipados ao longo de 2025 e esta distribuição de dividendos intermediários, a Companhia terá totalizado a distribuição no valor de R\$ 3,93 bilhões, correspondentes a 91,6% do lucro líquido contábil anual.

O pagamento dos dividendos será efetuado em 15 de maio de 2026, tendo como base a posição acionária de 30 de abril de 2026. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 4 de maio de 2026.

12. Agradecimento

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, à rede de distribuição e colaboradores da CAIXA, aos nossos parceiros e clientes pela confiança.

Brasília, 2025

A Administração



Demonstrações Contábeis Controladora e Consolidado

31 de dezembro de 2025

Sumário

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado do exercício	4
Demonstração do resultado abrangente do exercício	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício	5
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício – Método indireto	6
Demonstração do valor adicionado do exercício	7
Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais	8
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas	13
Nota 3 – Práticas contábeis materiais	13
Nota 4 – Pronunciamentos e leis recentemente emitidos	17
Nota 5 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	19
Nota 6 – Gerenciamento de riscos	21
Nota 7 – Informações por segmento	22
Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa	25
Nota 9 – Instrumentos financeiros ao valor justo	25
Nota 10 – Valores a receber	26
Nota 11 – Outros ativos	26
Nota 12 – Investimentos em participações societárias	27
Nota 13 – Imobilizado	41
Nota 14 – Tributos	41
Nota 15 – Valores a pagar	43
Nota 16 – Provisões e passivos contingentes	43
Nota 17 – Patrimônio líquido	43
Nota 18 – Receitas de distribuição	47
Nota 19 – Custo do serviço prestado	49
Nota 20 – Despesas administrativas	49
Nota 21 – Outras receitas/Despesas operacionais	49
Nota 22 – Resultado financeiro	50
Nota 23 – Partes relacionadas	50
Nota 24 – Eventos Subsequentes	56

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante	2.037.877	2.046.298	1.752.141	1.969.462
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	80	306	88	435
Instrumentos financeiros (nota 9)	1.197.728	1.696.089	861.267	1.209.486
Dividendos a receber (nota 23 (d))	757.513	160.832	836.272	583.359
Juros sobre capital próprio a receber (nota 23 (d))	-	24.224	-	21.093
Valores a receber (nota 10)	81.170	161.459	53.128	153.339
Outros ativos (nota 11)	1.386	3.388	1.386	1.750
Não Circulante	12.603.448	12.718.703	12.111.881	12.054.554
Outros ativos (nota 11)	40	40	-	-
Investimentos em participações societárias (nota 12)	12.593.740	12.708.995	12.111.874	12.054.547
Imobilizado (nota 13)	9.668	9.668	7	7
Total do Ativo	14.641.325	14.765.001	13.864.022	14.024.016

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante	1.079.656	1.202.266	972.377	1.131.440
Valores a pagar (nota 15)	15.224	81.335	11.094	102.810
Dividendos a pagar (nota 23 (d))	1.050.008	1.050.008	941.302	941.302
Passivos por impostos correntes (nota 14 (c))	14.104	70.406	19.952	87.193
Passivos por impostos diferidos (nota 14 (d))	320	499	29	134
Outros passivos	-	18	-	1
Não Circulante	11.185	12.251	2.321	3.252
Valores a pagar (nota 15)	11.185	12.251	2.321	3.252
Patrimônio Líquido (nota 17)	13.550.484	13.550.484	12.889.324	12.889.324
Capital social	3.678.772	3.678.772	2.756.687	2.756.687
Reservas	4.441.431	4.441.431	4.011.956	4.011.956
Dividendos adicionais propostos	-	-	948.704	948.704
Ajuste de avaliação patrimonial	5.430.281	5.430.281	5.171.977	5.171.977
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.641.325	14.765.001	13.864.022	14.024.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado e do resultado abrangente do exercício

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas operacionais	4.384.599	5.737.269	3.827.073	5.013.352
Resultado de investimentos em participações societárias (nota 12)	4.181.821	3.279.914	3.618.260	2.683.337
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (nota 18)	202.778	202.778	208.813	208.813
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	-	2.254.577	-	2.121.202
Custo dos serviços prestados (nota 19)	-	(618.509)	-	(460.446)
Resultado bruto	4.384.599	5.118.760	3.827.073	4.552.906
Outras receitas/(despesas) operacionais	(142.190)	(471.167)	(42.376)	(329.883)
Despesas administrativas (nota 20)	(117.352)	(149.421)	(100.974)	(126.617)
Despesas tributárias (nota 14 (b))	(24.842)	(309.407)	(34.442)	(297.677)
Outras receitas/despesas operacionais (nota 21)	4	(12.339)	93.040	94.411
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	4.242.409	4.647.593	3.784.697	4.223.023
Resultado financeiro (nota 22)	107.579	182.196	57.094	113.492
Receitas financeiras	114.293	193.094	104.606	172.227
Despesas financeiras	(6.714)	(10.898)	(47.512)	(58.735)
Resultado antes de impostos e participações	4.349.988	4.829.789	3.841.791	4.336.515
Imposto de renda e contribuição social (nota 14 (a))	(58.428)	(538.229)	(76.607)	(571.331)
Impostos correntes	(58.154)	(537.890)	(76.576)	(571.214)
Impostos diferidos	(274)	(339)	(31)	(117)
Lucro líquido do exercício	4.291.560	4.291.560	3.765.184	3.765.184
Quantidade de ações - em milhares	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por ação - R\$ (nota 17 (e))	1,43052	1,43052	1,25506	1,25506

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora / Consolidado	
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	4.291.560	3.765.184
Itens passíveis de reclassificação para resultado	258.304	(605.051)
(+/-) Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	169.573	(356.333)
(+/-) Outros ajustes de avaliação patrimonial reflexo	88.731	(248.718)
Resultado abrangente do exercício	4.549.864	3.160.133

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Reservas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.756.687	4.052.165	5.777.028	-	12.585.880
Pagamento de dividendos adicionais	-	(373.393)	-	-	(373.393)
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	-	-	(605.051)	-	(605.051)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.765.184	3.765.184
Destinações do lucro líquido:	-	1.281.888	-	(3.765.184)	(2.483.296)
Reserva estatutária	-	333.184	-	(333.184)	-
Dividendos intercalares pagos	-	-	-	(1.542.000)	(1.542.000)
Dividendos a pagar	-	-	-	(941.296)	(941.296)
Dividendos adicionais propostos	-	948.704	-	(948.704)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.756.687	4.960.660	5.171.977	-	12.889.324
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.756.687	4.960.660	5.171.977	-	12.889.324
Aumento de capital	922.085	(922.085)	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais	-	(948.704)	-	-	(948.704)
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	-	-	258.304	-	258.304
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.291.560	4.291.560
Destinações do lucro líquido:	-	1.351.560	-	(4.291.560)	(2.940.000)
Reserva legal	-	184.417	-	(184.417)	-
Reserva estatutária	-	1.167.143	-	(1.167.143)	-
Dividendos intercalares pagos	-	-	-	(1.890.000)	(1.890.000)
Dividendos a pagar	-	-	-	(1.050.000)	(1.050.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.678.772	4.441.431	5.430.281	-	13.550.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício – Método indireto

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício:	4.291.560	4.291.560	3.765.184	3.765.184
Ajustes ao lucro:	(4.179.720)	(3.273.464)	(3.618.222)	(2.679.479)
Resultado de investimentos em participações societárias	(4.181.821)	(3.279.914)	(3.618.260)	(2.683.337)
Tributos diferidos - diferenças temporárias	291	365	35	133
Outros ajustes (Depreciação / Tributos retidos)	1.810	6.085	3	3.725
Lucro líquido ajustado do exercício:	111.840	1.018.096	146.962	1.085.705
Recebimento de dividendos	4.037.018	3.277.800	3.631.760	2.395.241
Recebimento de juros sobre capital próprio	-	21.093	-	19.186
Variações patrimoniais:	(25.450)	(43.577)	61.711	99.580
Valores a receber	(28.042)	(8.120)	(2.145)	(817)
Outros ativos	(332)	(2.045)	44	(207)
Valores a pagar	2.865	(22.606)	(1.278)	28.223
Dividendos a pagar - Atualização monetária	5.616	5.616	47.276	47.276
Passivos por impostos correntes	(5.848)	(16.787)	17.785	24.979
Passivos por impostos diferidos	291	365	29	126
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.123.408	4.273.412	3.840.433	3.599.712
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento				
Aplicação financeira	(3.752.197)	(32.989.000)	(3.458.408)	(28.273.684)
Resgate de Aplicações Financeiras	3.415.736	32.502.414	2.858.996	27.914.991
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(336.461)	(486.586)	(599.412)	(358.693)
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos (nota 17 (f))	(3.785.467)	(3.785.467)	(3.241.014)	(3.241.014)
Amortizações de arrendamentos (nota 15(b))	(1.488)	(1.488)	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.786.955)	(3.786.955)	(3.241.014)	(3.241.014)
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(8)	(129)	7	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88	435	81	430
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80	306	88	435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado do exercício

31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas	202.782	2.457.360	301.853	2.425.479
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	202.778	202.778	208.813	208.813
Receitas de prestação de serviços	-	2.254.577	-	2.121.202
Outras receitas	4	5	93.040	95.464
Insumos adquiridos de terceiros	(24.731)	(664.909)	(19.524)	(485.745)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(618.509)	-	(460.446)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.731)	(46.400)	(19.524)	(25.299)
Valor adicionado bruto	178.051	1.792.451	282.329	1.939.734
Depreciação, amortização e exaustão	(1.139)	(1.139)	(17)	(17)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	176.912	1.791.312	282.312	1.939.717
Valor adicionado recebido em transferência	4.296.114	3.473.008	3.722.866	2.855.564
Resultado de equivalência patrimonial	4.181.821	3.279.914	3.618.260	2.683.337
Receitas financeiras	114.293	193.094	104.606	172.227
Valor adicionado total a distribuir	4.473.026	5.264.320	4.005.178	4.795.281
Distribuição do valor adicionado	4.473.026	5.264.320	4.005.178	4.795.281
Pessoal	75.490	93.733	66.951	84.064
Remuneração direta	56.661	69.800	51.460	64.237
Benefícios	14.823	18.964	11.788	15.226
FGTS	4.005	4.969	3.703	4.601
Impostos, taxas e contribuições	95.580	862.909	121.997	882.681
Federais	95.580	793.114	120.053	819.074
Municipais	-	69.795	1.944	63.607
Remuneração de capital de terceiros	10.397	16.118	3.770	16.076
Juros	6.442	6.442	-	-
Aluguéis	936	1.335	1.457	1.856
Outras	3.019	8.341	2.313	14.220
Remuneração de capitais próprios	4.291.560	4.291.560	3.812.460	3.812.460
Dividendos	2.940.000	2.940.000	3.479.276	3.479.276
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	1.351.560	1.351.560	333.184	333.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”, “Companhia”, ou “Controladora”), empresa líder do Conglomerado da CAIXA Seguridade (“Conglomerado”) foi constituída como subsidiária da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) em 21 de maio de 2015, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado, tendo por objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

A CAIXA Seguridade, neste contexto, acompanha a evolução de cenários macroeconômicos que podem trazer reflexos à dinâmica de seus negócios e dos negócios de suas participações societárias.

A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tem sua sede localizada no Setor Hoteleiro Norte– SHN, Quadra 1, Bloco E, Conjunto A, Edifício CNP, 16º e 17º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

a) Participações societárias

Descrevemos a seguir as principais participações diretas e indiretas da CAIXA Seguridade que compõem estas demonstrações contábeis da Controladora e Consolidadas:

a.1) CNP Seguros Holding Brasil S.A. (“CNP Brasil”)

Anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A. (“CSH”), trata-se de companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo por objeto social a participação como acionista ou sócia em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo planos de saúde e dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; a administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente.

Esta empresa apresenta o capital social dividido em 51,75% das ações em nome do grupo francês CNP Assurances e 48,25% das ações em nome da CAIXA Seguridade.

a.2) Caixa Holding Securitária S.A. (“CAIXA Holding”)

Companhia subsidiária integral da CAIXA Seguridade, constituída em 21 de maio de 2015 com o objetivo social de adquirir participações em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).

a.2.1) XS3 Seguros S.A. (“XS3 Seguros” ou “Caixa Residencial”)

Companhia constituída em 19 de agosto de 2020 sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, tem por objeto a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de seguros habitacional e residencial desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela XS3 Seguros.

Trata-se de companhia constituída com vistas a consecução do acordo de associação firmado com a Tokio Marine (Acordo Tokio Marine) para exploração dos ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição Balcão CAIXA.

a.2.2) XS4 Capitalização S.A. (“XS4 Capitalização” ou “Caixa Capitalização”)

Companhia constituída em 19 de agosto de 2020 sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, tem por objeto a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela XS4 Capitalização.

Trata-se de companhia constituída com vistas a consecução do acordo de associação firmado com a Icatu (“Acordo Icatu”) para exploração do ramo de capitalização na rede de distribuição Balcão CAIXA.

a.2.3) Too Seguros S.A. (“Too Seguros”)

Atual denominação da PAN Seguros S.A., é uma empresa de capital fechado e se trata de um empreendimento controlado em conjunto pela CAIXA Seguridade e pelo BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. (“BTG Holding”), com participações de 49,00% e 51,00%, respectivamente. Tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos.

a.2.4) PAN Corretora de Seguros Ltda. (“PAN Corretora”)

Trata-se de Companhia de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding Participações S.A. e pela CAIXA Seguridade, com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Esta empresa tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários.

a.3) Holding XS1 S.A. (“Holding XS1” ou “Caixa Vida e Previdência”)

Companhia constituída em 17 de agosto de 2020, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, tem por objeto a participação em sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Trata-se de empresa constituída com vistas a consecução do acordo de associação firmado com a CNP (Acordo CNP) para exploração, com exclusividade, dos ramos de seguros de vida e prestamista e dos produtos de previdência na rede de distribuição Balcão CAIXA.

a.4) XS5 Administradora de Consórcios S.A. (“XS5 Consórcios” ou “Caixa Consórcios”)

Companhia constituída em 03 de dezembro de 2020, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, tem por objeto social a administração de grupo de consórcios na forma da legislação em vigor.

Trata-se de companhia constituída com vistas a consecução do acordo de associação firmado com a CNP (Acordo CNP-Consórcios) para exploração, pelo prazo de 20 anos, o ramo de consórcios na rede de distribuição Balcão CAIXA.

a.5) XS6 Assistência S.A. (“XS6 Assistência” ou “Caixa Assistência”)

Anteriormente denominada XS6 Participações S.A. (“XS6 Participações”), trata-se de Companhia constituída em 23 de outubro de 2020, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, tendo por objeto social (i) a distribuição, divulgação, oferta, venda e o pós-venda de serviços de assistência, inclusive para seguradoras, sociedades de capitalização, administradoras de consórcios, seguradoras especializadas em saúde e operadoras de planos de assistência à saúde, (ii) a prestação de serviços de intermediação de serviços de assistência, (iii) assessoria técnica em geral, e (iv) participação societária em outras sociedades.

Trata-se de companhia constituída com vistas a consecução do acordo de associação firmado com a USS Soluções Gerenciadas S.A. – Tempo Assist (Acordo Tempo) para exploração, pelo prazo de 20 anos, do ramo de serviços assistenciais na rede de distribuição Balcão CAIXA.

a.6) Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. (“CAIXA Corretora”)

Companhia constituída em 17 de agosto de 2020, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, subsidiária integral da CAIXA Seguridade, tem por objeto social: a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; assessoria e consultoria no ramo de seguros; a corretagem e administração de seguros, em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, planos de previdência complementar aberta, títulos de capitalização e outras corretagens fruto dos seguros vendidos no balcão ou extra balcão da CAIXA.

b) Composição dos investimentos em participações societárias, diretos e indiretos, da CAIXA Seguridade:

Empresa	Descrição	% de participação da Companhia	
		31/12/2025	
		Direta	Indireta
CAIXA Holding Securitária:	A CAIXA Holding Securitária tem por objeto social exclusivo, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).	100,00	-
Too Seguros S.A.	Trata-se de uma sociedade anônima fechada que tem como objeto social: (a) as operações de seguros de danos e de pessoas; e (b) a participação como acionista ou sócio em outras sociedades ou empreendimentos, exceto em corretora de seguros.	-	49,00
PAN Corretora de Seguros Ltda.	Regida pelo acordo de Sócios celebrado entre a Caixa Holding Securitária S.A. e BTG Pactual Holding Participações S.A., tem por objeto a corretagem e administração, em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, de: (a) seguros; (b) planos de previdência complementar; (c) títulos de capitalização; (d) planos de saúde, seguros saúde, odontológicos e benefícios; (e) intermediação de serviços/negócios de assistências em geral, vinculados ou não a produtos de seguros; (f) prestação de serviços de assessoria de corretagem de seguros; e, ainda (g) a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista, quotista, debenturistas, fundos de investimentos e empreendimentos imobiliários de maneira geral, exceto em sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização ou entidade aberta de previdência complementar.	-	49,00
XS3 Seguros S.A.	Sociedade Anônima de capital fechado, regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre a Caixa Holding Securitária S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A. que tem por objeto social a distribuição, divulgação, oferta, a venda e pós-vendas de seguros habitacional e residencial desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela companhia.	-	75,00
XS4 Capitalização S.A.	Sociedade Anônima de capital fechado, regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre Caixa Holding Securitária S.A e Icatu Seguridade S.A. que tem por objeto social a distribuição, divulgação, oferta, a venda e pós vendas de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela companhia.	-	75,00
Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.	Subsidiária integral da Caixa Seguridade que tem como objeto social: (i) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; (ii) assessoria e consultoria no ramo de seguros; (iii) corretagem e administração de seguros em todas as modalidades permitidas pela legislação vigente, planos de previdência complementar aberta, títulos de capitalização, cotas de consórcios, serviços assistenciais, planos de saúde e odontológicos, bem como contratos quaisquer distribuídos ou comercializados na rede de distribuição da CAIXA ou extra rede de distribuição da CAIXA.	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Corretora Renda Fixa	Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e destinado a acolher investimentos exclusivamente da CAIXA Corretora. O fundo é administrado e custodiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, os serviços de gestão da carteira são realizados pela CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	100,00
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	A CNP Seguros Holding Brasil, regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre a Caixa Seguridade S.A, CNP Assurances S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda, que tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, inclusive poderá participar do capital de empresas de Companhia Seguradora, de Capitalização, de Previdência Privada, de Administração de Consórcios, de Consultoria da Área de Previdência Pública para Estados e Municípios, e de Companhia Seguradora Especializada no Ramo Saúde, observada a legislação vigente.	48,25	-
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	Subsidiária integral da CNP Seguros Holding Brasil que tem como objeto a exploração e comercialização, em todo território nacional, de seguros no ramo saúde, médicos e odontológicos, em todas as modalidades previstas pela legislação pertinente, incluindo a prestação de serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de seguros privados de saúde, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades civis ou comerciais relacionadas ao seu objeto social.	-	48,25

Empresa	Descrição	% de participação da Companhia 31/12/2025	
		Direta	Indireta
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.:	Subsidiária integral da CNP Seguros Holding Brasil que tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	-	48,25
Caixa Seguradora S.A.	Subsidiária integral da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Tem como objeto social a exploração de seguros, em quaisquer de suas modalidades ou formas, especialmente nos seguros de danos e de pessoas, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades relacionadas ao seu objeto social.	-	48,25
Youse Seguradora S.A.	Subsidiária integral da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. tem como objeto a exploração de operações de seguros de danos e de pessoal, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.	-	48,25
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Subsidiária integral da CNP Seguros Holding Brasil que tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria e consultoria em seguros, previdência, saúde, capitalização; gestão de ativos financeiros, de serviços previdenciários, auditoria, avaliação, planejamento, orientação, controle, supervisão e execução de estudos e pesquisas sobre matemáticas contábeis, econômico financeiras, estatísticas, atuarial e organizacional; a realização de estudos e execução de serviços técnicos para estruturação, modelagem, adequação, treinamento e implementação de sistemas de previdências, tributário, fiscal, administrativo e patrimonial para União, DF, Estados e Municípios, na Administração Direta e Indireta; a realização de trabalhos de consultoria e de desenvolvimento de softwares; elaboração de estudos setoriais do mercado de seguros, previdência e capitalização; a cobrança e a prestação de serviços de tele assistência e telemarketing nas modalidades ativa e passiva, a prestação de serviços de assistência a veículos leves e pesados, motocicletas e outros meios de transportes motorizados, e a prestação de assistências especializadas pessoal e patrimonial que consistam em serviços complementares a seguros em geral; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeira como acionista ou sócio quotista.	-	48,25
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Seguridade Renda Fixa	Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e destinado a acolher investimentos exclusivamente da CAIXA Seguridade. O fundo é administrado e custodiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, os serviços de gestão da carteira são realizados pela CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100,00	-
Holding XS1 S.A.	Sociedade anônima de capital fechado, regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre a Caixa Seguridade, CNP Assurances Participações Ltda, CNP Assurances Brasil Holding Ltda e CNP Assurances S.A., que tem por objeto a participação em sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.	60,00	-
Caixa Vida e Previdência S.A.	Sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral da Holding XS1. Tem por objeto operar no ramo de seguro de vida e planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda, conforme definido na legislação vigente, podendo participar de outras sociedades.	-	60,00
XS5 Administradora de Consórcios S.A.	Sociedade anônima de capital fechado, regida pelo Acordo de Acionista celebrado entre a Caixa Seguridade e CNP Assurances Participações Ltda que tem como objeto social a administração de grupos de consórcios na forma da legislação em vigor.	75,00	-
XS6 Assistência S.A.	Sociedade anônima de capital fechado, regida pelo Acordo de Acionistas celebrado entre a Caixa Seguridade e USS Soluções Gerenciadas S.A., que tem como objeto social: a distribuição, divulgação, oferta, a comercialização, venda e pós venda em canais de distribuição, físicos, remotos ou virtuais, da Caixa Econômica Federal (e/ou de sociedades controladas pela Caixa Econômica Federal, direta ou indiretamente, que atuem com atividades bancárias, financeiras e /ou correlatas) de produtos de serviços de assistência, caracterizado como atividade prestada em relação a pessoas, automóveis ou residências por meio da rede de prestadores de serviços credenciados, em caráter emergencial ou não emergencial, de forma vinculada ou não vinculada a um produtos de seguro, previdência complementar, capitalização ou consórcio, sem contrapartida pecuniária para o cliente, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia.	75,00	-

c) Oferta subsequente de ações ordinárias (*follow on*)

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28 de março de 2024, a CAIXA Seguridade informou a seus acionistas e ao mercado em geral que sua controladora Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), decidiu, no âmbito do seu Conselho Diretor, autorizar a elaboração de estudos e análises necessários para eventual alienação futura de ações, sem alteração do controle. Esta ação visa o atingimento do percentual mínimo de ações em circulação da Companhia, conforme as regras do segmento Novo Mercado da B3 e sem alteração no controle da Companhia (“Potencial Oferta”).

Em vista disso, a Companhia divulgou um novo Comunicado ao Mercado em 16 de outubro de 2024, informando que recebeu ofício de sua Controladora ao qual foi comunicado que em Assembleia Geral, realizada naquela data, autorizou a continuidade do procedimento para eventual oferta pública secundária subsequente de ações ordinárias de emissão da CAIXA Seguridade.

Por meio do Comunicado ao Mercado divulgado em 26 de dezembro de 2024, a Controladora notificou a conclusão do processo de seleção do Sindicato de Bancos para atuarem como coordenadores. Os serviços de assessoria financeira no âmbito da Potencial Oferta, incluindo trabalhos preparatórios para a definição da viabilidade e dos termos e condições, foram prestados por Banco Itaú BBA S.A., Banco BTG Pactual S.A., *Bank of America* Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal.

Em continuidade aos fatos relevantes divulgados anteriormente, a Companhia comunicou que, em 19 de março de 2025, a Caixa Econômica Federal aprovou o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, fixado em R\$ 14,75 (catorze reais e setenta e cinco centavos), conforme definido no Procedimento de “*Bookbuilding*”. A oferta pública de distribuição secundária abrangeu um total de 82.380.893 (oitenta e duas milhões, trezentas e oitenta mil, oitocentas e noventa e três) ações ordinárias, perfazendo o montante total de R\$1.215.118.171,75 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, cento e dezoito mil, cento e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

A oferta foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das ações no exterior, exclusivamente para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos e para investidores não residentes nos demais países, conforme a legislação aplicável.

d) Não renovação do Acordo de Acionistas da Too Seguros

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 31 de julho de 2025, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral a não renovação do Acordo de Acionistas da Too Seguros, cuja vigência encerrou-se em 1º de agosto de 2025, com a concomitante perda da vigência do Contrato Operacional, que permite a oferta de seguro habitacional pela Too Seguros nos correspondentes bancários e unidades lotéricas da Caixa Econômica Federal.

Com o término da vigência do Acordo de Acionistas, a Companhia permanecerá detentora de 49,0% do capital social da Too Seguros, preservando os direitos assegurados pela legislação aplicável e/ou pelo Estatuto Social da Too Seguros.

e) Termo de Compromisso celebrado entre CAIXA e INSS

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 10 de novembro de 2025 e 08 de dezembro de 2025, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que foi comunicada por sua acionista controladora, Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), acerca da assinatura de Termo de Compromisso celebrado entre CAIXA e Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”).

O Termo de Compromisso tem como objeto a avaliação da adequação dos procedimentos adotados na oferta do seguro prestamista vinculado às operações de crédito consignado contratadas por beneficiários do INSS, inclusive no que se refere à observância da legislação aplicável durante a vigência da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, bem como a apuração de eventual devolução de valores cobrados indevidamente, a ser analisada no âmbito de Processo Administrativo instaurado pelo INSS.

Em decorrência da assinatura do Termo de Compromisso, a Companhia informou que a oferta do seguro prestamista vinculada às operações de empréstimo consignado contratadas por beneficiários do INSS encontra-se suspensa, permanecendo assim até a conclusão do Processo Administrativo. Na data-base destas demonstrações contábeis, não havia previsão para o encerramento do referido Processo.

A Administração acompanha a evolução do tema e manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de eventuais desdobramentos relevantes.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da CAIXA Seguridade em 26 de fevereiro de 2026.

Nota 3 – Práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Consolidação

a.1) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pelo Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, as receitas, as despesas os ganhos e as perdas não realizados são eliminados por ocasião do processo de consolidação.

b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CAIXA Seguridade.

c) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita de acesso à rede de distribuição e do uso da marca CAIXA compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, a título de remuneração pelo acesso para comercialização e distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios disponibilizados na rede de distribuição CAIXA por instituições conveniadas, partes de contratos ou convênios operacionais previamente celebrados com o Conglomerado da CAIXA Seguridade.

A receita de prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela CAIXA Corretora, corretora própria do Grupo, em decorrência da prestação de serviços de corretagem ou intermediação sobre os produtos de seguridade distribuídos na Rede de Distribuição Balcão CAIXA.

O Conglomerado reconhece essas receitas quando seu valor pode ser mensurado com segurança, incluindo os seus custos associados, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido

atendidos para cada uma das atividades do Conglomerado, especificamente: (i) a emissão da apólice e/ou certificado e, cumulativamente, (ii) consequente recebimento do prêmio, contribuição, aportes e portabilidades recebidas por parte das seguradoras, entidades de capitalização, previdência complementar, administradoras de consórcios e serviços assistenciais.

O resultado de investimentos em participações societárias é auferido com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) sobre os resultados obtidos pelas investidas do Grupo, especialmente por seguradoras, entidades de capitalização e de previdência complementar reguladas e supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

De forma a garantir representação fidedigna de nossas participações societárias, o cômputo da equivalência patrimonial considera a existência de direitos diferenciados de determinadas categorias de ações e de direitos contratuais que afetam desproporcionalmente os resultados de entidades coligadas e controladas (vide Nota 12).

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos ao baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa.

e) Instrumentos financeiros ao valor justo

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, bem como em função das características dos fluxos de caixa contratuais negociados para o ativo financeiro.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto nos casos dos ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros detidos pela CAIXA Seguridade e suas subsidiárias referem-se a cotas de fundos de investimentos - curto prazo, cotas de fundos de investimento exclusivo e títulos públicos federais, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

f) Valores a receber

Os valores a receber correspondem às receitas, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de corretagem e intermediação e de acesso à rede de distribuição e de uso da marca CAIXA em seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios. O prazo de recebimento é inferior a um ano, sendo a classificação registrada no ativo circulante.

g) Aquisição de investimentos em participações societárias

A aquisição de investimentos em participações societárias, cuja relação resulte no exercício de, no mínimo, influência significativa, é registrada aplicando-se o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (“goodwill”). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Conglomerado incorre em uma aquisição de investimento em participação societária, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo.

Os resultados das investidas adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das investidas alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer influência significativa ou controle.

h) Investimentos em participações societárias

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento inclui o ágio, bem como ativos intangíveis identificados na aquisição, se houver, líquido de quaisquer perdas por *impairment* acumuladas.

A participação do Conglomerado nos lucros ou prejuízos nas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Conglomerado. Quando a participação do Conglomerado nas perdas de uma coligada ou empreendimentos controlados em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Conglomerado não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou empreendimentos controlados em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Conglomerado e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

j) Tributos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Conglomerado atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Conglomerado nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar ou, no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos sobre a renda diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Os tributos aplicáveis à CAIXA Seguridade e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) ⁽¹⁾	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%
Contribuição ao PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Contribuição ao PIS sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) s/ rendimentos de aplicações financeiras	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ⁽²⁾	Até 5%

(1) Inclui alíquota básica (15%) e adicional (10%).

(2) Incidente sobre serviços prestados pela Caixa Corretora.

k) Dividendos distribuídos e juros sobre capital próprio

Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

O Conglomerado poderá a qualquer tempo levantar novas demonstrações contábeis em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários.

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo.

Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo no final do exercício, sendo o valor superior ao mínimo obrigatório somente provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

l) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos foram estabelecidas considerando a perspectiva da Administração sobre a gestão das atividades de negócios do Grupo CAIXA Seguridade e apresentam informações que exprimem a natureza e os efeitos patrimoniais e financeiros dessas atividades de negócio, bem como os ambientes em que a Companhia opera.

A partir da conclusão das parcerias, as atividades de negócios do Grupo CAIXA Seguridade passaram a ser subdivididas em 3 (três) segmentos, quais sejam: *Run-off* / Mar Aberto (negócios de seguridade operados pelo antigo parceiro ou operados fora do Balcão CAIXA), Seguridade (investimento em negócios de seguridade estabelecidos em decorrência do processo competitivo de escolha de parceiros estratégicos para exploração do balcão CAIXA) e Distribuição (negócios relacionados a gestão do acesso à rede distribuição e uso da marca CAIXA e a corretagem e intermediação de produtos de seguridade).

m) Ativo não circulante mantido para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante (ou um grupo de ativos) como mantido para venda se o seu valor contábil estiver para ser recuperado principalmente por meio de transação de venda ao invés do seu uso contínuo.

Para que esse seja o caso, o ativo (ou grupo) deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos (ou grupos), e a sua venda deve ser altamente provável.

Aplicam-se aos ativos não circulantes mantidos para venda todas as regras relativas à perda do valor recuperável de ativos (*impairment*).

Se houver desistência do plano de venda, ou as condições para ser mantido como mantido para venda não mais existirem, a entidade deve deixar de classificar o ativo como mantido para venda e deve mensurar o ativo pelo menor valor entre o que estaria caso não houvesse saído desse grupo ou seu valor de recuperação à data da decisão posterior de não vender.

Esta classificação denota o reconhecimento de “ativo não circulante mantido para venda” em separado no ativo circulante, bem como uma operação como descontinuada na data em que a operação satisfaz os critérios para ser classificada como mantida para venda ou quando a entidade descontinua a operação.

n) Arrendamentos

A Companhia adota o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, reconhecendo, na qualidade de arrendatária, os contratos de arrendamento no balanço patrimonial por meio do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento correspondente.

O contrato vigente refere-se ao imóvel utilizado como sede administrativa, com prazo contratual de 60 meses e cláusula de reajuste anual com base no IPCA do período. O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental nominal sobre empréstimos, determinada com base nas condições de mercado e no perfil de crédito da Companhia.

Os pagamentos futuros são atualizados pela inflação projetada, e as remensurações do passivo de arrendamento refletem alterações nos índices utilizados para reajuste contratual. O ativo de direito de uso é depreciado linearmente ao longo do prazo do contrato, e os encargos financeiros são apropriados ao resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia revisa anualmente suas premissas econômicas, de forma a refletir eventuais mudanças relevantes nas diretrizes utilizadas.

Nota 4 – Pronunciamentos e leis recentemente emitidos

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e entraram em vigor recentemente.

a) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 alterando a Constituição Federal para tratar da Reforma Tributária. A norma promoveu mudanças no Sistema Tributário Nacional com o objetivo de modernizar e simplificar a estrutura de tributação no país.

Conforme texto promulgado, 5 (cinco) tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) serão substituídos por 1 (um) Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual formado pelo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS (que substitui o ICMS e ISS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS (que substitui o PIS, PIS-Importação, COFINS e COFINS-Importação), e pelo Imposto Seletivo, incidente sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Após a promulgação da Emenda Constitucional, os esforços se concentraram na regulamentação da nova base normativa fiscal. Nesse contexto, foi editada a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que instituiu o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo, bem como criou o Comitê Gestor do IBS. Recentemente, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS), disciplina os processos administrativos tributários relativos ao IBS, estabelece regras para a fiscalização desse tributo e define critérios para a distribuição do produto da arrecadação do IBS e da CBS, entre outras disposições.

Apesar das regulamentações já publicadas, permanece pendente a divulgação, pelo Senado Federal, das alíquotas de referência do IBS e da CBS, o que impede, por consequência, a definição e a publicação das alíquotas efetivas por parte dos entes federativos competentes.

A Reforma Tributária contará com uma fase de transição que ocorrerá entre 2026 e 2032, com sua implementação completa prevista para 2033. A Companhia vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda demais desdobramentos do Comitê Gestor e da Receita Federal do Brasil para avaliações mais precisas dos impactos.

b) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

Publicada em abril de 2024, a IFRS 18 (CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis) substituirá a IAS 1 (CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis). A nova norma entrará em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Entre as principais alterações, destaca-se a introdução de uma nova estrutura para a demonstração de resultados, segmentada em cinco categorias para a classificação das receitas e despesas (operacionais, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas), e com inclusão de dois novos subtotais.

Adicionalmente, exige a divulgação de Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) – subtotais de receitas e despesas não especificados, na minuta ou nos outros pronunciamentos, interpretações ou orientações do CPC - mas utilizados em comunicações públicas para refletir a visão da administração sobre um aspecto do desempenho financeiro da entidade como um todo.

Vale destacar que, em 22 de dezembro de 2025, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em plenário a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 51, elaborada de acordo com o CPC 51. Posteriormente, em 23 de dezembro de 2025, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Resolução CVM 237, tornando obrigatória a adoção do CPC 51 para as companhias abertas. Em ambos os casos, a norma também passa a ser exigida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

Eventuais impactos estão sendo avaliados pela administração da Companhia e serão concluídos até a entrada em vigor da norma.

c) OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

Aprovada pela Resolução CVM nº 223/2024, a OCPC 10 tem por objetivo orientar o adequado tratamento contábil das operações relacionadas a créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) considerando suas naturezas específicas e os critérios estabelecidos pelas normas contábeis brasileiras. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e aplica-se aos agentes econômicos (entidades) que atuam como desenvolvedores (originadores), intermediários ou usuários finais desses créditos, conforme a natureza da operação e o objetivo econômico envolvido (modelo de negócios), considerando ainda a cadeia de valor no processo de descarbonização da economia.

No caso específico de entidades que adquirem créditos de carbono para compensação de emissões próprias de gases de efeito estufa (GEE), isto é, atuando como usuárias finais, a OCPC 10 recomenda o tratamento contábil com base no Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, desde que o ativo seja identificável, controlável, mensurável com confiabilidade e traga benefícios econômicos futuros, ainda que indiretos.

A esse respeito, destaca-se que em janeiro de 2025, a Companhia adquiriu 3.000 unidades de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), cada uma correspondente à redução de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), oriundas de projeto registrado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instituído pelo Protocolo de Quioto. A aquisição foi realizada com a finalidade de compensar voluntariamente as emissões de GEE associadas às atividades da Companhia, sendo prevista a aposentadoria progressiva dos créditos conforme os resultados da apuração anual do inventário de emissões.

Em conformidade com a OCPC 10 e a CPC 04, os créditos foram reconhecidos como ativo intangível, mensurados ao custo de aquisição e classificados no grupo de Outros Ativos. A amortização ocorrerá proporcionalmente à quantidade de créditos efetivamente aposentados a cada exercício, refletindo o consumo do benefício econômico esperado, relacionado ao cumprimento voluntário de compromissos ambientais da Companhia.

d) IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgação Relacionada ao Clima

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB), vinculado à IFRS Foundation, emitiu os

pronunciamentos IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgação Relacionada ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade que sejam úteis aos usuários dos relatórios financeiros. Seu objetivo é permitir a avaliação de como os riscos e oportunidades associados à sustentabilidade podem impactar a capacidade da entidade em gerar valor ao longo do tempo. A norma também define os princípios para a elaboração e apresentação dessas informações.

Por sua vez, a norma IFRS S2 trata especificamente da divulgação de informações sobre os riscos e oportunidades relacionados ao clima, com o propósito de oferecer subsídios relevantes para a avaliação dos impactos climáticos na perspectiva futura da companhia. A norma estrutura suas exigências com base nos pilares de governança, estratégia, gestão de riscos, e métricas e metas.

Em outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução nº 193, que dispõe sobre a elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com base nos padrões emitidos pelo ISSB.

Posteriormente, em outubro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), responsável pelo estudo, preparo e a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade e de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, divulgou o Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e o Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, ambos aprovados pela CVM, por meio das Resoluções CVM nº 217 e 218 e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das normas NBC TDS 01 e NBC TDS 02, respectivamente.

Para as companhias abertas, foi estabelecida a possibilidade de adoção voluntária da elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, a elaboração e divulgação do relatório, com base nas normas emitidas pelo CBPS, e aprovadas pela CVM, se torna obrigatória.

A Administração segue avaliando os impactos da aplicação dessas normas sobre seus processos, controles internos, sistemas de reporte e forma de divulgação das informações.

Nota 5 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Conglomerado faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, a estimativa contábil resultante raramente será igual aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Definição da natureza do relacionamento com as investidas

- I. Holding XS1: Conforme consta no Acordo de Acionistas, celebrado em 17 de dezembro de 2020, é assegurado à CAIXA Seguridade a participação nas decisões sobre as matérias relevantes nos aspectos operacionais, financeiros e estratégicos da Holding XS1 S.A. caracterizando a existência de influência significativa sobre a coligada.
- II. CNP Brasil: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 29 de dezembro de 2011, é assegurado à CAIXA Seguridade (sucessora da CAIXAPAR) a participação nas decisões sobre as matérias relevantes nos aspectos operacionais, financeiros e estratégicos da CNP Seguros Holding Brasil S.A. caracterizando a existência de influência significativa sobre a coligada.
- III. XS5 Consórcios: Conforme consta no Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de março de 2021, considerando a composição do Conselho de Administração, incluindo a perspectiva de alternância de sua presidência e de sua vice-presidência entre os acionistas da companhia, bem como considerando a composição de sua Diretoria Executiva e as respectivas competências deliberativas em termos de colegiados, fica caracterizado o controle conjunto desta companhia com o parceiro CNP Assurances.

- IV. XS6 Assistência: Conforme consta no Acordo de Acionistas, celebrado em 04 de janeiro de 2021, considerando a composição do Conselho de Administração, incluindo a perspectiva de alternância de sua presidência e de sua vice-presidência entre os acionistas da companhia, bem como considerando a composição de sua Diretoria Executiva, contemplando 2 (dois) diretores indicados pela controladora CAIXA e 2 (dois) indicados pela USS Soluções além das respectivas competências deliberativas em termos de colegiados, fica caracterizado o controle conjunto desta companhia com o parceiro USS Soluções.
- V. Too Seguros: Até 31 de julho de 2025, conforme previsto no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. e Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), ao qual aderiu a Caixa Holding Securitária S.A. ("CAIXA Holding") por ocasião da incorporação desse investimento da CAIXAPAR pela CAIXA Seguridade, as partes declararam, para todos os efeitos legais, que integravam o grupo de controle da Too Seguros, caracterizando o controle conjunto da companhia. Em 1º de agosto de 2025, conforme comunicado ao mercado, o referido Acordo de Acionistas e Outras Avenças não foi renovado, perdendo a sua vigência nessa data. A partir de então, a CAIXA Holding manteve a participação de 49,0% do capital social da Too Seguros, preservando os direitos assegurados pela legislação aplicável e/ou pelo Estatuto Social da Companhia. Até o período findo abrangido por estas demonstrações do exercício, permanece vigente o entendimento sobre o controle conjunto da companhia.
- VI. PAN Corretora: Conforme consta no Acordo de Sócios e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre Banco BTG Pactual S.A. e CAIXAPAR, ao qual aderiu a Caixa Holding Securitária S.A. por ocasião da incorporação desse investimento da CAIXAPAR pela CAIXA Seguridade, essas entidades declaram, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Corretora. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Corretora.
- VII. XS3 Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas, celebrado em 04 de janeiro de 2021, considerando a composição do Conselho de Administração, incluindo a perspectiva de alternância de sua presidência e de sua vice-presidência entre os acionistas da companhia, bem como considerando a composição de sua Diretoria Executiva e as respectivas competências deliberativas em termos de colegiados, fica caracterizado o controle conjunto desta companhia com a parceira Tokio Marine.
- VIII. XS4 Capitalização: Conforme consta no Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de março de 2021, considerando a composição do Conselho de Administração, incluindo a perspectiva de alternância de sua presidência e de sua vice-presidência entre os acionistas da companhia, bem como considerando a composição de sua Diretoria Executiva e as respectivas competências deliberativas em termos de colegiados, fica caracterizado o controle conjunto desta companhia com a parceira Icatu.

O quadro abaixo apresenta o resumo da natureza do relacionamento com as investidas:

Empresas	% de participação no capital	31/12/2025	
		Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
CAIXA Corretora	100	Controlada	Consolidação
CAIXA Holding	100	Controlada	Consolidação
FI Exclusivo CAIXA Seguridade	100	Controlada	Consolidação
FI Exclusivo CAIXA Corretora	100	Controlada	Consolidação
Holding XS1	60	Coligada	MEP
CNP Brasil	48,25	Coligada	MEP
XS5 Consórcios	75	Controle conjunto	MEP
XS6 Assistência	75	Controle conjunto	MEP
Too Seguros	49	Controle conjunto	MEP
PAN Corretora	49	Controle conjunto	MEP
XS3 Seguros	75	Controle conjunto	MEP
XS4 Capitalização	75	Controle conjunto	MEP

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente é avaliado, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável (*impairment*) do ativo.

Anualmente, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote as premissas.

Nota 6 – Gerenciamento de riscos

A CAIXA Seguridade entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos e financeiros. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o intuito de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia adota estrutura e instrumentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos. Possui área de gerenciamento de riscos, *compliance* e controles internos segregada das demais unidades, inclusive da auditoria interna. O Estatuto Social estabelece as suas atribuições no Capítulo X, Seção III, art. 52. Periodicamente, as informações sobre o gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance* são geradas e fornecidas aos demais gestores da CAIXA Seguridade, às instâncias deliberativas e fiscalizatórias, ao regulador e ao mercado.

O modelo de três linhas é adotado pela CAIXA Seguridade no gerenciamento de riscos. A primeira linha identifica, avalia e controla os riscos, sendo composta pelos controles operacionais e internos. Os gestores que detêm os riscos do negócio são responsáveis por gerenciá-los e por implementar medidas corretivas nos processos e nos controles deficientes. A segunda linha compreende a área de gerenciamento de riscos, *compliance* e controles internos, sendo responsável por monitorar e contribuir com a implementação de práticas eficazes de gestão de riscos. Já a terceira linha é exercida pela auditoria interna, responsável por fornecer aos órgãos de governança a avaliação objetiva e independente quanto à eficácia dos controles internos, da gestão de riscos e da governança.

A Companhia realiza ações de disseminação e manutenção da cultura de risco, segurança da informação, controles internos, *compliance* e integridade, promovendo o comprometimento dos colaboradores com a gestão adequada dos riscos dentro de seu escopo de atuação.

A CAIXA Seguridade possui Política de Gerenciamento de Riscos e Declaração de Appetite a Riscos (RAS) aprovadas pelo Conselho de Administração e revisadas anualmente, com objetivo de manter a exposição aos riscos em níveis considerados aceitáveis por sua Administração e assegurar o modelo de negócios, performance futura, solvência, liquidez e sustentabilidade da Companhia.

A Companhia está exposta aos riscos por Contágio; de Estratégia; Social, Ambiental e Climático; de Reputação ou de Imagem; de Capital; de Crédito/Contraparte; de Liquidez; de Mercado; Operacional; Cibernético; de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa; de Compliance; à Integridade e Legal.

As diretrizes, boas práticas e mitigadores adotados na gestão de riscos pela CAIXA Seguridade estão dispostos nas Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Controles Internos e no Programa de Compliance e Integridade que se encontram disponíveis no sítio eletrônico de relações com investidores da Companhia.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é resultante de movimentos nos níveis ou nas volatilidades de preços de mercado e a exposição a este risco advém da carteira de ativos financeiros mantida pela Companhia.

A gestão do risco de mercado na primeira linha ocorre por meio da execução da Política de Investimentos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração, que define os ativos e os limites de composição da carteira de investimentos, e por meio do acompanhamento sistemático do valor em risco da carteira (VaR - Value at Risk). O modelo de VaR adotado considera a abordagem paramétrica delta-normal, baseada em modelo analítico de matriz de covariância, com período de manutenção de 21 dias úteis e nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes.

b) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2025, as carteiras de investimentos financeiros da CAIXA Seguridade – Controladora e Consolidado, eram compostas por cotas de fundo de investimento de curto prazo, fundos de investimentos exclusivos e títulos públicos federais. A aplicação do VaR na carteira de investimentos da Companhia resultou nas seguintes exposições ao risco de mercado em ativos financeiros:

Risco de Mercado	Controladora			
	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Valor em Risco (VaR)	109,0	0,01%	1.405,9	0,16%

Risco de Mercado	Consolidado			
	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Valor em Risco (VaR)	154,4	0,01%	1.663,8	0,14%

A exposição ao risco de mercado é classificada preponderantemente no fator de risco de taxa de juros, com alocações de prazo curto alocadas nas carteiras dos fundos. Dessa forma, a exposição associada aos ativos financeiros aplicados não ameaça o modelo de negócio, performance futura, solvência, liquidez ou sustentabilidade da Companhia.

c) Riscos relacionados às sociedades investidas

As sociedades investidas compartilham seus resultados com a CAIXA Seguridade por equivalência patrimonial, desta forma, a Companhia está exposta, essencialmente, aos riscos atrelados a elas.

As empresas CNP Brasil, Holding XS1, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios e Too Seguros, sociedades investidas diretas e indiretas da CAIXA Seguridade, possuem estrutura própria de gerenciamento de riscos e devem observar os requisitos de capital estabelecidos pelos órgãos de controle e fiscalização. As empresas supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), alinhadas à Resolução CNSP nº 416/2021, possuem Diretores Estatutários responsáveis pelos controles internos, conformidade e gestão de riscos. Todas as sociedades investidas da Companhia, com exceção da Caixa Corretora, também possuem Comitê de Riscos.

É importante destacar que a CAIXA Seguridade, por meio da sua área de riscos, realiza o monitoramento e avaliação contínua dos níveis de exposição das sociedades investidas, considerando a relevância, a materialidade e os riscos dos negócios. Adicionalmente, realiza anualmente a avaliação do ambiente de riscos e controles internos; *compliance*; prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; e segurança da informação e privacidade, além de fomentar a adoção das boas práticas de gestão de riscos.

Ademais, as sociedades investidas supervisionadas pela Susep e pelo Banco Central do Brasil (BCB) devem atender a requisitos definidos pelos reguladores, tais como os estabelecidos pela Circular Susep nº 648/2021, Resolução CNSP nº 432/2021, Resolução CNSP nº 416/2021, Resolução BCB nº 234 de 27/7/2022 e Resolução BCB nº 260 de 22/11/2022 e com suas respectivas alterações posteriores.

Nota 7 – Informações por segmento

As informações por segmentos foram estabelecidas considerando a perspectiva da Administração sobre a gestão das atividades de negócios do Grupo CAIXA Seguridade e apresentam informações que exprimem a natureza e os efeitos patrimoniais e financeiros dessas atividades de negócio, bem como os ambientes em que a Companhia opera.

A partir da conclusão das parcerias, as atividades de negócios do Grupo CAIXA Seguridade passaram a ser subdivididas em 3 (três) segmentos, quais sejam: *Run-off* / Mar Aberto (negócios de seguridade conduzidos pelo antigo parceiro ou operados fora do Balcão CAIXA), Seguridade (investimento em negócios de seguridade estabelecidos em decorrência do processo competitivo de escolha de parceiros estratégicos para exploração do balcão CAIXA) e Distribuição (negócios relacionados a gestão do acesso à rede distribuição e uso da marca CAIXA e a corretagem e intermediação de produtos de seguridade).

a) Análise da receita por categoria

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado de investimentos em participações societárias:	4.181.821	3.279.914	3.618.260	2.683.337
Run-off / Mar aberto	428.782	692.368	464.808	709.520
Seguridade	2.839.962	2.587.546	2.210.210	1.973.817
Distribuição	913.077	-	943.242	-
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	202.778	202.778	208.813	208.813
Distribuição	202.778	202.778	208.813	208.813
Receitas de prestação de serviços:	-	2.254.577	-	2.121.202
Distribuição	-	2.254.577	-	2.121.202
Total	4.384.599	5.737.269	3.827.073	5.013.352

b) Demonstração do resultado por segmento

Segmento	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025							
	Controladora				Consolidado			
	Run-off / Mar Aberto	Seguridade	Distribuição	Total	Run-off / Mar Aberto	Seguridade	Distribuição	Total
Receitas operacionais	428.782	2.839.962	1.115.855	4.384.599	692.368	2.587.546	2.457.355	5.737.269
Resultado de investimentos em participações societárias	428.782	2.839.962	913.077	4.181.821	692.368	2.587.546	-	3.279.914
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	-	-	202.778	202.778	-	-	202.778	202.778
Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	2.254.577	2.254.577
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	(618.509)	(618.509)
Resultado bruto	428.782	2.839.962	1.115.855	4.384.599	692.368	2.587.546	1.838.846	5.118.760
Outras receitas/(despesas) operacionais	(12.071)	(79.950)	(50.169)	(142.190)	(24.530)	(76.697)	(369.940)	(471.167)
Despesas administrativas	(11.476)	(76.011)	(29.865)	(117.352)	(18.032)	(67.390)	(63.999)	(149.421)
Despesas tributárias	(595)	(3.942)	(20.305)	(24.842)	(5.009)	(3.742)	(300.656)	(309.407)
Outras receitas/despesas operacionais	-	3	1	4	(1.489)	(5.565)	(5.285)	(12.339)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	416.711	2.760.012	1.065.686	4.242.409	667.838	2.510.849	1.468.906	4.647.593
Resultado financeiro	10.520	69.681	27.378	107.579	21.987	82.172	78.037	182.196
Receitas financeiras	11.177	74.029	29.087	114.293	23.302	87.087	82.705	193.094
Despesas financeiras	(657)	(4.348)	(1.709)	(6.714)	(1.315)	(4.915)	(4.668)	(10.898)
Resultado antes de participações, imposto de renda e contribuição social	427.231	2.829.693	1.093.064	4.349.988	689.825	2.593.021	1.546.943	4.829.789
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(58.428)	(58.428)	-	-	(538.229)	(538.229)
Lucro líquido do exercício	427.231	2.829.693	1.034.636	4.291.560	689.825	2.593.021	1.008.714	4.291.560

Segmento	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024							
	Controladora				Consolidado			
	Run-off / Mar Aberto	Seguridade	Distribuição	Total	Run-off / Mar Aberto	Seguridade	Distribuição	Total
Receitas operacionais	464.808	2.210.210	1.152.055	3.827.073	709.520	1.973.817	2.330.015	5.013.352
Resultado de investimentos em participações societárias	464.808	2.210.210	943.242	3.618.260	709.520	1.973.817	-	2.683.337
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	-	-	208.813	208.813	-	-	208.813	208.813
Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	2.121.202	2.121.202
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	(460.446)	(460.446)
Resultado bruto	464.808	2.210.210	1.152.055	3.827.073	709.520	1.973.817	1.869.569	4.552.906
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.554)	(7.392)	(33.430)	(42.376)	(7.975)	(15.803)	(306.105)	(329.883)
Despesas administrativas	(12.264)	(58.314)	(30.396)	(100.974)	(17.920)	(49.850)	(58.847)	(126.617)
Despesas tributárias	(590)	(2.810)	(31.042)	(34.442)	(3.417)	(3.123)	(291.137)	(297.677)
Outras receitas/despesas operacionais	11.300	53.732	28.008	93.040	13.362	37.170	43.879	94.411
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	463.254	2.202.818	1.118.625	3.784.697	701.545	1.958.014	1.563.464	4.223.023
Resultado financeiro	6.935	32.972	17.187	57.094	16.062	44.683	52.747	113.492
Receitas financeiras	12.705	60.412	31.489	104.606	24.375	67.807	80.045	172.227
Despesas financeiras	(5.770)	(27.440)	(14.302)	(47.512)	(8.313)	(23.124)	(27.298)	(58.735)
Resultado antes de participações, imposto de renda e contribuição social	470.189	2.235.790	1.135.812	3.841.791	717.607	2.002.697	1.616.211	4.336.515
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(76.607)	(76.607)	-	-	(571.331)	(571.331)
Lucro líquido do exercício	470.189	2.235.790	1.059.205	3.765.184	717.607	2.002.697	1.044.880	3.765.184

Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Depósitos bancários	80	306	88	435
Total	80	306	88	435

Nota 9 – Instrumentos financeiros ao valor justo

a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Controladora					31/12/2025	
	31/12/2024		Movimentação		Resultado financeiro (1)	Valor de Custo	Valor de Mercado
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Aplicações	Resgates			
Fundo de investimento exclusivo (2)	610.494	659.927	3.557.013	(3.415.736)	58.349	751.771	859.553
Letras financeiras do Tesouro	178.065	201.340	100.018	-	36.817	278.083	338.175
Total	788.559	861.267	3.657.031	(3.415.736)	95.166	1.029.854	1.197.728

(1) Contempla os impostos incidentes retidos na fonte, inclusive antecipados e a marcação a mercado (valor justo).

(2) Refere-se ao Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Seguridade, composto, sobretudo, por: Operações Compromissadas (145.850) e Letras financeiras do Tesouro (713.825).

Descrição	Consolidado					31/12/2025	
	31/12/2024		Movimentação		Resultado financeiro (2)	Valor de Custo	Valor de Mercado
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Aplicações (1)	Resgates (1)			
Cotas de fundos de investimento - curto prazo	(11.315)	2.927	61.319	(63.697)	297	(13.693)	846
Letras financeiras do Tesouro (3)	931.362	1.095.845	3.408.884	(3.137.328)	169.193	1.202.918	1.536.594
Operações compromissadas (3)	96.330	110.672	29.330.397	(29.298.117)	15.697	128.610	158.649
Instrumentos financeiros derivativos ativos (3)	(8.136)	42	-	(3.272)	3.230	(11.408)	-
Total	1.008.241	1.209.486	32.800.600	(32.502.414)	188.417	1.306.427	1.696.089

(1) Considera as liquidações decorrentes de variações positivas e negativas em instrumentos financeiros derivativos.

(2) Contempla os impostos incidentes retidos na fonte, inclusive antecipados e a marcação a mercado (valor justo).

(3) Refere-se sobretudo às operações dos Fundos de Investimentos Exclusivos Caixa Seguridade e Caixa Corretagem.

b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e local de negociação

Remete aos valores de referência (nacionais) dos instrumentos financeiros derivativos, contratados por meio dos fundos de investimentos exclusivos, visando à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, sempre observando-se os regulamentos vigentes.

Consolidado			
Valor Referencial			
Descrição	31/12/2025		31/12/2024
	Valor Nocial		Valor Nocial
Contratos de futuros			
Compromissos de compra	1.007.847		716.601
Mercado interfinanceiro/B3	1.007.847		716.601
Total	1.007.847		716.601

c) Resultado da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Consolidado	
	01 janeiro a 31 de dezembro de 2025	01 janeiro a 31 de dezembro de 2024
Contratos de Futuro	748	(3.674)
Total realizado	748	(3.674)

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo em três níveis hierárquicos na determinação do valor justo, quais sejam: (i) Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e (iii) Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Atualmente os Instrumentos Financeiros da Companhia, representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 8), por cotas de fundos de investimentos - curto prazo, cotas de fundos de investimento exclusivo e Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9 (a)) estão classificados no Nível 2 na hierarquia de valor justo, bem como também estão classificados neste nível os recebíveis registrados ao custo amortizado, representados pelos valores a receber (Nota 10). Já as Letras financeiras do Tesouro e Operações compromissadas estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Nota 10 – Valores a receber

Os valores a receber correspondem às receitas descritas na Nota 18 – Receitas de distribuição, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas a receber de partes relacionadas	61.935	139.845	52.325	151.586
Receitas a receber de terceiros	19.235	21.614	803	1.753
Total	81.170	161.459	53.128	153.339

Nota 11 – Outros ativos

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros ativos - circulante - Subtotal	1.386	3.388	1.386	1.750
Tributos a restituir	103	1.871	103	461
Prêmios de seguro a apropriar	1.283	1.283	1.283	1.283
Outros	-	234	-	6
Outros ativos - não circulante - Subtotal	40	40	-	-
Crédito de carbono	40	40	-	-
Total	1.426	3.428	1.386	1.750

Nota 12 – Investimentos em participações societárias

a) Movimentação dos investimentos

Empresas	Controladora				
	31/12/2024	Movimentação dos investimentos			31/12/2025
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CNP Brasil	2.325.920	428.782	(342.675)	136.470	2.548.497
CAIXA Holding	2.083.267	1.044.710	(1.076.967)	56.876	2.107.886
Holding XS1	7.207.587	1.497.531	(1.413.414)	64.958	7.356.662
XS5 Consórcios	425.217	260.577	(185.661)	-	500.133
XS6 Assistência	33.883	37.144	(26.465)	-	44.562
CAIXA Corretora	36.000	913.077	(913.077)	-	36.000
Total	12.111.874	4.181.821	(3.958.259)	258.304	12.593.740

Empresas	Controladora				
	31/12/2023	Movimentação dos investimentos			31/12/2024
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CNP Brasil (1)	2.487.831	464.808	(348.532)	(278.187)	2.325.920
CAIXA Holding	2.189.954	819.383	(767.266)	(158.804)	2.083.267
Holding XS1 (2)	7.503.711	1.197.120	(1.325.184)	(168.060)	7.207.587
XS5 Consórcios	376.207	170.471	(121.461)	-	425.217
XS6 Assistência	31.391	23.236	(20.744)	-	33.883
CAIXA Corretora	263.476	943.242	(1.170.718)	-	36.000
Total	12.852.570	3.618.260	(3.753.905)	(605.051)	12.111.874

(1) O Resultado de equivalência patrimonial da CNP Brasil contempla ajuste de (R\$ 14.542) relativo à reclassificação de marcação a mercado de instrumentos financeiros, considerando disposições da norma IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros.

(2) O Resultado de equivalência patrimonial da Holding XS1 está ajustado a menor em R\$ 68.309, líquidos de impactos tributários, em função da eliminação dos efeitos do contrato que prevê a despesa de *Launch Performance Commission* (LPC) registrada pela investida paga à Companhia, bem como a despesa de *Earn-out* paga à CAIXA

Empresas	Consolidado				
	31/12/2024	Movimentação dos investimentos			31/12/2025
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CNP Brasil	2.325.920	428.782	(342.675)	136.470	2.548.497
Holding XS1	7.207.587	1.497.531	(1.413.414)	64.958	7.356.662
XS3 Seguros	1.415.299	589.725	(525.562)	42.697	1.522.159
XS4 Capitalização	205.827	202.569	(137.674)	5.071	275.793
Too Seguros (1)	423.595	237.003	(229.081)	9.108	440.625
PAN Corretora	17.219	26.583	(23.238)	-	20.564
XS5 Consórcios	425.217	260.577	(185.661)	-	500.133
XS6 Assistência	33.883	37.144	(26.465)	-	44.562
Total	12.054.547	3.279.914	(2.883.770)	258.304	12.708.995

(1) O Resultado de equivalência patrimonial contempla a receita de juros sobre capital próprio em montante equivalente a R\$ 28.499.

Empresas	Consolidado				31/12/2024
	31/12/2023	Movimentação dos investimentos			
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CNP Brasil (1)	2.487.831	464.808	(348.532)	(278.187)	2.325.920
Holding XS1 (2)	7.503.711	1.197.120	(1.325.184)	(168.060)	7.207.587
XS3 Seguros (3)	1.432.775	428.441	(364.542)	(81.375)	1.415.299
XS4 Capitalização	234.286	154.549	(145.191)	(37.817)	205.827
Too Seguros (4)	443.180	222.588	(202.561)	(39.612)	423.595
PAN Corretora	30.331	22.124	(35.236)	-	17.219
XS5 Consórcios	376.207	170.471	(121.461)	-	425.217
XS6 Assistência	31.391	23.236	(20.744)	-	33.883
Total	12.539.712	2.683.337	(2.563.451)	(605.051)	12.054.547

(1) O Resultado de equivalência patrimonial da CNP Brasil contempla ajuste de (R\$ 14.542) relativo à reclassificação de marcação a mercado de instrumentos financeiros, considerando disposições da norma IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros.

(2) O Resultado de equivalência patrimonial da Holding XS1 está ajustado a menor em R\$ 68.309, líquidos de impactos tributários, em função da eliminação dos efeitos do contrato que prevê a despesa de *Launch Performance Commission* (LPC) registrada pela investida paga à Companhia, bem como a despesa de *Earn-out* paga à CAIXA.

(3) O Resultado de equivalência patrimonial da XS3 Seguros contempla ajuste negativo de exercícios anteriores em montante equivalente a R\$ 33.363 relativos à adoção da norma IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros.

(4) O Resultado de equivalência patrimonial da Too Seguros contempla a receita de juros sobre capital próprio em montante equivalente a R\$ 24.815.

b) Composição analítica dos resultados dos investimentos em participações societárias:

Controladora							
01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025							
Segmento	Run-off / Mar Aberto	Seguridade			Distribuição		Total
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos e Corretagem	Vida, Prestamista e Previdência	Consórcios	Serviços Assistenciais	Corretagem e intermediação de seguros	
Companhia	CNP Brasil	CAIXA Holding	Holding XS1	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	CAIXA Corretora	
Margem operacional	1.120.853	1.055.879	4.082.389	1.094.350	146.632	1.636.067	9.136.170
Resultado financeiro	304.272	529	608.923	42.454	17.158	73.009	1.046.345
Outras receitas/despesas operacionais	1.951	(2.808)	(592.247)	(602.280)	(88.991)	(325.089)	(1.609.464)
Resultado operacional	1.427.076	1.053.600	4.099.065	534.524	74.799	1.383.987	8.573.051
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	6.646	-	-	(123)	-	-	6.523
Resultado antes dos impostos e participações	1.433.722	1.053.600	4.099.065	534.401	74.799	1.383.987	8.579.574
Tributos sobre lucro	(541.530)	(8.890)	(1.603.179)	(175.081)	(25.272)	(470.910)	(2.824.862)
Participações sobre o resultado	-	-	-	(11.871)	-	-	(11.871)
Lucro líquido do exercício	892.192	1.044.710	2.495.886	347.449	49.527	913.077	5.742.841
Atribuível a acionistas do Grupo	889.134	1.044.710	2.495.886	347.449	49.527	913.077	5.739.783
(+) Reversão ajuste de Consolidação	(467)	-	-	-	-	-	(467)
(=) Atribuível a Acionistas do Grupo Ajustado	888.667	1.044.710	2.495.886	347.449	49.527	913.077	5.739.316
Atribuível a acionistas não controladores em controladas	3.058	-	-	-	-	-	3.058
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade	48,25	100,00	60,00	75,00	75,00	100,00	
(=) Lucro líquido atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	428.782	1.044.710	1.497.531	260.577	37.144	913.077	4.181.821
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	459.885	-	998.355	86.872	12.383	-	1.557.495

Controladora							
01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024							
Segmento	Run-off / Mar Aberto	Seguridade				Distribuição	Total
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos e Corretagem	Vida, Prestamista e Previdência	Consórcios	Serviços Assistenciais	Corretagem e intermediação de seguros	
Companhia	CNP Brasil (1)	CAIXA Holding	Holding XS1 (2)	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	CAIXA Corretora	
Margem operacional	1.449.078	827.701	3.476.309	870.023	102.426	1.660.756	8.386.293
Resultado financeiro	184.977	2.558	499.961	24.415	7.563	52.803	772.277
Outras receitas/despesas operacionais	(101.030)	(2.415)	(504.848)	(542.014)	(62.483)	(284.056)	(1.496.846)
Resultado operacional	1.533.025	827.844	3.471.422	352.424	47.506	1.429.503	7.661.724
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	788	-	-	(13)	-	-	775
Resultado antes dos impostos e participações	1.533.813	827.844	3.471.422	352.411	47.506	1.429.503	7.662.499
Tributos sobre lucro	(541.726)	(8.461)	(1.362.374)	(116.944)	(16.524)	(486.261)	(2.532.290)
Participações sobre o resultado	-	-	-	(8.163)	-	-	(8.163)
Lucro líquido do exercício	992.087	819.383	2.109.048	227.304	30.982	943.242	5.122.046
Atribuível a acionistas do Grupo	989.261	819.383	2.109.048	227.304	30.982	943.242	5.119.220
(+) Reversão ajuste de Consolidação	4.211	-	-	-	-	-	4.211
(=) Atribuível a Acionistas do Grupo Ajustado	993.472	819.383	2.109.048	227.304	30.982	943.242	5.123.431
Atribuível a acionistas não controladores em controladas	2.826	-	-	-	-	-	2.826
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade	48,25	100,00	60,00	75,00	75,00	100,00	
(=) Lucro líquido atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	479.350	819.383	1.265.429	170.471	23.236	943.242	3.701.111
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	514.122	-	843.619	56.833	7.746	-	1.422.320

(1) O Lucro líquido da CNP Brasil atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 14.542, considerando o resultado de equivalência registrado, em decorrência da reclassificação de resultado com instrumentos financeiros - Outros resultados abrangentes para resultado.

(2) O Lucro líquido da Holding XS1 atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 68.309, considerando o resultado de equivalência registrado, em função do ajuste dos efeitos do contrato que prevê a despesa de *Launch Performance Commission* (LPC) registrada pela investida paga à Companhia, bem como a despesa de *Earn-out* paga à CAIXA.

Consolidado									
01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025									
Segmento	Run-off / Mar Aberto			Seguridade					
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos	Corretagem e intermediação de seguros	Vida, Prestamista e Previdência	Habitacional e Residencial	Capitalização	Consórcios	Serviços Assistenciais	Total
Companhia	CNP Brasil	Too Seguros	PAN Corretora	Holding XS1	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	
Margem operacional	1.120.853	579.415	59.976	4.082.389	1.308.749	461.028	1.094.350	146.632	8.853.392
Resultado financeiro	304.272	184.031	5.160	608.923	113.594	168.243	42.454	17.158	1.443.835
Outras receitas/despesas operacionais	1.951	(2.761)	(3.102)	(592.247)	(111.779)	(182.173)	(602.280)	(88.991)	(1.581.382)
Resultado operacional	1.427.076	760.685	62.034	4.099.065	1.310.564	447.098	534.524	74.799	8.715.845
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	6.646	(2.258)	-	-	-	(7)	(123)	-	4.258
Resultado antes dos impostos e participações	1.433.722	758.427	62.034	4.099.065	1.310.564	447.091	534.401	74.799	8.720.103
Tributos sobre lucro	(541.530)	(274.749)	(7.783)	(1.603.179)	(524.225)	(172.761)	(175.081)	(25.272)	(3.324.580)
Participações sobre o resultado	-	-	-	-	-	(4.224)	(11.871)	-	(16.095)
Lucro líquido do exercício	892.192	483.678	54.251	2.495.886	786.339	270.106	347.449	49.527	5.379.428
Atribuível a Acionistas do Grupo	889.134	483.678	54.251	2.495.886	786.339	270.106	347.449	49.527	5.376.370
(+) Reversão Ajuste de Consolidação	(467)	-	-	-	-	-	-	-	(467)
(=) Atribuível a Acionistas do Grupo Ajustado	888.667	483.678	54.251	2.495.886	786.339	270.106	347.449	49.527	5.375.903
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	3.058	-	-	-	-	-	-	-	3.058
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade		49,00	49,00	60,00	75,00	75,00	75,00	75,00	
(=) Lucro líquido atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	428.782	237.003	26.583	1.497.531	589.725	202.569	260.577	37.144	3.279.914
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas	459.885	246.675	27.668	998.355	196.614	67.537	86.872	12.383	2.095.989

Consolidado									
01 janeiro a 31 de dezembro de 2024									
Segmento	Run-off / Mar Aberto				Seguridade				Total
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos	Corretagem e intermediação de seguros	Vida, Prestamista e Previdência	Habitacional e Residencial	Capitalização	Consórcios	Serviços Assistenciais	
Companhia	CNP Brasil (1)	Too Seguros	PAN Corretora	Holding XS1 (2)	XS3 Seguros (3)	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	
Margem operacional	1.449.078	600.857	48.294	3.476.309	1.067.642	400.476	870.023	102.426	8.015.105
Resultado financeiro	184.977	147.332	8.620	499.961	57.711	97.867	24.415	7.563	1.028.446
Outras receitas/despesas operacionais	(101.030)	(34.900)	(3.330)	(504.848)	(99.072)	(155.586)	(542.014)	(62.483)	(1.503.263)
Resultado operacional	1.533.025	713.289	53.584	3.471.422	1.026.281	342.757	352.424	47.506	7.540.288
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	788	(155)	-	-	-	-	(13)	-	620
Resultado antes dos impostos e participações	1.533.813	713.134	53.584	3.471.422	1.026.281	342.757	352.411	47.506	7.540.908
Tributos sobre lucro	(541.726)	(258.872)	(8.434)	(1.362.374)	(410.513)	(133.562)	(116.944)	(16.524)	(2.848.949)
Participações sobre o resultado	-	-	-	-	-	(3.119)	(8.163)	-	(11.282)
Lucro líquido do exercício	992.087	454.262	45.150	2.109.048	615.768	206.076	227.304	30.982	4.680.677
Atribuível a Acionistas do Grupo	989.261	454.262	45.150	2.109.048	615.768	206.076	227.304	30.982	4.677.851
(+) Reversão Ajuste de Consolidação	4.211	-	-	-	-	-	-	-	4.211
(=) Atribuível a Acionistas do Grupo Ajustado	993.472	454.262	45.150	2.109.048	615.768	206.076	227.304	30.982	4.682.062
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	2.826	-	-	-	-	-	-	-	2.826
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade	48,25	49,00	49,00	60,00	75,00	75,00	75,00	75,00	
(=) Lucro líquido atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	479.350	222.588	22.124	1.265.429	461.804	154.549	170.471	23.236	2.799.551
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas	514.122	231.674	23.026	843.619	153.964	51.527	56.833	7.746	1.882.511

(1) O Lucro líquido da CNP Brasil atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 14.542, considerando o resultado de equivalência registrado, em decorrência da reclassificação de resultado com instrumentos financeiros - Outros resultados abrangentes para resultado.

(2) O Lucro líquido da Holding XS1 atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 68.309, considerando o resultado de equivalência registrado, em função do ajuste dos efeitos do contrato que prevê a despesa de Launch Performance Commission (LPC) registrada pela investida paga à Companhia, bem como a despesa de Earn-out paga à CAIXA.

(3) O Lucro líquido da XS3 Seguros atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 33.363, considerando o resultado de equivalência registrado, em decorrência de ajuste de exercícios anteriores relativos à adoção da norma IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros.

b.1) Composição analítica do resultado da CNP Brasil:

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		
	Caixa Seguradora	Outras / Ajustes de consolidação	CNP Brasil
Margem operacional	1.130.070	(9.217)	1.120.853
Resultado financeiro	198.721	105.551	304.272
Outras receitas/despesas operacionais	(54.507)	56.458	1.951
Resultado operacional	1.274.284	152.792	1.427.076
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	6.646	-	6.646
Resultado antes dos impostos e participações	1.280.930	152.792	1.433.722
Tributos sobre lucro	(500.346)	(41.184)	(541.530)
Lucro líquido do exercício	780.584	111.608	892.192
Atribuível a Acionistas do Grupo	780.584	108.550	889.134
(+) Reversão Ajuste de Consolidação	-	(467)	(467)
(=) Atribuível a Acionistas do Grupo Ajustado	780.584	108.083	888.667
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	-	3.058	3.058
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade			48,25
Atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade			428.782
Atribuível aos demais acionistas			459.885

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024		
	Caixa Seguradora	Outras / Ajustes de consolidação	CNP Brasil
Margem operacional	1.455.277	(6.199)	1.449.078
Resultado financeiro	127.865	57.112	184.977
Outras receitas/despesas operacionais	(187.321)	86.291	(101.030)
Resultado operacional	1.395.821	137.204	1.533.025
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	788	-	788
Resultado antes dos impostos e participações	1.396.609	137.204	1.533.813
Tributos sobre lucro	(540.327)	(1.399)	(541.726)
Lucro líquido do exercício	856.282	135.805	992.087
Atribuível a Acionistas do Grupo	856.282	132.979	989.261
(+) Reversão Ajuste de Consolidação	-	4.211	4.211
(=) Atribuível a Acionistas do Grupo Ajustado	856.282	137.190	993.472
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	-	2.826	2.826
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade			48,25
Atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade (1)			479.350
Atribuível aos demais acionistas			514.122

(1) O Lucro líquido da CNP Brasil atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 14.542, considerando o resultado de equivalência registrado, em decorrência da reclassificação de resultado com instrumentos financeiros - Outros resultados abrangentes para resultado.

b.2) Composição analítica do resultado da Holding XS1:

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		
	Caixa Vida e Previdência (1)	Outras / Ajustes de Consolidação	Holding XS1
Margem operacional	4.082.389	-	4.082.389
Resultado financeiro	555.544	53.379	608.923
Outras receitas/despesas operacionais	(537.295)	(54.952)	(592.247)
Resultado operacional	4.100.638	(1.573)	4.099.065
Resultado antes dos impostos e participações	4.100.638	(1.573)	4.099.065
Tributos sobre lucro	(1.603.179)	-	(1.603.179)
Lucro líquido do exercício	2.497.459	(1.573)	2.495.886
Atribuível a Acionistas do Grupo	2.497.459	(1.573)	2.495.886
% de Participação da Companhia CAIXA Seguridade			60,00
Atribuível a Companhia CAIXA Seguridade			1.497.531
Atribuível aos Demais Acionistas			998.355

(1) Em 30 de agosto de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária da Holding XS1, no papel de Controladora, aprovou a proposta de incorporação da totalidade das ações da XS2 Vida e Previdência "Incorporada" pela Caixa Vida e Previdência "Incorporadora". Em virtude de o movimento societário envolver entidades sob controle comum, foi utilizada a premissa de incorporação pelo valor de custo contábil dada a posição patrimonial da incorporada na data da operação. Dessa forma, os ativos, passivos e resultados da Incorporada passaram a ser reconhecidos integralmente na Caixa Vida e Previdência, ficando a XS2 Vida e Previdência extinta de pleno direito, sucedida pela Incorporadora a título universal.

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024			
	XS2 Vida e Previdência (1)	Caixa Vida & Previdência	Outras / Ajustes de Consolidação	Holding XS1
Margem operacional	765.707	2.710.602	-	3.476.309
Resultado financeiro	149.800	288.753	61.408	499.961
Outras receitas/despesas operacionais	(247.444)	(189.873)	(67.531)	(504.848)
Resultado operacional	668.063	2.809.482	(6.123)	3.471.422
Resultado antes dos impostos e participações	668.063	2.809.482	(6.123)	3.471.422
Tributos sobre lucro	(263.986)	(1.098.388)	-	(1.362.374)
Lucro líquido do exercício	404.077	1.711.094	(6.123)	2.109.048
Atribuível a Acionistas do Grupo	404.077	1.711.094	(6.123)	2.109.048
% de Participação da Companhia CAIXA Seguridade				60,00
Atribuível a Companhia CAIXA Seguridade (2)				1.265.429
Atribuível aos Demais Acionistas				843.619

(1) Em 30 de agosto de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária da Holding XS1, no papel de Controladora, aprovou a proposta de incorporação da totalidade das ações da XS2 Vida e Previdência "Incorporada" pela Caixa Vida e Previdência "Incorporadora". Em virtude de o movimento societário envolver entidades sob controle comum, foi utilizada a premissa de incorporação pelo valor de custo contábil dada a posição patrimonial da incorporada na data da operação. Dessa forma, os ativos, passivos e resultados da Incorporada passaram a ser reconhecidos integralmente na Caixa Vida e Previdência, ficando a XS2 Vida e Previdência extinta de pleno direito, sucedida pela Incorporadora a título universal.

(2) O Lucro líquido da Holding XS1 atribuível ao Grupo está a maior em R\$ 68.309, considerando o resultado de equivalência registrado, em função do ajuste dos efeitos do contrato que prevê a despesa de *Launch Performance Commission* (LPC) registrada pela investida paga à Companhia, bem como a despesa de *Earn-out* paga à CAIXA.

c) Composição sintética dos elementos patrimoniais dos investimentos em participações societárias:

Controladora							
31/12/2025							
Segmento	Run-off / Mar Aberto	Seguridade			Distribuição		Total
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos e Corretagem	Vida, Prestamista e Previdência	Consórcios	Serviços Assistenciais	Corretagem e intermediação de	
Companhia	CNP Brasil	CAIXA Holding	Holding XS1	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	CAIXA Corretora	
Ativo	10.955.554	2.338.842	216.870.746	1.480.273	263.459	586.563	232.495.437
Caixa e equivalentes de caixa	660.629	-	117.772	1.395	166.773	204	946.773
Aplicações	5.979.455	846	209.890.214	332.579	-	497.216	216.700.310
Ativos de operação de seguros	502.539	-	668.496	-	-	-	1.171.035
Ativos de operação de resseguros	61.489	-	-	-	-	-	61.489
Títulos e créditos a receber	43.503	78.856	162.711	22.144	9.448	87.141	403.803
Ativos fiscais	633.401	-	72.960	-	11.708	-	718.069
Investimentos	-	2.259.140	-	-	-	-	2.259.140
Intangível	81.310	-	5.701.246	212.087	27.279	-	6.021.922
Outros ativos	2.993.228	-	257.347	912.068	48.251	2.002	4.212.896
Passivo	5.549.325	230.956	204.609.642	813.401	204.041	550.563	211.957.928
Passivos operacionais	93.166	-	14.663	-	13.454	73.934	195.217
Passivos fiscais	428.886	7.065	984.872	154.232	69.753	49.208	1.694.016
Passivos com operações de seguros e resseguros	505.945	-	202.975.011	-	-	-	203.480.956
Provisões judiciais	4.428.403	-	211.329	-	-	-	4.639.732
Outros passivos	92.925	223.891	423.767	659.169	120.834	427.421	1.948.007
Patrimônio líquido	5.406.229	2.107.886	12.261.104	666.872	59.418	36.000	20.537.509
Atribuível a CAIXA Seguridade (1)	2.548.497	2.107.886	7.356.662	500.133	44.562	36.000	12.593.740
Atribuível aos demais acionistas	2.797.723	-	4.904.442	166.739	14.856	-	7.883.760
Total passivo e patrimônio líquido	10.955.554	2.338.842	216.870.746	1.480.273	263.459	586.563	232.495.437

(1) CNP Brasil: considera o patrimônio líquido individual.

Controladora							
31/12/2024							
Segmento	Run-off / Mar Aberto	Seguridade			Distribuição		Total
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos e Corretagem	Vida, Prestamista e Previdência	Consórcios	Serviços Assistenciais	Corretagem e intermediação de seguros	
Companhia	CNP Brasil	CAIXA Holding	Holding XS1	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	CAIXA Corretora	
Ativo	10.272.532	2.248.447	190.875.719	1.066.677	177.929	446.667	205.087.971
Caixa e equivalentes de caixa	10.051	1	174.132	2.007	107.491	316	293.998
Aplicações	5.855.158	2.927	183.354.495	276.824	-	345.076	189.834.480
Ativos de operação de seguros	457.850	-	814.675	-	-	-	1.272.525
Títulos e créditos a receber	162.470	183.579	276.314	18.590	12.930	100.912	754.795
Ativos fiscais	731.448	-	71.310	-	1.488	-	804.246
Investimentos	144.955	2.061.940	-	-	-	-	2.206.895
Intangível	162.101	-	5.950.920	212.678	26.423	-	6.352.122
Outros ativos	2.748.499	-	233.873	556.578	29.597	363	3.568.910
Passivo	5.384.904	165.180	178.863.073	499.697	132.750	410.667	185.456.271
Passivos operacionais	83.677	-	14.369	-	19.160	93.273	210.479
Passivos fiscais	407.708	5.870	1.022.083	113.539	7.486	61.305	1.617.991
Passivos com operações de seguros e resseguros	574.449	-	176.725.834	-	-	-	177.300.283
Provisões judiciais	4.184.287	-	212.737	-	-	-	4.397.024
Outros passivos	134.783	159.310	888.050	386.158	106.104	256.089	1.930.494
Patrimônio líquido	4.887.628	2.083.267	12.012.646	566.980	45.179	36.000	19.631.700
Atribuível a CAIXA Seguridade (1)	2.325.920	2.083.267	7.207.587	425.217	33.883	36.000	12.111.874
Atribuível aos demais acionistas	2.529.348	-	4.805.059	141.763	11.296	-	7.487.466
Total passivo e patrimônio líquido	10.272.532	2.248.447	190.875.719	1.066.677	177.929	446.667	205.087.971

(1) CNP Brasil: considera o patrimônio líquido individual.

Consolidado 31/12/2025									
Segmento	Run-off / Mar Aberto			Seguridade					
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos	Corretagem e intermediação de seguros	Vida, Prestamista e Previdência	Habitacional e Residencial	Capitalização	Consórcios	Serviços Assistenciais	Total
Companhia	CNP Brasil	Too Seguros	PAN Corretora	Holding XS1	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	
Ativo	10.955.554	2.661.872	59.147	216.870.746	3.746.116	3.786.858	1.480.273	263.459	239.824.025
Caixa e equivalentes de caixa	660.629	2.741	52	117.772	58	13	1.395	166.773	949.433
Aplicações	5.979.455	1.954.561	53.662	209.890.214	1.649.781	3.584.721	332.579	-	223.444.973
Ativos de operação de seguros	502.539	-	-	668.496	874.192	18.128	-	-	2.063.355
Ativos de operação de resseguros	61.489	323.435	-	-	-	-	-	-	384.924
Títulos e créditos a receber	43.503	-	5.348	162.711	6.671	28.295	22.144	9.448	278.120
Ativos fiscais	633.401	88.620	7	72.960	-	5	-	11.708	806.701
Intangível	81.310	280.704	-	5.701.246	1.170.424	141.781	212.087	27.279	7.614.831
Outros ativos	2.993.228	11.811	78	257.347	44.990	13.915	912.068	48.251	4.281.688
Passivo	5.549.325	1.757.572	17.181	204.609.642	1.716.472	3.419.110	813.401	204.041	218.086.744
Passivos operacionais	93.166	133.704	138	14.663	1.302.762	17.389	-	13.454	1.575.276
Passivos fiscais	428.886	184.423	2.601	984.872	371.677	20.027	154.232	69.753	2.216.471
Passivos com operações de seguros e resseguros	505.945	1.367.725	-	202.975.011	-	3.975	-	-	204.852.656
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	3.365.952	-	-	3.365.952
Provisões judiciais	4.428.403	59.845	-	211.329	801	-	-	-	4.700.378
Outros passivos	92.925	11.875	14.442	423.767	41.232	11.767	659.169	120.834	1.376.011
Patrimônio líquido	5.406.229	904.300	41.966	12.261.104	2.029.644	367.748	666.872	59.418	21.737.281
Atribuível a CAIXA Seguridade (1)	2.548.497	440.625	20.564	7.356.662	1.522.159	275.793	500.133	44.562	12.708.995
Atribuível aos demais acionistas	2.797.723	461.193	21.402	4.904.442	507.485	91.955	166.739	14.856	8.965.795
Total passivo e patrimônio líquido	10.955.554	2.661.872	59.147	216.870.746	3.746.116	3.786.858	1.480.273	263.459	239.824.025

(1) CNP Brasil: considera o patrimônio líquido individual.

Consolidado									
31/12/2024									
Segmento	Run-off / Mar Aberto				Seguridade				Total
Ramos de atuação	Ramos diversos e Corretagem	Ramos diversos	Corretagem e intermediação de seguros	Vida, Prestamista e Previdência	Habitacional e Residencial	Capitalização	Consórcios	Serviços Assistenciais	
Companhia	CNP Brasil	Too Seguros	PAN Corretora	Holding XS1	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	
Ativo	10.272.532	2.637.844	51.567	190.875.719	3.095.143	2.699.143	1.066.677	177.929	210.876.554
Caixa e equivalentes de caixa	10.051	3.609	21.818	174.132	812	485	2.007	107.491	320.405
Aplicações	5.855.158	1.800.898	26.500	183.354.495	1.476.411	2.505.619	276.824	-	195.295.905
Ativos de operação de seguros	457.850	-	-	814.675	363.865	7.886	-	-	1.644.276
Ativos de operação de resseguros	-	337.791	-	-	-	-	-	-	337.791
Títulos e créditos a receber	162.470	-	3.028	276.314	5.882	32.918	18.590	12.930	512.132
Ativos fiscais	731.448	87.797	79	71.310	-	233	-	1.488	892.355
Investimentos	144.955	-	-	-	-	-	-	-	144.955
Intangível	162.101	293.202	-	5.950.920	1.244.942	150.270	212.678	26.423	8.040.536
Outros ativos	2.748.499	114.547	142	233.873	3.231	1.732	556.578	29.597	3.688.199
Passivo	5.384.904	1.768.299	16.426	178.863.073	1.207.985	2.424.689	499.697	132.750	190.297.823
Passivos operacionais	83.677	206.571	175	14.369	953.971	19.405	-	19.160	1.297.328
Passivos fiscais	407.708	177.071	3.743	1.022.083	255.041	25.984	113.539	7.486	2.012.655
Passivos com operações de seguros e resseguros	574.449	1.347.107	-	176.725.834	-	1.972	-	-	178.649.362
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	2.375.925	-	-	2.375.925
Provisões judiciais	4.184.287	-	1.142	212.737	463	-	-	-	4.398.629
Outros passivos	134.783	37.550	11.366	888.050	(1.490)	1.403	386.158	106.104	1.563.924
Patrimônio líquido	4.887.628	869.545	35.141	12.012.646	1.887.158	274.454	566.980	45.179	20.578.731
Atribuível a CAIXA Seguridade (1)	2.325.920	423.595	17.219	7.207.587	1.415.299	205.827	425.217	33.883	12.054.547
Atribuível aos demais acionistas	2.529.348	443.468	17.922	4.805.059	471.859	68.627	141.763	11.296	8.489.342
Total passivo e patrimônio líquido	10.272.532	2.637.844	51.567	190.875.719	3.095.143	2.699.143	1.066.677	177.929	210.876.554

(1) CNP Brasil: considera o patrimônio líquido individual.

d) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos:

Descrição	Controladora 31/12/2025						Total
	CNP Brasil (1)	CAIXA Holding	Holding XS1	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	CAIXA Corretora	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	4.820.561	2.083.267	12.012.646	566.980	45.179	36.000	19.564.633
Distribuição de dividendos aos acionistas	(710.207)	(1.076.967)	(2.355.691)	(247.557)	(35.288)	(913.077)	(5.338.787)
Lucro líquido do exercício	888.667	1.044.710	2.495.886	347.449	49.527	913.077	5.739.316
Outros resultados abrangentes	282.839	56.876	108.263	-	-	-	447.978
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	5.281.860	2.107.886	12.261.104	666.872	59.418	36.000	20.413.140
Percentual de participação societária - %	48,25	100,00	60,00	75,00	75,00	100,00	
Participação nos investimentos	2.548.497	2.107.886	7.356.662	500.133	44.562	36.000	12.593.740
Saldo contábil do investimento no Grupo	2.548.497	2.107.886	7.356.662	500.133	44.562	36.000	12.593.740

(1) Considera o Patrimônio Líquido Individual da CNP Brasil.

Descrição	Controladora 31/12/2024						Total
	CNP Brasil (1)	CAIXA Holding	Holding XS1	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	CAIXA Corretora	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.156.128	2.189.954	12.392.337	501.630	41.854	263.476	20.545.379
Distribuição de dividendos aos acionistas	(722.346)	(767.266)	(2.208.639)	(161.954)	(27.657)	(1.170.718)	(5.058.580)
Lucro líquido do exercício	993.472	819.383	2.109.048	227.304	30.982	943.242	5.123.431
Outros resultados abrangentes	(576.554)	(158.804)	(280.100)	-	-	-	(1.015.458)
Ajuste de exercícios anteriores	(30.139)	-	-	-	-	-	(30.139)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	4.820.561	2.083.267	12.012.646	566.980	45.179	36.000	19.564.633
Percentual de participação societária - %	48,25	100,00	60,00	75,00	75,00	100,00	
Saldo contábil do investimento no Grupo	2.325.920	2.083.267	7.207.587	425.217	33.883	36.000	12.111.874

(1) Considera o Patrimônio Líquido Individual da CNP Brasil.

Descrição	Consolidado								
	31/12/2025								
	CNP Brasil (1)	Holding XS1	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	Too Seguros	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	PAN Corretora	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	4.820.561	12.012.646	1.887.158	274.454	869.545	566.980	45.179	35.141	20.511.664
Distribuição de dividendos aos acionistas	(710.207)	(2.355.691)	(700.785)	(183.574)	(467.511)	(247.557)	(35.288)	(47.426)	(4.748.039)
Lucro líquido do exercício	888.667	2.495.886	786.339	270.106	483.678	347.449	49.527	54.251	5.375.903
Outros resultados abrangentes	282.839	108.263	56.932	6.762	18.588	-	-	-	473.384
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	5.281.860	12.261.104	2.029.644	367.748	904.300	666.872	59.418	41.966	21.612.912
Percentual de participação societária - %	48,25	60,00	75,00	75,00	49,00	75,00	75,00	49,00	
Participação nos investimentos	2.548.497	7.356.662	1.522.159	275.793	443.107	500.133	44.562	20.564	12.711.477
Ágio	-	-	-	-	(2.482)	-	-	-	(2.482)
Saldo contábil do investimento no Grupo	2.548.497	7.356.662	1.522.159	275.793	440.625	500.133	44.562	20.564	12.708.995

(1) Considera o Patrimônio Líquido Individual da CNP Brasil.

Descrição	Consolidado								
	31/12/2024								
	CNP Brasil (1)	Holding XS1	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	Too Seguros	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	PAN Corretora	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.156.128	12.392.337	1.910.462	312.402	909.513	501.630	41.854	61.900	21.286.226
Distribuição de dividendos aos acionistas	(722.346)	(2.208.639)	(486.081)	(193.599)	(362.746)	(161.954)	(27.657)	(71.909)	(4.234.931)
Lucro líquido do exercício	993.472	2.109.048	615.768	206.076	403.619	227.304	30.982	45.150	4.631.419
Outros resultados abrangentes	(576.554)	(280.100)	(108.505)	(50.425)	(80.841)	-	-	-	(1.096.425)
Ajuste de exercícios anteriores	(30.139)	-	(44.486)	-	-	-	-	-	(74.625)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	4.820.561	12.012.646	1.887.158	274.454	869.545	566.980	45.179	35.141	20.511.664
Percentual de participação societária - %	48,25	60,00	75,00	75,00	49,00	75,00	75,00	49,00	
Participação nos investimentos	2.325.920	7.207.587	1.415.299	205.827	426.077	425.217	33.883	17.219	12.057.029
Ágio	-	-	-	-	(2.482)	-	-	-	(2.482)
Saldo contábil do investimento no Grupo	2.325.920	7.207.587	1.415.299	205.827	423.595	425.217	33.883	17.219	12.054.547

(1) Considera o Patrimônio Líquido Individual da CNP Brasil.

Nota 13 – Imobilizado

Descrição	Individual/Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Ativos de direito de uso	-	10.791	(1.127)	9.664
Equipamentos	7	-	(3)	4
Total	7	10.791	(1.130)	9.668

Nota 14 – Tributos

a) Incidência sobre o resultado – Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A CAIXA Seguridade adota como regime de tributação o lucro real na apuração anual do IRPJ e da CSLL e promove pagamentos mensais dos tributos com base no balancete de suspensão/redução, observado o disposto no artigo 227 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018 e nas demais legislações aplicáveis.

I. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado da controladora e consolidado:

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
I) Resultado antes de IRPJ e CSLL	4.349.988	4.829.789	3.841.791	4.336.515
IRPJ (alíquota de 25%)	(1.087.497)	(1.207.447)	(960.448)	(1.084.129)
CSLL (alíquota de 9%)	(391.499)	(434.681)	(345.761)	(390.286)
IRPJ e CSLL	(1.478.996)	(1.642.128)	(1.306.209)	(1.474.415)
Efeito das adições/exclusões - IRPJ (25%) e CSLL (9%) (1)	1.420.842	1.104.238	1.229.633	903.201
II) Total da despesa com IRPJ e CSLL	(58.154)	(537.890)	(76.576)	(571.214)
Resultado antes do IRPJ e CSLL (I)	4.349.988	4.829.789	3.841.791	4.336.515
Alíquota efetiva	1,34%	11,14%	1,99%	13,17%
III) Ativo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)	3.286	3.286	(6)	(7)
IV) Passivo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)	(3.560)	(3.625)	(25)	(110)
V) Total da despesa diferida com IRPJ e CSLL (III + IV)	(274)	(339)	(31)	(117)
Total despesa com IRPJ e CSLL (II + V)	(58.428)	(538.229)	(76.607)	(571.331)

(1) O efeito das adições/exclusões remete ao ajuste da base tributável em função, principalmente, da exclusão do resultado de equivalência patrimonial auferidos pelo grupo.

b) Incidência sobre o faturamento – Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

O PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são apurados mediante a aplicação das alíquotas previstas na legislação tributária e incidentes sobre as receitas do Conglomerado (Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003). O regime de apuração para o PIS e COFINS aplicável à CAIXA Seguridade e suas subsidiárias integrais é o não cumulativo.

Sobre as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca, receitas de prestação de serviços e de juros sobre capital próprios (JSCP), incidem PIS e COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. No tocante às receitas financeiras reconhecidas pelas entidades, aplicam-se as alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para COFINS, conforme disposto no Decreto nº 8.426/2015.

Sobre as receitas decorrentes de prestação de serviços incidirá, além dos tributos acima, o ISSQN, à alíquota de até 5%, conforme legislação vigente.

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Juros sobre o capital próprio (JSCP) sobre investimentos em participações societárias	-	28.499	-	24.815
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	-	(2.636)	-	(2.295)
Subtotal de despesa tributária (I)	-	(2.636)	-	(2.295)
Receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	202.778	202.778	208.813	208.813
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	(18.757)	(18.757)	(19.315)	(19.315)
Subtotal de despesa tributária (II)	(18.757)	(18.757)	(19.315)	(19.315)
Receitas de Prestação de Serviços	-	2.254.577	-	2.121.202
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	-	(208.549)	-	(196.211)
ISSQN	-	(69.795)	-	(61.663)
Subtotal de despesa tributária (III)	-	(278.344)	-	(257.874)
Outras Receitas Operacionais (1)	4	5	89.937	89.962
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	-	-	(8.319)	(8.319)
ISSQN	-	-	(1.944)	(1.944)
Subtotal de despesa tributária (IV)	-	-	(10.263)	(10.263)
Rendas de instrumentos financeiros	114.293	193.094	104.606	172.227
PIS (0,65%) / COFINS (4,0%)	(5.298)	(8.724)	(4.860)	(7.429)
IOF	(770)	(920)	-	(485)
Subtotal de despesa tributária (V)	(6.068)	(9.644)	(4.860)	(7.914)
Total da despesa tributária (I + II + III + IV + V)	(24.825)	(309.381)	(34.438)	(297.661)
Passivo fiscal diferido	(17)	(26)	(4)	(16)
Total despesa tributária + passivo fiscal diferido	(24.842)	(309.407)	(34.442)	(297.677)

(1) Contempla receitas que não integram a base de cálculo de PIS e COFINS.

c) Passivos por impostos correntes

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRPJ	7.640	28.295	11.192	39.157
CSLL	2.779	13.076	3.846	16.776
COFINS	3.050	19.088	4.055	20.855
PIS	635	4.103	859	4.498
ISSQN	-	5.844	-	5.807
IOF	-	-	-	100
Total	14.104	70.406	19.952	87.193

d) Passivos por impostos diferidos

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRPJ	220	335	18	86
CSLL	79	121	7	31
COFINS	18	37	3	15
PIS	3	6	1	2
Total	320	499	29	134

Nota 15 – Valores a pagar

a) Composição

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a pagar - circulante - Subtotal	15.224	81.335	11.094	102.810
Valores a pagar a Controladora (1)	10.792	75.343	8.181	98.569
Arrendamentos (b)	1.523	1.523	-	-
Participação nos resultados - Curto Prazo (2)	2.637	3.956	2.308	3.168
Outros valores a pagar - terceiros	272	513	605	1.073
Valores a pagar - não circulante - Subtotal	11.185	12.251	2.321	3.252
Arrendamentos (b)	8.606	8.606	-	-
Participação nos resultados - Longo Prazo (2)	2.579	3.645	2.321	3.252
Total	26.409	93.586	13.415	106.062

(1) Nota 23 (c.1) – Partes relacionadas.

(2) Nota 23 (f) – Partes relacionadas – Remuneração de pessoal-chave da administração.

Os valores a pagar à Controladora contemplam o ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Compartilhamento de Estrutura e de Execução de Atividades Operacionais celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade/CAIXA Corretora (conforme Nota 23 (c) – Partes Relacionadas – Transações com partes relacionadas), bem como ressarcimento de custos relacionados à distribuição de produtos de seguridade.

b) Passivos de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
Novos Contratos/Remensurações	10.791	10.791
Pagamentos de principal e juros	(1.488)	(1.488)
Encargos incorridos no exercício	826	826
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.129	10.129

Nota 16 – Provisões e passivos contingentes

A Companhia e suas subsidiárias integrais, CAIXA Holding e CAIXA Corretora, até a data destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não são parte em nenhum processo judicial e/ou procedimento administrativo relevante. Dessa forma, não foram reconhecidas pela Companhia provisões e/ou passivos contingentes.

Nota 17 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O Capital social, no montante de R\$ 3.678.772, está dividido em 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 13.505.484 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 12.889.324), correspondente a um valor patrimonial de R\$ 4,52 por ação (31 de dezembro de 2024 – R\$ 4,30).

a.1) Aprovação do aumento do Capital Social da Companhia

Em 25 de abril de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária da CAIXA Seguridade aprovou o aumento de capital social, com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social, no valor total de R\$ 922.084, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva Estatutária, prevista na alínea “f” do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia, com base nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O referido aumento de capital será realizado sem a alteração do valor nominal da ação, uma vez que as ações de emissão da Companhia não possuem valor nominal, e sem emissão de novas ações, mantendo-se o número de ações da Companhia inalterado, conforme disposição do § 1º do art. 169 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Assim, o capital social da Companhia passará de R\$ 2.756.687 para R\$ 3.678.772, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e representado por 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Participações acionárias

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações (1)	% Total	Ações	% Total
Caixa Econômica Federal	2.400.000.000	80,00	2.482.500.000	82,75
Outros acionistas	600.000.000	20,00	517.500.000	17,25
Total	3.000.000.000	100,00	3.000.000.000	100,00

(1) Conforme mencionado na Nota 1(c) – Oferta subsequente de ações (follow-on).

c) Reservas

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reserva Legal	735.754	551.337
Reserva Estatutária	3.705.677	3.460.619
Total	4.441.431	4.011.956

d) Ajustes de avaliação patrimonial

O montante em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 5.430.281 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 5.171.977), e considera o resultado abrangente positivo do período equivalente a R\$ 258.304 (acumulado até dezembro de 2024 – negativo de R\$ 605.051) relacionado às variações reflexas de investidas, tais como marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e variações cambiais, provenientes majoritariamente da Holding XS1. O quadro apresentado abaixo apresenta a composição dos ajustes de avaliação patrimonial registrados pelo Grupo CAIXA Seguridade:

Ajustes de avaliação patrimonial	31/12/2024	Controladora e Consolidado		
		Valor de mercado de títulos disponíveis para venda	Outros ajustes de avaliação patrimonial	31/12/2025
Títulos disponíveis para venda - reflexo	(238.977)	169.573	-	(69.404)
Outros ajustes de avaliação patrimonial – reflexo (1)	1.001.640	-	88.731	1.090.371
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias – reflexo (2)	1.262.432	-	-	1.262.432
Outros ajustes de avaliação patrimonial reflexo	(260.792)	-	88.731	(172.061)
Ajustes de reorganização societária: (1)	4.409.314	-	-	4.409.314
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias - Holding XS1	4.200.000	-	-	4.200.000
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias - XS6 Participações	22.499	-	-	22.499
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias - CNP	(678)	-	-	(678)
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias – XS5 Consórcios	187.493	-	-	187.493
Total	5.171.977	169.573	88.731	5.430.281

(1) Reflete transação entre sócios, resultante das operações societárias realizadas em consonância com os acordos firmados.

(2) Contempla o ganho por alteração em participação societária na XS3 Seguros e na XS4 Capitalização, reconhecimentos em função dos acordos de associação firmados com Tokio Marine e com a Icatu, respectivamente.

Ajustes de avaliação patrimonial	31/12/2023	Controladora e Consolidado		31/12/2024
		Valor de mercado de títulos disponíveis para venda	Outros ajustes de avaliação patrimonial	
Títulos disponíveis para venda - reflexo	117.356	(356.333)	-	(238.977)
Outros ajustes de avaliação patrimonial – reflexo (1)	1.250.358	-	(248.718)	1.001.640
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias – reflexo (2)	1.262.432	-	-	1.262.432
Outros ajustes de avaliação patrimonial reflexo	(12.074)	-	(248.718)	(260.792)
Ajustes de reorganização societária: (1)	4.409.314	-	-	4.409.314
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias - Holding XS1 (3)	4.200.000	-	-	4.200.000
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias - XS6 Participações (3)	22.499	-	-	22.499
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias – CNP (3)	(678)	-	-	(678)
Ganhos/perdas por alteração em participações societárias – XS5 Consórcios (3)	187.493	-	-	187.493
Total	5.777.028	(356.333)	(248.718)	5.171.977

(1) Reflete transação entre sócios, resultante das operações societárias realizadas em consonância com os acordos firmados.

(2) Contempla o ganho por alteração em participação societária na XS3 Seguros e na XS4 Capitalização, reconhecimentos em função dos acordos de associação firmados com Tokio Marine e com a Icatu, respectivamente.

(3) Reflete o ganho por alteração em participação societária em função da realização de acordo de associação com parceiro estratégico.

e) Lucro por ação

e.1) Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação no período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Quadro abaixo demonstra o lucro básico por ação:

Controladora / Consolidado	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas do Grupo - milhares	4.291.560	3.765.184
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	3.000.000	3.000.000
Lucro básico por ação - R\$	1,43052	1,25506

e.2) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não tem nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas.

f) Dividendos

f.1) Aprovação da destinação do resultado do exercício de 2024

Em 25 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária da CAIXA Seguridade aprovou, a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando o seguinte:

- R\$ 1.542.000 destinados integralmente à conta de dividendos intercalares e pago antecipadamente aos acionistas;
- R\$ 930.000 destinados à conta de dividendos mínimos obrigatórios e pago antecipadamente aos acionistas;
- R\$ 11.296 destinados à conta de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$ 948.704 destinados à conta de dividendos adicionais propostos; e
- R\$ 333.184 a ser destinado à reserva estatutária, na forma da alínea “f” do artigo 56 do Estatuto Social, podendo a administração da Companhia deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, para

reinvestimento nas operações da CAIXA Seguridade, ou para distribuição complementar de dividendos quando do recebimento de dividendos das investidas da Companhia.

Em 25 de abril de 2025, a CAIXA Seguridade comunicou aos seus acionistas que o seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 960.000, valor que contempla a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 11.296 e de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 948.704.

A seguir, apresenta-se o valor do dividendo por ação, com a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios atualizados pela taxa Selic até 15 de maio de 2025, data do pagamento. Tiveram como base a posição acionária de 30 de abril de 2025 e as ações negociadas “ex-dividendos” a partir de 02 de maio de 2025.

Ações	Dividendo por Ação	Dividendo por Ação Atualizado até 15/05/2025
CXSE3 (ON)	R\$ 0,320000000	R\$ 0,320174646

f.2) Antecipação de dividendos

Em 06 de maio de 2025, a CAIXA Seguridade comunicou aos seus acionistas que o seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados no valor de R\$ 930.000, tendo em vista os resultados auferidos no 1º trimestre de 2025, conforme segue:

Ações	Dividendo por Ação
CXSE3 (ON)	R\$ 0,310000000

Os dividendos foram pagos no dia 15 de agosto de 2025 e tiveram como base a posição acionária de 01 de agosto de 2025, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 04 de agosto de 2025.

Adicionalmente, em 11 de agosto de 2025, a CAIXA Seguridade comunicou aos seus acionistas que o seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados no valor de R\$ 960.000, tendo em vista os resultados auferidos no 2º trimestre de 2025, conforme segue:

Ações	Dividendo por Ação
CXSE3 (ON)	R\$ 0,320000000

Os dividendos foram pagos no dia 17 de novembro de 2025 e tiveram como base a posição acionária de 03 de novembro de 2025, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 04 de novembro de 2025.

Em 06 de novembro de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas a aprovação pelo Conselho de Administração de uma distribuição de dividendos intercalares antecipados no valor de R\$ 1.050.000, tendo em vista os resultados auferidos no 3º trimestre de 2025, os quais foram imputados ao mínimo obrigatório do exercício de 2025.

A seguir, apresenta-se o valor do dividendo por ação atualizado pela taxa Selic até a data do pagamento, 16 de janeiro de 2026. Tiveram como base a posição acionária de 2 de janeiro de 2026, com as ações negociadas ex-dividendos a partir de 5 de janeiro de 2026.

Ações	Dividendo por Ação
CXSE3 (ON)	R\$ 0,352128404

f.3) Destinação do resultado do exercício de 2025

Referente ao lucro líquido contábil auferido no exercício de 2025, equivalente a R\$ 4.291.560, houve destaque de reserva legal no montante de R\$ 184.416 considerando o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelecido pelo Art. 193 da Lei 6.404/76.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, sobre esse lucro líquido foram destacados dividendos mínimos obrigatórios no montante total de R\$ 1.050.000. Assim, deduzidos os valores à título de reserva legal, dividendos mínimos obrigatórios e dividendos antecipados, que totalizaram R\$ 3.124.417, a diferença de R\$ 1.167.143, em consonância com a Lei 6.404/76, foi utilizada para constituição de Reserva Estatutária prevista na alínea “f” do artigo 56 do Estatuto da

Companhia, o qual alcançou o montante de R\$ 3.705.677, extrapolando em R\$ 762.659 o limite estabelecido no Estatuto Social, que equivale a 80% do Capital Social da Companhia (R\$ 3.678.772).

Cumpra acrescentar que a administração da Companhia poderá deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, para reinvestimento nas operações da Companhia, ou para distribuição complementar de dividendos

Nesse sentido, diante da extrapolação desse limite para constituição da reserva estatutária, em 30 de janeiro de 2026 foi aprovada proposta complementar de distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 990.000, à conta do saldo de reservas estatutárias constituídas em exercícios anteriores (nota 24).

Assim o saldo das reservas estatutárias performará, após o destaque de dividendos em questão, o montante equivalente de R\$ 2.715.677.

Nota 18 – Receitas de distribuição

Foi celebrado entre o Conglomerado CAIXA Seguridade e a CAIXA, no dia 30 de junho de 2015, instrumento de outorga de direitos, a partir do qual o Conglomerado obteve o direito de negociar livremente e receber integralmente as contraprestações financeiras devidas pelas instituições conveniadas pelo direito de acesso à rede de distribuição e uso da marca CAIXA para distribuição e comercialização dos produtos, sem prejuízo da remuneração devida à CAIXA pela prestação de serviços de distribuição e comercialização dos produtos, que é pago pelas empresas operacionais.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, o Grupo passou a registrar receitas de corretagem ou intermediação auferidas pela CAIXA Corretora, subsidiária integral da CAIXA Seguridade, em função de sua atuação enquanto corretora própria do Grupo. As receitas são registradas em decorrência da prestação de serviços de corretagem ou intermediação sobre os produtos de seguridade distribuídos na Rede de Distribuição Balcão CAIXA.

O quadro abaixo apresenta as receitas de distribuição auferidas pelo Grupo CAIXA Seguridade:

a) Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca

Descrição	Controladora / Consolidado	
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	202.778	208.813
Caixa Vida e Previdência	30.571	29.644
Ramo Vida (1)	(114)	-
Ramo Prestamista	964	(4.195)
Ramo Previdência	29.721	33.839
Caixa Seguradora	97.144	100.738
Habitacional	93.054	96.258
Riscos Diversos (2)	4.090	4.480
Too Seguros	36.773	27.592
Habitacional	36.773	27.592
American Life	9.088	12.697
Habitacional	9.088	12.697
Tokio Marine	28.980	37.882
Habitacional	28.980	37.882
Odonto Empresas	222	260
Seguro Odontológico	222	260
Tributos sobre faturamento	(18.757)	(19.314)
COFINS	(15.411)	(15.869)
PIS	(3.346)	(3.445)
Receitas líquidas de tributos	184.021	189.499

(1) Volume de cancelamentos superior em relação a geração de receitas por novas contratações/renovações das operações em run-off/mar aberto.

(2) Fácil Residencial; Seguro Residencial; Seguro Multirisco; Seguro Lotérico; Seguro Risco de Engenharia; Vida; Auto; Saúde.

b) Receitas de prestação de serviços

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas de prestação de serviços de corretagem	-	2.254.577	-	2.121.202
Caixa Vida e Previdência	-	662.037	-	944.491
Ramo Vida	-	176.558	-	167.980
Ramo Prestamista	-	401.065	-	694.299
Ramo Previdência	-	84.414	-	82.212
XS3 Seguros	-	732.017	-	550.471
Ramo Habitacional	-	354.160	-	254.576
Ramo Residencial	-	377.857	-	295.895
XS4 Capitalização	-	135.070	-	106.697
Ramo Capitalização	-	135.070	-	106.697
XS5 Consórcios	-	617.293	-	440.105
Ramo Consórcio	-	617.293	-	440.105
XS6 Assistência	-	66.614	-	46.214
Ramo Assistência	-	66.614	-	46.214
Outras empresas	-	41.546	-	33.224
Ramo Habitacional	-	22.370	-	17.016
Ramo Corporate	-	16.382	-	13.098
Ramo Capitalização	-	960	-	1.193
Ramo Auto	-	1.820	-	1.888
Ramo Plano Odontológico	-	13	-	29
Seguro Saúde	-	1	-	-
Tributos sobre faturamento	-	(278.344)	-	(257.874)
COFINS	-	(171.348)	-	(161.211)
PIS	-	(37.201)	-	(35.000)
ISSQN	-	(69.795)	-	(61.663)
Receitas líquidas de tributos	-	1.976.233	-	1.863.328

Nota 19 – Custo do serviço prestado

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do Serviço CAIXA (1)	-	(140.693)	-	(104.809)
Custo de Força de Vendas CAIXA (2)	-	(392.429)	-	(293.940)
Custo de Força de Vendas Parceiros (2)	-	(85.387)	-	(61.697)
Total	-	(618.509)	-	(460.446)

(1) Remete aos custos operacionais relacionados às parcerias firmadas com a XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios e XS6 Assistência, para fins de distribuição de produtos de seguridade no Balcão CAIXA, especificamente no tocante ao preço do serviço cobrado pela CAIXA para distribuição dos mencionados produtos no balcão.

(2) Remete aos custos operacionais relacionados às parcerias firmadas com a XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios e XS6 Assistência, para fins de distribuição de produtos de seguridade no Balcão CAIXA, especificamente no tocante aos valores dispendidos com premiação de empregados e parceiros indicadores de produtos de seguros.

Nota 20 – Despesas administrativas

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesas de pessoal	(81.109)	(98.878)	(72.349)	(89.358)
Remuneração de dirigentes	(9.438)	(14.014)	(7.627)	(11.141)
Serviços de terceiros	(10.453)	(16.973)	(7.918)	(10.386)
Outras despesas administrativas	(16.352)	(19.556)	(13.080)	(15.732)
Total	(117.352)	(149.421)	(100.974)	(126.617)

Nota 21 – Outras receitas/Despesas operacionais

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Comissão por performance (1)	-	-	89.933	89.933
Reversão de provisões administrativas	-	-	3.103	5.501
Outras receitas/despesas operacionais	4	(12.339)	4	(1.023)
TOTAL	4	(12.339)	93.040	94.411

(1) Referente à comissão adicional por prestação de serviços (Launch Performance Commission - LPC) paga pela Caixa Vida e Previdência, tendo como contrapartida a performance extraordinária de vendas, econômica e/ou financeira quando da exploração da Rede de Distribuição.

Nota 22 – Resultado financeiro

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025		01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas financeiras:	114.293	193.094	104.606	172.227
Atualização monetária - comissão por performance (1)	-	-	38.636	38.636
Atualização monetária - diversas	3.000	3.096	7.159	7.197
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	-	529	-	2.558
Fundo de investimento exclusivo	74.476	-	43.064	-
Letras financeiras do Tesouro	36.817	170.542	15.747	107.757
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.230	-	6.244
Operações compromissadas	-	15.697	-	9.835
Despesas financeiras:	(6.714)	(10.898)	(47.512)	(58.735)
Atualização monetária de dividendos	(5.616)	(5.616)	(47.276)	(47.276)
Arrendamentos	(826)	(826)	-	-
Letras financeiras do Tesouro	-	(1.349)	-	(1.166)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.482)	-	(9.918)
Outras	(272)	(625)	(236)	(375)
Total	107.579	182.196	57.094	113.492

Nota 23 – Partes relacionadas

a) Entidade controladora

A CAIXA Seguridade foi constituída como subsidiária da CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital foi totalmente integralizado pela União. Dessa forma, a CAIXA Seguridade encontra-se sob controle direto da CAIXA e indireto da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

b) Partes Relacionadas

Entidade	Relacionamento
União (Tesouro Nacional)	Controladora Indireta
CAIXA	Controladora Direta
CAIXA Holding	
CAIXA Corretora	Controlada Direta
FI Exclusivo CAIXA Seguridade	
FI Exclusivo CAIXA Corretora	Controlada Indireta
XS5 Consórcios	
XS6 Assistência	Controladas em Conjunto Diretas
Too Seguros	
PAN Corretora	
XS3 Seguros	Controladas em Conjunto Indiretas
XS4 Capitalização	
CNP Brasil (1)	
Holding XS1	Coligadas Direta
Caixa Vida e Previdência	Coligada Indireta
CAIXA Loterias S.A.	
CAIXA Cartões Holding S.A.	
CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Outras Partes Relacionadas
Fundo de Investimento Imobiliário Renda Corporativa Angico - FII	

(1) Investimento direto da CAIXA Seguridade, a CNP Brasil detém as seguintes participações societárias a) CNP Participações Securitárias Brasil Ltda detentora dos investimentos em participações na Caixa Seguradora S.A. e Youse Seguradora S.A.; b) Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.; e, c) Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.

c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA Seguridade e são registradas de acordo com a natureza da operação.

c.1) Controladora Direta

Por razões estatutárias e legais, o quadro de pessoal é composto exclusivamente por empregados disponibilizados pela CAIXA e guardam correlação de atribuições e de remuneração vigente na CAIXA.

Os saldos de transações existentes com a parte relacionada CAIXA remetem aos depósitos em contas de depósito à vista (conforme Nota 8), às operações compromissadas (instrumentos financeiros) firmadas pelo FI Exclusivo CAIXA Seguridade, bem como os valores a pagar relativos ao ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Compartilhamento de Estrutura e de Execução de Atividades Operacionais celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade/CAIXA Corretora, conforme apresentado na Nota 15.

Os valores a pagar devidos à Controladora são registrados no mês de competência e pagos até o 10º dia útil do mês subsequente à formalização ao Conglomerado. Desta forma, não há valores a pagar para a CAIXA classificados como não circulante.

c.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Os saldos de transações existentes com as partes relacionadas Too Seguros (controlada em conjunto) e CNP Brasil (coligada) referem-se aos valores a receber provenientes das receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca dos Produtos de Seguridade recebidas no Conglomerado CAIXA Seguridade, conforme Nota 18. Estes valores estão previstos nas condições contratuais dos acordos operacionais mantidos entre a CAIXA e a CAIXA Seguridade.

As receitas de acesso à rede de distribuição a receber são registrados no mês de competência e recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

Outrossim, a partir de janeiro/2021, o Conglomerado CAIXA Seguridade passou a auferir receitas de prestação de serviços face a atuação da CAIXA Corretora enquanto corretora própria do Grupo, atuando na prestação de serviços de corretagem ou intermediação na Rede de Distribuição da CAIXA.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia inadimplência ou *impairment* registrado nos valores a receber de partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de valores a receber mencionados nesta nota.

Adicionalmente, o Conglomerado CAIXA Seguridade na condição de acionista direto/indireto tem o direito de registrar e receber dividendos e juros sobre capital próprio oriundos de suas investidas, conforme disposto na Nota 12.

Os dividendos a receber dessas partes relacionadas são liquidados financeiramente no 1º semestre do exercício subsequente e, portanto, são classificados como ativo circulante.

c.3) Outras partes relacionadas

Os saldos e transações existentes com a parte relacionada Dirigentes referem-se aos valores a pagar decorrentes da participação no resultado do exercício da Companhia.

Os quadros a seguir apresentam os resultados e os saldos patrimoniais com as partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com as entidades:

d) Composição dos saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas:

Descrição	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Controladora	Controladas/Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave	Controladora	Controladas/Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave
ATIVO:	45	1.688.665	-	23	1.548.524	-
Caixa e equivalentes de caixa: (1)	5	-	-	23	-	-
CAIXA	5	-	-	23	-	-
Instrumentos financeiros	-	859.553	-	-	659.927	-
FI Exclusivo CAIXA Seguridade	-	859.553	-	-	659.927	-
Dividendos a receber:	-	757.513	-	-	836.272	-
CAIXA Holding	-	223.891	-	-	159.310	-
Holding XS1	-	10.434	-	-	349.775	-
XS5 Consórcios	-	82.968	-	-	65.728	-
XS6 Assistência	-	12.799	-	-	5.370	-
CAIXA Corretora	-	427.421	-	-	256.089	-
Valores a receber: (2)	-	61.935	-	-	52.325	-
CNP Brasil	-	25.302	-	-	25.552	-
Caixa Vida e Previdência	-	2.559	-	-	2.485	-
Holding XS1	-	23.957	-	-	20.957	-
Too Seguros	-	3.266	-	-	2.629	-
CAIXA Corretora	-	6.851	-	-	702	-
Outros ativos	40	-	-	-	-	-
CAIXA	40	-	-	-	-	-
Imobilizado (3)	-	9.664	-	-	-	-
FI Imobiliário Angico	-	9.664	-	-	-	-
PASSIVO:	850.799	10.129	5.215	787.109	-	4.629
Valores a pagar: (4)	10.793	10.129	5.215	8.181	-	4.629
CAIXA	10.793	-	-	8.181	-	-
Dirigentes	-	-	5.215	-	-	4.629
FI Imobiliário Angico	-	10.129	-	-	-	-
Dividendos a pagar: (5)	840.006	-	-	778.928	-	-
CAIXA	840.006	-	-	778.928	-	-

(1) O montante não contempla a parcela de R\$ 75 (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2024) relativo ao saldo em conta de depósitos à vista mantidas em instituições financeiras não-relacionadas à CAIXA Seguridade.

(2) O montante não contempla a parcela de R\$ 19.235 (R\$ 803 em 31 de dezembro de 2024) relativa às Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca a receber oriundas de partes não-relacionadas à CAIXA Seguridade, conforme elucidado na Nota 10 - Valores a receber.

(3) Refere-se ao contrato de arrendamento realizado com o Fundo de Investimento Imobiliário Angico, conforme demonstrado na Nota 3(n) – Arrendamentos.

(4) O montante não contempla a parcela de R\$ 272 (R\$ 605 em 31 de dezembro de 2024) relativo valor a pagar a terceiros, conforme elucidado na Nota 15 - Valores a pagar.

(5) O montante não contempla a parcela de R\$ 210.002 (R\$ 162.374 em 31 de dezembro de 2024) referente à participação dos acionistas não controladores.

Descrição	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Controladora	Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave	Controladora	Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave
ATIVO:	158.920	334.565	-	111.043	756.037	-
Caixa e equivalentes de caixa: (1)	231	-	-	371	-	-
CAIXA	231	-	-	371	-	-
Instrumentos financeiros - Operações	158.649	-	-	110.672	-	-
CAIXA	158.649	-	-	110.672	-	-
Dividendos a receber:	-	160.832	-	-	583.359	-
Holding XS1	-	10.434	-	-	349.775	-
XS3 Seguros	-	14.531	-	-	123.004	-
XS4 Capitalização	-	-	-	-	3.057	-
XS5 Consórcios	-	82.968	-	-	65.728	-
XS6 Assistência	-	12.799	-	-	5.370	-
Too Seguros	-	33.455	-	-	30.894	-
Pan Corretora	-	6.645	-	-	5.531	-
Juros sobre capital próprio a receber:	-	24.224	-	-	21.093	-
Too Seguros	-	24.224	-	-	21.093	-
Valores a receber: (2)	-	139.845	-	-	151.585	-
CNP Brasil	-	25.570	-	-	25.755	-
Caixa Vida e Previdência	-	19.539	-	-	40.459	-
Holding XS1	-	23.957	-	-	20.957	-
Too Seguros	-	3.266	-	-	2.644	-
XS3 Seguros	-	50.849	-	-	47.069	-
XS4 Capitalização	-	3.915	-	-	1.943	-
XS5 Consórcios	-	9.226	-	-	8.625	-
XS6 Assistência	-	3.523	-	-	4.133	-
Outros ativos	40	-	-	-	-	-
CAIXA	40	-	-	-	-	-
Imobilizado (3)	-	9.664	-	-	-	-
FI Imobiliário Angico	-	9.664	-	-	-	-
PASSIVO:	915.349	10.129	7.601	877.497	-	6.420
Valores a pagar: (4)	75.343	10.129	7.601	98.569	-	6.420
CAIXA	75.343	-	-	98.569	-	-
Dirigentes	-	-	7.601	-	-	6.420
FI Imobiliário Angico	-	10.129	-	-	-	-
Dividendos a pagar: (5)	840.006	-	-	778.928	-	-
CAIXA	840.006	-	-	778.928	-	-

(1) O montante não contempla a parcela de R\$ 75 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024) relativo ao saldo em conta de depósitos à vista mantidas em instituições financeiras não-relacionadas à CAIXA Seguridade.

(2) O montante não contempla a parcela de R\$ 21.614 (R\$ 1.753 em 31 de dezembro de 2024) relativa às Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca a receber bem como receitas de corretagem a receber oriundas de partes não-relacionadas à CAIXA Seguridade, conforme elucidado na Nota 10 - Valores a receber.

(3) Refere-se ao contrato de arrendamento realizado com o Fundo de Investimento Imobiliário Angico, conforme demonstrado na Nota 3(n) – Arrendamentos.

(4) O montante não contempla a parcela de R\$ 513 (R\$ 1.073 em 31 de dezembro de 2024) relativo valor a pagar a terceiros, conforme elucidado na Nota 15 - Valores a pagar.

(5) O montante não contempla a parcela de R\$ 210.002 (R\$ 162.374 em 31 de dezembro de 2024) referente à participação dos acionistas não controladores.

e) Composição dos resultados decorrentes de transações com partes relacionadas:

Descrição	Controladora					
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025			01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024		
	Controladora	Controladas/Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave	Controladora	Controladas/Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave
RECEITAS:	-	242.187	-	-	332.062	-
Receitas de acesso à rede de distribuição	-	164.711	-	-	158.234	-
CNP Brasil	-	-	-	-	100.997	-
Caixa Vida e Previdência	-	-	-	-	29.645	-
Too Seguros	-	-	-	-	27.592	-
Outras receitas operacionais:	-	-	-	-	89.933	-
Caixa Vida e Previdência	-	-	-	-	89.933	-
Receitas financeiras: (2)	-	77.476	-	-	83.895	-
Caixa Vida e Previdência	-	3.000	-	-	40.832	-
FI Exclusivo CAIXA Seguridade	-	74.476	-	-	43.063	-
DESPESAS:	(106.206)	(826)	(3.019)	(130.698)	-	(2.303)
Despesas administrativas: (3)	(101.713)	-	(2.747)	(91.577)	-	(2.077)
CAIXA	(101.713)	-	-	(91.577)	-	-
Dirigentes	-	-	(2.747)	-	-	(2.077)
Despesas financeiras: (4)	(4.493)	(826)	(272)	(39.121)	-	(226)
CAIXA	(4.493)	-	-	(39.121)	-	-
Dirigentes	-	-	(272)	-	-	(226)
FI Imobiliário Angico	-	(826)	-	-	-	-

(1) O montante não contempla a parcela de R\$ 38.067 (R\$ 50.579 – em igual período do exercício anterior) relativa às Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca oriundas de partes não-relacionadas à CAIXA Seguridade.

(2) O montante não contempla a parcela de R\$ 36.817 (R\$ 20.711 – em igual período do exercício anterior) relativa às Receitas financeiras de instrumentos financeiros de partes não relacionadas bem como atualização monetária sobre Pedido Eletrônico de Restituição (PER).

(3) As Despesas Administrativas incluem as despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Compartilhamento de Estrutura e de Execução de Atividades Operacionais celebrado entre CAIXA e Caixa Seguridade. O montante apresentado no período não contempla a parcela de R\$ 12.892 (R\$ 7.320 – em igual período do exercício anterior) relativas às despesas administrativas realizadas com partes não relacionadas à CAIXA Seguridade.

(4) O montante não contempla a parcela de R\$ 1.123 (R\$ 8.165 – em igual período do exercício anterior) relativa atualização monetária de dividendos referente a parcela de não controladores.

Descrição	Consolidado					
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025			01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024		
	Controladora	Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave	Controladora	Controladas em conjunto/Coligadas/Outras partes relacionadas	Pessoal-chave
RECEITAS:	15.697	2.384.021	-	9.835	2.380.005	-
Receitas de acesso à rede de distribuição	-	164.711	-	-	158.234	-
CNP Brasil	-	97.367	-	-	100.997	-
Caixa Vida e Previdência	-	30.571	-	-	29.645	-
Too Seguros	-	36.773	-	-	27.592	-
Receitas de Prestação de Serviços (2)	-	2.216.311	-	-	2.091.006	-
CNP Brasil	-	3.274	-	-	2.676	-
Caixa Vida e Previdência	-	662.037	-	-	944.491	-
Too Seguros	-	7	-	-	352	-
XS3 Seguros	-	732.017	-	-	550.470	-
XS4 Capitalização	-	135.069	-	-	106.697	-
XS5 Consórcios	-	617.293	-	-	440.106	-
XS6 Assistência	-	66.614	-	-	46.214	-
Outras receitas operacionais:	-	-	-	-	89.933	-
Caixa Vida e Previdência	-	-	-	-	89.933	-
Receitas financeiras: (3)	15.697	2.999	-	9.835	40.832	-
CAIXA	15.697	-	-	9.835	-	-
Caixa Vida e Previdência	-	2.999	-	-	40.832	-
DESPESAS:	(757.471)	(1.506)	(4.335)	(615.202)	-	(3.122)
Despesas administrativas: (4)	(127.696)	-	(3.885)	(115.483)	-	(2.760)
CAIXA	(127.696)	-	-	(115.483)	-	-
Dirigentes	-	-	(3.885)	-	-	(2.760)
Despesas financeiras: (5)	(4.493)	(826)	(450)	(39.121)	-	(362)
CAIXA	(4.493)	-	-	(39.121)	-	-
Dirigentes	-	-	(450)	-	-	(362)
FI Imobiliário Angico	-	(826)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(6.773)	(680)	-	(152)	-	-
CAIXA	(6.773)	-	-	(152)	-	-
CAIXA DTVM	-	(680)	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(618.509)	-	-	(460.446)	-	-
CAIXA	(618.509)	-	-	(460.446)	-	-

(1) O montante não contempla a parcela de R\$ 38.067 (R\$ 50.579 – em igual período do exercício anterior) relativa às Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca oriundas de partes não-relacionadas à CAIXA Seguridade.

(2) O montante não contempla a parcela de R\$ 38.266 (R\$ 30.196 – em igual período do exercício anterior) relativa às Receitas de Prestação de Serviços oriundas de partes não-relacionadas à CAIXA Seguridade.

(3) O montante não contempla a parcela de R\$ 174.398 (R\$ 121.560 - em igual período do exercício anterior) relativa às Receitas financeiras de instrumentos financeiros de partes não relacionadas bem como atualização monetária sobre Pedido Eletrônico de Restituição (PER).

(4) As Despesas Administrativas incluem as despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Compartilhamento de Estrutura e de Execução de Atividades Operacionais celebrado entre CAIXA e Caixa Seguridade. O montante apresentado no período não contempla a parcela de R\$ 17.840 (R\$ 8.374 – em igual período do exercício anterior) relativas às despesas administrativas realizadas com partes não relacionadas à CAIXA Seguridade.

(5) O montante não contempla a parcela de R\$ 5.129 (R\$ 19.614 – em igual período do exercício anterior) relativa à atualização monetária de dividendos referente a parcela de não controladores bem como marcação a mercado negativa de instrumentos financeiros de partes não-relacionadas à CAIXA Seguridade.

f) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração, incluindo a remuneração dos administradores das subsidiárias, totalizou até 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 14.014 (até 31 de dezembro de 2024 - R\$ 11.141), conforme demonstrado na Nota 20 – Despesas Administrativas.

Os Dirigentes da Companhia ou subsidiárias com vínculo empregatício com a Controladora têm seus benefícios pós-emprego custeados pela mesma, ao passo que os demais Dirigentes não recebem qualquer auxílio pós-emprego.

A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações até a data base destas demonstrações.

g) Remuneração de empregados e dirigentes

Conforme determina a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, bem como em função das disposições constantes no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a seguir são apresentadas informações relativas à remuneração de pessoal, inclusive dirigentes e conselheiros.

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração da CAIXA Seguridade (em Reais):

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empregados		
Menor salário (1)	13.083	12.379
Maior salário (1)	55.194	52.227
Salário médio (1)	26.764	24.737
Benefício global médio (2)	9.876	7.920
Dirigentes		
Diretor-presidente	65.886	57.292
Diretores	54.906	47.744
Benefício global médio (3)	13.320	8.032
Conselheiros		
Comitê de Auditoria - presidente	24.982	10.862
Comitê de Auditoria - membros	18.736	10.862
Conselho de Administração	6.245	5.431
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	6.245	4.345
Conselho Fiscal	4.996	5.431

(1) Salário dos empregados disponibilizados pela CAIXA e ressarcido à Controladora conforme Acordo de Compartilhamento de Infraestrutura e Atividades Operacionais.

(2) Valor médio global dos benefícios oferecidos, considerando assistências médica e odontológica, auxílios alimentação e refeição, auxílio creche, auxílio transporte, previdência complementar e outros benefícios.

(3) O valor em referência não considera os pagamentos realizados a título de remuneração variável de dirigentes (RVD).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Empregados contratados disponibilizados (1)	142	140

(1) Salário dos empregados disponibilizados pela CAIXA e ressarcido à Controladora conforme Acordo de Compartilhamento de Infraestrutura e Atividades Operacionais.

Nota 24 – Eventos Subsequentes**a) Aprovação de dividendos intermediários**

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de janeiro de 2026, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 990.000 equivalentes a R\$ 0,33 por ação, a partir de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores.

Dessa forma, considerando esta distribuição de dividendos intermediários e os dividendos intercalares antecipados relativos ao exercício de 2025, a Companhia totaliza uma distribuição na ordem de R\$ 3.930.000, de modo que não haverá proposta de distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2025, a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

O pagamento dos dividendos será efetuado em 15 de maio de 2026, tendo como base a posição acionária de 30 de abril de 2026. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 4 de maio de 2026.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

DIRETORIA

LUIZ GUSTAVO SILVA PORTELA
DIRETOR-PRESIDENTE

EDGAR VIEIRA SOARES
DIRETOR EXECUTIVO

SALVADOR CONGENTINO NETO
DIRETOR EXECUTIVO

SIDNEY SOARES FILHO
DIRETOR EXECUTIVO

LEONARDO JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
CONTADOR
CRC- DF-023960/O

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretor-Presidente

Luiz Gustavo Silva Portela

Diretores

Edgar Vieira Soares

Salvador Congentino Neto

Sidney Soares Filho

Conselho de Administração

Fernando Alcântara de Figueredo Beda

Humberto José Teófilo Magalhães

Ilana Trombka

Inês da Silva Magalhães

Karoline Busatto

Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto

Waldemir Bargieri

Conselho Fiscal

Denis do Prado Netto

Letícia Pedercini Issa

Luiz Felipe Figueiredo de Andrade

Comitê de Auditoria Estatutário

Bernardo Gouthier Macedo

João Aldemir Dornelles

José Antônio Mendes Fernandes

Waldemir Bargieri

Contador

Leonardo José Rodrigues Pereira

CRC- DF-023960/O

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2025

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstração do valor adicionado do exercício

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caixa Seguridade Participações S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Caixa Seguridade Participações S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em participações societárias

A Companhia possui como atividade principal participar de entidades do ramo securitário de forma a viabilizar a exploração do balcão do seu controlador Caixa Econômica Federal (“Caixa”), por essas entidades, se beneficiando da performance financeira de suas investidas. Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos em participações societárias totalizaram R\$ 12.593.740 mil na Controladora e R\$ 12.708.995 mil no Consolidado e as receitas de equivalência patrimonial totalizaram o montante de R\$ 4.181.821 mil na Controladora e de R\$ 3.279.914 mil no Consolidado, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Considerando a importância das participações societárias e os respectivos ganhos decorrentes dessas participações na formação da estrutura patrimonial e do resultado anual da Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Receitas de distribuição, uso da marca e de serviços de corretagem

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia registrou os valores de R\$ 202.778 mil como receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca na controladora e no consolidado e de R\$ 2.254.577 mil como receita de serviços de corretagem no consolidado, decorrentes da exploração do balcão do seu controlador Caixa, pelas instituições conveniadas para distribuição e comercialização dos seus produtos.

Para a determinação dos valores dessas receitas, a Companhia considera os contratos com as instituições conveniadas, os resultados históricos auferidos no exercício, além da segregação entre os diferentes tipos e especificidades de cada transação.

Considerando que a mensuração dessas receitas está amparada em grande volumetria de operações realizadas e as diferentes naturezas de cada produto/transação, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Para a receita de equivalência patrimonial, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados à revisão de performance das investidas e ao processo de indagação probatória, implementado pela Gerência de Governança Corporativa e direcionada aos representantes da Companhia, nos diferentes órgãos colegiados das investidas; (ii) envio de instruções de auditoria e revisão dos papéis de trabalho para os auditores dos componentes (investidas), considerando os níveis de materialidade, incluindo discussão sobre a abordagem nos principais assuntos ocorridos nas investidas; (iii) recálculo do método que equivalência patrimonial e conciliação com os registros contábeis de todas as investidas; (iv) teste de liquidação financeira dos recebimentos de juros sobre capital próprio e dividendos no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos as evidências apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados ao recebimento dos arquivos operacionais que contemplam as volumetrias de negócios (resultados históricos) do exercício, processo de mensuração dos percentuais de remuneração por tipo de transação, movimentação dos saldos faturados no exercício e confronto com os registros contábeis e, por fim, teste de liquidação financeira de toda a receita auferida no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processo de registro das receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca, bem como de serviços de corretagem, estão amparados em evidências apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 DF 002567/F

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S - DF

Aos

Conselheiros de Administração da CAIXA Seguridade Participações S.A.

1. Introdução

O Comitê de Auditoria da Caixa Seguridade Participações S.A. (COAUD ou Comitê), órgão estatutário de caráter permanente que se reporta diretamente ao Conselho de Administração (CA), atua nos limites de suas competências dispostas no Estatuto Social da Companhia e no seu Regimento Interno, em conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016, as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

É composto por 4 (quatro) membros independentes, todos nomeados pelo Conselho de Administração da CAIXA Seguridade. O Presidente do Comitê também atua como membro independente do Conselho de Administração.

Como órgão de assessoramento, o COAUD não possui funções deliberativas, decisórias ou executivas. , cabendo ao Comitê avaliar e recomendar a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Os trabalhos de supervisão e monitoramento desempenhados pelo COAUD têm como base os insumos recebidos da Administração, das diversas áreas da Companhia – especialmente as responsáveis pela elaboração das Demonstrações Contábeis, pelo gerenciamento de riscos, controles internos, *compliance* e integridade – bem como os resultados dos trabalhos dos auditores internos e independentes, além da análise do próprio Comitê sobre documentos e informações da Companhia aos quais tenha acesso no desempenho de suas atividades.

2. Atividades do Período

No exercício de 2025, o COAUD realizou 51 (cinquenta e uma) reuniões com as diversas áreas da Companhia, as auditorias interna e independente, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Os assuntos incluídos no plano de trabalho e nas pautas das reuniões são relacionados às competências estatutárias e regimentais do Comitê, principalmente de supervisão/monitoramento dos processos de elaboração das Demonstrações Contábeis, de gerenciamento de riscos, controles internos, *compliance* e integridade, bem como da atuação das auditorias interna e independente.

O Comitê revisou todas as Demonstrações Contábeis da Caixa Seguridade, individuais e consolidadas, trimestrais e do exercício, bem como os Relatórios da Administração e os Relatórios dos Auditores Independentes, previamente à deliberação do Conselho de Administração, para posterior divulgação.

Para tanto, reuniu-se com os responsáveis pela elaboração das Demonstrações Contábeis e com os auditores internos e independentes, para discussão de temas contábeis relevantes, das principais práticas contábeis adotadas, das estimativas efetuadas, bem como das apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e valores adicionados e das notas explicativas.

Não foram identificadas divergências entre a administração, a auditoria independente e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis da Companhia.

3. Conclusões

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e devidamente ponderadas suas responsabilidades e seu escopo de sua atuação, conclui que:

- i) os sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos, *compliance* e integridade da Caixa Seguridade revelam adequado nível de efetividade, considerados o porte e a complexidade da instituição;
- ii) Com base na Lei n 13.303/2016, e nas interações promovidas junto à Auditoria Interna, para o exercício de 2025 o Comitê de Auditoria atesta a adequação do orçamento e acompanha eventuais necessidades de ajuste na estrutura da auditoria interna. O Comitê entende que a Auditoria desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade.
- iii) a auditoria independente demonstra ser efetiva e atuar com objetividade. Não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência ou a qualidade do seu trabalho;
- iv) Os assuntos pertinentes que chegaram ao conhecimento da administração e que são requeridos pelas normas vigentes estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis da Caixa Seguridade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, razão pela qual o Comitê de Auditoria opina que elas estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Caixa Seguridade.

Brasília, 21 de janeiro de 2026.

BERNARDO GOUTHIER MACEDO
Membro

JOSÉ ANTÔNIO MENDES FERNANDES
Membro

JOÃO ALDEMIR DORNELLES
Membro

WALDEMIR BARGIERI
Presidente do Comitê

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame a) das Demonstrações Contábeis Anuais; b) da destinação de resultados; c) da execução orçamentária e, d) do Relatório Anual da Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício pela Administração da Companhia e ainda, no Relatório da empresa de auditoria independente, BDO RCS Auditores Independentes, este Conselho Fiscal **opina favoravelmente**, sem ressalvas, que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

DENIS DO PRADO NETTO
Conselheiro

LETÍCIA PEDERCINI ISSA
Conselheira

LUIZ FELIPE FIGUEIREDO DE ANDRADE
Presidente do Conselho



DECLARAÇÃO

Em conformidade com o artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte – SHN, Quadra 1, Bloco E, Conjunto A, Edifício CNP, 16º e 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.543.331/0001-00, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei e do estatuto social e que:

i) reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

ii) reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ GUSTAVO SILVA PORTELA
DIRETOR-PRESIDENTE

EDGAR VIEIRA SOARES
DIRETOR EXECUTIVO

SALVADOR CONGENTINO NETO
DIRETOR EXECUTIVO

SIDNEY SOARES FILHO
DIRETOR EXECUTIVO

ANEXO II

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA

(ITEM 2 DO ANEXO C DA RCVM 80)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nós, membros da Diretoria Executiva da Companhia, comentamos nesta seção do Formulário de Referência sobre os principais resultados da Companhia nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, na forma da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), e declaramos que as informações são verdadeiras, completas e consistentes.

O desempenho comentado tem como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto se especificado de outro modo.

Esclarecimentos adicionais a respeito das demonstrações financeiras da Companhia estão detalhados no item 2.11 deste Formulário de Referência.

Certas tabelas desta seção 2 deste Formulário de Referência contêm os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2015, sob a forma de subsidiária integral da CAIXA, tendo como finalidade a participação em sociedades seguradoras, de capitalização, de entidades abertas de previdência complementar, cotas de consórcios e em outras sociedades cujo objeto social seja a corretagem, bem como com a finalidade de gerir a comercialização e a distribuição de produtos e serviços de tais sociedades.

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o resumo das participações detidas pela Companhia nas suas Sociedades Investidas¹ em 31 de dezembro de 2025 e a natureza do relacionamento com cada uma delas:

Empresas	% de participação no capital total	Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
Estrutura Societária (participações diretas)			
Caixa Corretora	100,00	Controlada	Equivalência Patrimonial/Consolidação
Caixa Holding	100,00	Controlada	Equivalência Patrimonial/Consolidação
CNP Seguros	48,25	Coligada	Equivalência Patrimonial
Holding XS1	60,00	Coligada	Equivalência Patrimonial
XS5 Consórcios	75,00	Controlada em conjunto	Equivalência Patrimonial
XS6 Assistência	75,00	Controlada em	Equivalência Patrimonial

¹ Trata-se da Caixa Holding que detém diretamente as participações das empresas XS3 – habitacional/residencial, XS4 – Capitalização, Too Seguros e PAN Corretora.

conjunto			
Estrutura Societária (participações indiretas)			
XS3 Seguros	75,00	Controlada em conjunto	Equivalência Patrimonial
XS4 Capitalização	75,00	Controlada em conjunto	Equivalência Patrimonial
Too Seguros	49,00	Controlada em conjunto	Equivalência Patrimonial
PAN Corretora	49,00	Controlada em conjunto	Equivalência Patrimonial

A tabela a seguir apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência nas respectivas datas:

Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Ativo	14.765.001	14.024.016
Circulante	2.046.298	1.969.462
Não Circulante	12.718.703	12.054.554
Passivo	1.214.517	1.134.692
Circulante	1.202.266	1.131.440
Não Circulante	12.251	3.252
Patrimônio Líquido	13.550.484	12.889.324
Passivo e Patrimônio Líquido	14.765.001	14.024.016

Ativo circulante

O ativo circulante é formado principalmente pelos dividendos destacados pelas suas Sociedades Investidas para pagamento à Companhia no exercício seguinte, pelas aplicações financeiras mantidas pela Companhia ao final do exercício e, em casos específicos, por investimentos mantidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante da Companhia era de R\$2.046.298 mil, representando um aumento de 3,90% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que foi registrado um ativo circulante de R\$1.969.462 mil. Referido aumento decorre da variação de instrumentos financeiros, em especial dos investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), de R\$1.095.845 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.536.594 mil em 31 de dezembro de 2025.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo não circulante da Companhia era de R\$12.718.703 mil, representando um aumento de 5,51% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que foi registrado um ativo não circulante de R\$12.054.554 mil. A referida variação decorre, em especial, da variação positiva (aumento) de investimentos em participações societárias, de R\$12.054.547 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$12.708.995 mil em 31 de dezembro de 2025.

Passivo circulante

O passivo circulante é constituído em especial pelos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos aos acionistas, pelos valores a pagar e tributos apurados no exercício e que serão liquidados no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da Companhia era de R\$1.202.266 mil, representando um aumento de 6,26% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que foi registrado um passivo circulante de R\$1.131.440 mil. A referida variação decorre, em especial, da variação positiva de dividendos a pagar, de R\$941.302 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.050.008 mil em 31 de dezembro de 2025 e que foi parcialmente compensada pela variação negativa de valores a pagar, de R\$102.810 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$81.335 mil em 31 de dezembro de 2025.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo não circulante da Companhia era de R\$12.251 mil, representando um aumento de 276,72% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que foi registrado um passivo não circulante de R\$3.252 mil. A referida variação decorre, em especial, da variação positiva das participações nos resultados, de R\$3.252 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$12.251 mil em 31 de dezembro de 2025.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$13.550.484 mil, representando um aumento de 5,13% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que foi registrado um patrimônio líquido de R\$12.889.324 mil. A referida variação decorre, em especial, da variação positiva de (a) capital social, de R\$2.756.687 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$3.678.772 mil em 31 de dezembro de 2025, (b) reservas, de R\$4.011.956 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$4.441.431 mil em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$735.754 mil em reserva legal e R\$3.705.677 mil em reserva estatutária), (c) ajuste de avaliação patrimonial relacionado às variações reflexas de investidas, de R\$5.171.977 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$5.430.281 mil em 31 de dezembro de 2025 e que foi parcialmente compensado por dividendos adicionais propostos de R\$948.704 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$0 em 31 de dezembro de 2025.

Para informações sobre as demonstrações de resultados da Companhia, vide o item (h) deste item 2.1.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e a diretoria da Companhia acredita que os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices (%)	Fórmula	2025	2024
Endividamento Total (ET)	$ET = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	8,2	8,1

Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	8,1	8,1
Liquidez Geral (LG)	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo}} \times 100$	168,5	173,6
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$	170,2	174,1

As informações financeiras patrimoniais da Companhia demonstram um baixo nível de endividamento, explicado pelo fato de a Companhia não possuir dívidas financeiras para a manutenção de suas participações ou de seus compromissos de curto prazo.

Os resultados da Liquidez Geral e corrente da Companhia demonstram situação confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi apurado índice de endividamento superior àquele apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, em decorrência, principalmente, (i) ao crescimento nos valores registrados no passivo circulante, devido a um maior montante de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos. Condições financeiras e patrimoniais

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Consolidado (R\$ mil)	2025	2024
Capital de terceiros ⁽¹⁾	1.214.517	1.134.692
Capital próprio ⁽²⁾	13.550.484	12.889.324
Capital total ⁽³⁾	14.765.001	14.024.016
Percentual de capital de terceiros ⁽⁴⁾	8,23%	8,10%
Percentual de capital próprio ⁽⁵⁾	91,77%	91,90%

⁽¹⁾ Capital de terceiros é calculado por meio da soma do passivo circulante ao passivo não circulante.

⁽²⁾ Capital próprio é equivalente ao patrimônio líquido.

⁽³⁾ Capital total é calculado por meio da soma do capital de terceiros ao capital próprio.

⁽⁴⁾ Percentual de capital de terceiros é calculado por meio da divisão do capital de terceiros pelo capital total.

⁽⁵⁾ Percentual de capital próprio é calculado por meio da divisão do capital próprio pelo capital total.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital total da Companhia era de R\$14.765.001 mil, representando um aumento de 5,28% em relação a 31 de dezembro de 2024, em que foi registrado um capital total de R\$14.024.016 mil. A referida variação decorre, em especial, da

variação positiva da capital social e reservas, conforme explicado no item 2.1 “a” acima.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia era composta por 8,2% de capital de terceiros e 91,8% de capital próprio. O capital de terceiros é composto por

(i) dividendos a pagar, (ii) valores a pagar referentes ao ressarcimento de despesas compartilhadas, (iii) por atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre a CAIXA e a Companhia, (iv) participação nos lucros e (v) por tributos por passivos correntes e diferidos.

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura de capital da Companhia era composta por 8,1% de capital de terceiros e 91,9% de capital próprio. O capital de terceiros é composto por (i) dividendos a pagar, (ii) valores a pagar referentes ao ressarcimento de despesas compartilhadas, (iii) por atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre a CAIXA e a Companhia, (iv) participação nos lucros e (v) por tributos por passivos correntes e diferidos.

Cumprir destacar que o saldo de capital próprio já se encontra com o reflexo da adoção inicial da norma contábil emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) através da *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 17 – Contratos de Seguros, recepcionada no Brasil pelo Pronunciamento do Comitê de Pronunciamento Contábeis 50 – Contratos de Seguros.

O financiamento do ativo da Companhia é essencialmente mantido por fontes próprias de capital, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Consolidado (R\$ mil)	2025	2024
Ativo Total	14.765.001	14.024.016
Capital próprio ⁽¹⁾	13.550.484	12.889.324
Participação do Capital Próprio	91,77%	91,90%

⁽¹⁾ Capital próprio é equivalente ao patrimônio líquido.

Desde a criação da Companhia em 2015, o crescimento do ativo ocorre em especial na linha de investimentos em participações societárias, sustentado pelo aumento dos resultados de equivalência patrimonial das empresas e pelo investimento nas novas empresas constituídas no âmbito das novas parcerias estabelecidas no processo de M&A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a elevação do capital próprio decorre do aumento do capital social, do acréscimo na reserva e do ajuste de avaliação patrimonial.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os passivos da Companhia representam obrigações por tributos correntes, valores a pagar relativos ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre a CAIXA e a Companhia, além dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao resultado do exercício, a serem pagos aos seus acionistas. Os passivos são honrados com: (i) fluxo de proventos dos dividendos pagos pelas Sociedades Investidas; (ii) fluxo de proventos das receitas de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca (“Receitas de BDF”); e (iii) receitas de prestação de serviço de corretagem e/ou intermediação de produtos

de seguridade.

Em 31 de dezembro de 2025, a soma das disponibilidades com liquidez imediata que a Companhia possuía era superior ao total dos seus passivos, entretanto, houve decréscimo na liquidez em função de um aumento de seu passivo decorrente do maior volume de dividendos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado um aumento na liquidez decorrente do maior volume de aplicações em instrumentos financeiros e da elevação no montante de dividendos a receber.

Se consideradas apenas (i) as despesas correntes (despesas gerais e administrativas e tributos) e (ii) o recebimento da receita de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca e receitas de corretagem, o fluxo médio mensal das despesas representou 18,67% do fluxo médio mensal das receitas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, sendo essa mesma relação de 18,21% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 em razão da manutenção da proporção entre o crescimento das despesas administrativas e tributárias e o aumento das receitas de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca e receitas de corretagem.

A administração da Companhia avaliou a sua habilidade de operar normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações fundamentalmente com capital próprio, não possuindo quaisquer empréstimos, financiamentos ou linhas de crédito contratadas.

O investimento em ativos não circulantes foi realizado por meio da integralização de capital feita pelo acionista controlador em 30 de junho de 2015 e a geração de caixa da Companhia é mantida pelo recebimento mensal das receitas de distribuição (receitas de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca CAIXA e receitas de corretagem e/ou intermediação), bem como pela liquidação financeira dos dividendos e juros sobre capital próprio, pagos periodicamente por suas Sociedades Investidas.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento principalmente com capital próprio e acredita que terá recursos suficientes para cumprir com suas obrigações operacionais. Entretanto, poderá complementar essa estratégia por meio da utilização de outros tipos de financiamento, incluindo: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações no mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(I) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável, uma vez que nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía quaisquer contratos de empréstimo e financiamentos relevantes.

(II) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Não aplicável, uma vez que nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

(III) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não aplicável, uma vez que nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

(IV) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além daquelas previstas em lei.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Por ser uma empresa de participações, as movimentações da Companhia são decorrentes, principalmente, de investimentos, dividendos ou juros sobre o capital próprio a pagar ou a receber e de aplicações financeiras, além de despesas necessárias para sustentar a sua operação. Adicionalmente, as demonstrações consolidadas da Companhia englobam as receitas de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca CAIXA e as receitas de prestação de serviço de corretagem e/ou intermediação em virtude da consolidação da operação de sua sociedade investida Caixa Corretora.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações dos resultados da Companhia referentes aos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(R\$ mil)	2025	AV	2024	AV	AH
Operações continuadas					
Receitas operacionais	5.737.269	100%	5.013.352	100%	14,44%
Resultado de investimentos em participações societárias	3.279.914	53,52%	2.683.337	53,52%	22,23%
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	202.778	4,17%	208.813	4,17%	-2,89%
Receitas de prestação de serviços	2.254.577	42,31%	2.121.202	42,31%	6,29%
Custo dos serviços prestados	(618.509)	-9,18%	(460.446)	-9,18%	34,33%
Resultado bruto	5.118.760	90,82%	4.552.906	90,82%	12,43%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(471.167)	-6,58%	(329.883)	-6,58%	42,83%
Despesas administrativas	(149.421)	-2,53%	(126.617)	-2,53%	18,01%
Despesas tributárias	(309.407)	-5,94%	(297.677)	-5,94%	3,94%
Outras receitas/despesas operacionais	(12.339)	1,88%	94.411	1,88%	-113,07%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	4.647.593	84,24%	4.223.023	84,24%	10,05%
Resultado financeiro	182.196	2,26%	113.492	2,26%	60,54%
Receitas financeiras	193.094	3,44%	172.227	3,44%	12,12%
Despesas financeiras	(10.898)	-1,17%	(58.735)	-1,17%	-81,45%
Resultado antes de impostos e participações	4.829.789	86,50%	4.336.515	86,50%	11,37%
Imposto de renda e contribuição social	(538.229)	-11,40%	(571.331)	-11,40%	-5,79%
Impostos correntes	(537.890)	-11,39	(571.214)	-11,39	-5,83%
Impostos diferidos	(339)	0,00%	(117)	0,00%	189,74%
Lucro líquido do exercício	4.291.560	75,10%	3.765.184	75,10%	13,98%
Quantidade de ações - em milhares	3.000.000	-	3.000.000	-	-
Lucro por ação - R\$	1,43052	-	1,25506	-	-

Receitas operacionais

As receitas operacionais da Companhia foram de R\$5.737.269 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 14,44% em comparação com R\$5.013.352 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao aumento do resultado de investimentos em participações societárias, de R\$2.683.337 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$3.279.914 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia foi de R\$(618.509) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 34,33% em comparação com R\$(460.446) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao aumento (a) no custo do serviço CAIXA, de R\$(104.809) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$(140.693) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) no custo de força de venda CAIXA, de R\$(293.940) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$(392.429) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (c) no custo de força de venda Parceiros, de R\$(61.697) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$(85.387) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os referidos custos remetem aos custos operacionais relacionados às parcerias firmadas com a XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios e XS6 Assistência, para fins de distribuição de produtos de seguridade no Balcão CAIXA, especificamente no item (a) ao preço do serviço cobrado pela CAIXA para distribuição dos mencionados produtos no balcão; e para os itens (b) e (c) aos valores dispendidos com premiação de empregados e parceiros indicadores de produtos de seguros.

Resultado bruto

O resultado bruto da Companhia foi de R\$5.118.760 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 12,43% em comparação com R\$4.552.906 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente de um crescimento no montante de receitas operacionais auferidas em 2025 advindas do resultado de investimentos em participações societárias.

Outras receitas/(despesas) operacionais

As outras receitas/(despesas) operacionais da Companhia foram de R\$(471.167) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 42,83% em comparação com R\$(329.883) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu, principalmente, (a) do aumento das despesas administrativas, que passaram de R\$(126.617) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$(149.421) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) das despesas com propaganda e publicidade, no montante de R\$(12.339) mil, incorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais passaram a ser registradas na rubrica de outras despesas operacionais; (c) pelo recebimento não recorrente da comissão adicional por prestação de serviços (Launch Performance Commission – LPC), no valor de R\$94.411 mil, paga pela Caixa Vida e Previdência no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, registrada em outras receitas operacionais, sem efeito em 31 de dezembro de 2025.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia foi de R\$4.647.593 mil no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 10,05% em comparação com R\$4.223.023 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente de um crescimento no montante de (a) receitas operacionais auferidas em 2025 advindas do resultado de investimentos em participações societárias.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$182.196 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 60,54% em comparação com R\$113.492 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. O aumento na receita financeira em 2025 foi impulsionado por (a) um maior volume de recursos aplicados devido ao incremento do fluxo de dividendos recebidos das investidas, (b) da redução da despesa financeira em 2025 relacionada à atualização monetária dos dividendos e (c) do aumento da taxa SELIC na comparação dos períodos.

Resultado antes de impostos e participações

O resultado antes de impostos e participações da Companhia foi de R\$4.829.789 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 11,37% em comparação com R\$4.336.515 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente de um crescimento em 2025 (a) resultado de investimentos em participações societárias, (b) das receitas financeiras pelo aumento da taxa SELIC e maior fluxo de dividendos recebidos das investidas e (c) da redução da despesa financeira relacionada à atualização monetária dos dividendos.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia foi de R\$4.291.560 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 13,98% em comparação com R\$3.765.184 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu de um crescimento no montante (a) resultado de investimentos em participações societárias, (b) das receitas financeiras pelo aumento da taxa SELIC e maior fluxo de dividendos recebidos das investidas, e (c) da redução da despesa financeira relacionada à atualização monetária dos dividendos.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa da Companhia referentes aos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	AH
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.273.412	3.599.712	18,72%
Lucro líquido ajustado do exercício	1.018.096	1.085.705	-6,23%

Recebimento de dividendos	3.277.800	2.395.241	36,85%
Recebimento de juros sobre capital próprio	21.093	19.186	9,94%
Variações patrimoniais	(43.577)	99.580	-143,76%
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(486.586)	(358.693)	35,66%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.786.955)	(3.241.014)	16,84%
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(129)	5	-2.680,00%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$4.273.412 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 18,72% em comparação com R\$3.599.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente de um crescimento no recebimento de dividendos, devido ao aumento do resultado de investimentos em participações societárias, bem como em razão do crescimento das receitas de prestação de serviço de corretagem e/ou intermediação auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$2.254.577 mil em comparação a R\$2.121.202 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Lucro líquido ajustado do exercício

Este item denota o resultado auferido pela Companhia, efetivamente realizado em caixa até a data de referência. Nesse sentido, reflete a parcela de receitas operacionais auferidas, efetivamente recebidas em caixa, representadas pelas receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (BDF), bem como pelas receitas de prestação de serviço de corretagem e/ou intermediação, deduzidas as respectivas despesas pagas em caixa até a data de fechamento do período comparativo.

O lucro líquido ajustado do exercício foi de R\$1.018.096 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um decréscimo de 6,23% em comparação com R\$1.085.705 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação ocorreu, sobretudo, em razão do maior crescimento do resultado de investimentos em participações societárias, que não geram realização imediata de caixa, em proporção superior às demais receitas.

Recebimento de dividendos

O recebimento de dividendos foi de R\$3.277.800 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 36,85% em comparação com

R\$2.395.241 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente do crescimento dos montantes de dividendos advindos de suas investidas, principalmente os oriundos da Holding XS1 e XS3 Seguros.

Recebimento de juros sobre capital próprio

O recebimento de juros sobre capital próprio foi de R\$21.093 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 9,94% em comparação com R\$19.186 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente do crescimento dos juros sobre capital próprio advindos da Too Seguros.

Variações patrimoniais

Este item reflete o resultado em caixa relacionado à realização de ativos/liquidação de passivos diretamente decorrentes das operações da Companhia, principalmente em função do reconhecimento/baixa de valores a receber relacionados às receitas de acessos à rede e uso da marca.

As variações patrimoniais foram de R\$(43.577) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um decréscimo de -143,76% em comparação com R\$99.580 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido à redução nos (a) valores a pagar, de R\$28.223 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$(22.606) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) dividendos a pagar – atualização monetária, de R\$47.276 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$5.616 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (c) passivos por impostos correntes, de R\$24.979 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$(16.787) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

O caixa líquido proveniente das atividades de investimento da Companhia foi de R\$(486.586) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou um aumento de 35,66% em comparação com R\$(358.693) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao aumento de 16,68% das aplicações financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado com exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento da Companhia foi de R\$(3.786.955) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representou uma redução de 16,84% em comparação com R\$(3.241.014) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao montante de dividendos antecipados pagos pela Companhia a seus acionistas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita operacional da Companhia são:

- o resultado de investimentos em participações societárias avaliadas pelo método da equivalência patrimonial provenientes de suas participações nas suas Sociedades Investidas – conforme participações societárias/acionárias constantes da tabela apresentada no item 2.1.(a) deste Formulário de Referência;
- as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca CAIXA (BDE), pagas como percentual das receitas auferidas na venda dos produtos de seguridade nas agências e canais de distribuição da CAIXA; e
- as receitas auferidas pela Caixa Corretora registradas em decorrência da prestação de serviços de corretagem ou intermediação sobre os produtos de seguridade distribuídos na rede de distribuição Balcão CAIXA.

A Caixa Corretora atua na corretagem e administração de seguros, planos de previdência complementar aberta, títulos de capitalização e outras corretagens decorrentes de seguros vendidos no balcão ou extra balcão da CAIXA.

A Caixa Holding tem como função a gestão de participações societárias em entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP.

A CNP Seguros, regida pelo Acordo de Acionistas celebrado entre a Companhia, CNP e CNP Assurances Latam Holding Ltda., tem por objeto social a participação em sociedades nacionais ou estrangeiras, inclusive podendo participar do capital de empresas de Companhia Seguradora, de Capitalização, de Previdência Privada, de Administração de Consórcios, de Consultoria na Área de Previdência Pública para Estados e Municípios, e de Companhia Seguradora Especializada no Ramo de Saúde, observada a legislação vigente. Atualmente, opera o *run-off* das carteiras existentes até 2021, a exceção do *run-off* dos produtos de vida, prestamista e previdência que migraram para a parceria firmada entre a Companhia e a CNP Assurance, a Holding XS1 e suas sociedades investidas.

A Holding XS1 tem por objeto a participação em sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar pela SUSEP. Fundada em acordo com a CNP Assurance para exploração, com exclusividade, dos ramos de seguros de vida e prestamista e dos produtos de previdência na rede de distribuição Balcão CAIXA. Possui como sociedade investida a Caixa Vida e Previdência.

A Too Seguros, controlada em conjunto com o BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., tem como objeto (a) as operações de seguros de danos e de pessoas; e (b) a participação como acionista ou sócio em outras sociedades ou empreendimentos, exceto em corretora de seguros. A participação da Companhia é indireta pela sua sociedade investida, a Caixa Holding.

A PAN Corretora, controlada em conjunto com o BTG Pactual Holding Participações S.A., tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. A participação da Companhia é indireta pela sua sociedade investida, a Caixa Holding.

A XS3 Seguros S.A., fundada em acordo com a Tokio Marine Seguradora para exploração dos ramos habitacional e residencial na Rede de Distribuição da CAIXA, tem por objeto a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de seguro habitacional e residencial desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia. A participação da Companhia é indireta pela sua sociedade investida, a Caixa Holding.

A XS4 Capitalização S.A. fundada em acordo com a Icatu Seguridade S.A. para exploração do ramo de capitalização na Rede de Distribuição da CAIXA, tem por objeto a distribuição, divulgação, oferta, a venda e pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade. A participação da Companhia é indireta pela sua sociedade investida, a Caixa Holding.

A XS5 Administradora de Consórcios S.A., fundada em acordo com a CNP Assurance, tem por objeto social a administração de grupo de consórcios na forma da legislação em vigor.

A XS6 Assistência S.A, fundada em acordo com a Tempo, tem como por objeto social a distribuição, divulgação, oferta, venda e o pós-venda de serviços de assistência, inclusive para seguradoras, sociedades de capitalização, administradoras de consórcios, seguradoras especializadas em saúde e operadoras de planos de assistência à saúde, a prestação de serviços de intermediação de serviços de assistência, assessoria técnica em geral, e participação societária em outras sociedades.

(ii) fatores que afetaram a materialmente os resultados operacionais

Resultado de investimentos em participações societárias

O resultado de investimentos em participações societárias (MEP) é apurado pelo método de equivalência patrimonial do lucro líquido das sociedades investidas, apresentou o montante de R\$3.280 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando um crescimento de 22,23% na relação com R\$2.683 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Na tabela abaixo é apresentado o resultado de investimentos em participações societárias em acordo com a norma contábil CPC 50 – Contratos de Seguros (IFRS 17) nos dois últimos exercícios sociais:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Sociedades Investidas (R\$ mil)	2025	AV	2024	AV	AH
CNP Seguros	428.782	13,07%	464.808	17,30%	-7,75%
Too Seguros	237.003	7,23%	222.588	8,30%	6,48%
PAN Corretora	26.583	0,81%	22.124	0,80%	20,15%
Holding XS1	1.497.531	45,66%	1.197.120	44,60%	25,09%
XS3 Seguros	589.725	17,98%	428.441	16,00%	37,64%
XS4 Capitalização	202.569	6,18%	154.549	5,80%	31,07%

XS5 Consórcios	260.577	7,94%	170.471	6,40%	52,86%
XS6 Assistência	37.144	1,13%	23.236	0,90%	59,86%
Total	3.279.914	100,00%	2.683.337	100,00%	22,23%

CNP Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na CNP Seguros foi de R\$428.782 mil, representando uma redução de 7,75% em comparação com R\$464.808 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido à queda na margem operacional de seguros em 22,65%, correspondendo a (R\$328.225 mil), compensado parcialmente pelo crescimento no resultado financeiro de 64,49%, correspondendo a R\$ 119.295 mil.

Too Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na Too Seguros foi de R\$237.003 mil, representando um aumento de 6,48% em comparação com R\$222.588 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao crescimento de 24,91% no resultado financeiro, correspondendo a R\$36.699 mil.

PAN Corretora

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na PAN Corretora foi de R\$26.583 mil, representando um aumento de 20,15% em comparação com R\$22.124 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao crescimento de 24,08% na margem operacional, correspondendo a R\$11.637 mil.

Holding XS1

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na Holding XS1 foi de R\$1.497.531 mil, representando um aumento de 25,09% em comparação com R\$1.197.120 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido a um crescimento de 17,43% na margem operacional da XS1, correspondendo a R\$606.080 mil.

XS3 Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na XS3 Seguros foi de R\$589.725 mil, representando um aumento de 37,64% em comparação com R\$428.441 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido a um crescimento de 45,9% no resultado operacional da XS3, correspondendo a R\$402,627 mil.

XS4 Capitalização

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na XS4 Capitalização foi de R\$202.569 mil, representando um aumento de 31,07% em comparação com R\$154.549 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao crescimento de 27,11% com a arrecadação com títulos de capitalização, correspondendo a R\$398.171 mil.

XS5 Consórcios

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na XS5

Consórcios foi de R\$260.577 mil, representando um aumento de 52,86% em comparação com R\$170.471 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao aumento de 25,78% com as receitas de prestação de serviços, correspondendo a R\$224.326 mil.

XS6 Assistência

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de investimentos em participações societárias na XS6 Assistência foi de R\$37.144 mil, representando um aumento de 59,86% em comparação com R\$23.236 mil em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao aumento de 32,24% com as receitas da operação, correspondendo a R\$67.178 mil.

Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (BDF)

As receitas de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca CAIXA são pagas como um percentual das receitas auferidas na venda dos produtos de seguridade nas agências e canais de distribuição da CAIXA. Essas receitas atualmente, em sua maioria, se originam das operações em *run-off* na CNP Seguradora e na Caixa Vida e Previdência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Ramos (R\$ mil)	2025	AV	2024	AV	AH
Seguros – Prestamista	964	0,48%	(4.195)	-9,30%	-122,98%
Seguros – Habitacional	167.895	82,80%	174.429	81,90%	-3,75%
Previdência	29.721	14,66%	33.839	24,40%	-12,17%
Seguros - Outros	4.198	2,07%	4.740	3,00%	-11,41%
Total	202.778	100,00%	208.813	100,00%	-2,89%

As receitas de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca atingiram R\$202.778 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando uma redução de 2,89% quando comparado com o acumulado total de R\$208.813 mil de 31 de dezembro de 2024. A variação ocorreu principalmente devido ao decréscimo das receitas de seguro advindas do ramo habitacional e previdência.

Receitas de prestação de serviço de corretagem ou intermediação de produtos de seguridade

As receitas de prestação de serviço de corretagem ou intermediação de produtos de seguridade, auferidas pela Caixa Corretora são obtidas em razão da prestação de serviços de corretagem ou intermediação sobre os produtos de seguridade comercializados na Rede de Distribuição da CAIXA.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Ramos (R\$ mil)	2025	AV	2024	AV	AH
Vida	176.558	7,83%	167.980	7,92%	5,11%
Prestamista	401.065	17,79%	694.299	32,73%	-42,23%

Previdência	84.414	3,74%	82.212	3,88%	2,68%
Habitacional	376.530	16,70%	271.591	12,80%	38,64%
Residencial	377.857	16,76%	295.895	13,95%	27,70%
Capitalização	136.030	6,03%	107.889	5,09%	26,08%
Consórcio	617.293	27,38%	440.106	20,75%	40,26%
Assistência	66.614	2,95%	46.214	2,18%	44,14%
Corporate	16.382	0,73%	13.098	0,62%	25,07%
Auto	1.820	0,08%	1.888	0,09%	-3,60%
Plano Odontológico	13	0,00%	29	0,00%	-55,17%
Seguro Saúde	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
Grandes Riscos	0	0,00%	-	7,92%	0,00%
Total	2.254.577	100,00%	2.121.202	100,00%	6,29%

As receitas de corretagem atingiram R\$2.254.577 mil em 31 de dezembro de 2025, representando um crescimento de 6,29% em relação ao resultado de R\$2.121.202 mil, apurado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao desempenho do ramo consórcio sendo responsável por 27,38% das receitas.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O crescimento das receitas no período é explicado, principalmente, pela expansão e maturação dos negócios e pelo *mix* de vendas das Sociedades Investidas.

A inovação de produtos e serviços teve relevante impacto no processo de fidelização e aumento da penetração da base de clientes, o que afetou positivamente a formação das receitas da Companhia nos últimos anos, com a expectativa de manutenção destes reflexos positivos nos próximos anos.

As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio e inflação não representaram impacto relevante nas receitas da Companhia.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A manutenção em patamar elevado da meta da taxa básica de juros (SELIC) ao longo dos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 levou à valorização dos instrumentos financeiros da Companhia, que são alocados, por força de lei, em cotas de fundo de investimento que possui em carteira títulos prefixados e em títulos públicos federais de natureza pós fixada. Adicionalmente, não houve impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que resultassem em efeitos significativos sobre as informações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não contém ressalvas e ênfases para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, pois não ocorreu, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia. Para informações detalhadas sobre a constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante pela Companhia, vide itens 1.11 e 1.12 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

É relevante destacar os impactos nas operações da Companhia durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em consequência da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, do incremento no volume de avisos de sinistros do seguro prestamista e também o impacto positivo do reconhecimento de comissão adicional por prestação de serviços recebida pela Companhia.

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, no primeiro semestre de 2024 o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou impactos decorrentes de evento climático extremo, consistente às fortes chuvas precipitadas sobre a região, ocasionando enchentes com significativos estragos em diversos municípios do Estado. Inicialmente afetando a região central, rapidamente a tragédia se estendeu, determinando que o Governo do Rio Grande do Sul decretasse, em 1º de maio de 2024, estado de calamidade pública.

Nesse contexto, tendo em vista as operações realizadas pelas investidas do Grupo Caixa Seguridade, sobretudo relacionadas à exploração de produtos de seguros de ramos diversos, de forma ampla em toda base territorial nacional, foi observado a partir do mês de maio de 2024 incremento no volume de avisos de sinistros, sobretudo habitacionais e residenciais, relacionados ao evento climático em questão. Sendo assim, houve incremento no volume de sinistros retidos (sinistralidade) apresentado pelas investidas XS3 Seguros, CNP Seguros e Too Seguros.

Nessas condições, tendo em vista que as principais receitas da Companhia advêm, direta e indiretamente, de investimentos em participações societárias (Resultado de Equivalência Patrimonial), nada obstante à robusta cobertura de resseguros por parte das seguradoras do Grupo, registrou-se impacto no resultado oriundo daquelas participadas, no 2º trimestre de 2024, sobretudo nos meses de maio e junho, em montante aproximado de R\$34,0 milhões, líquido de resseguros.

Adicionalmente, no tocante ao incremento no volume de avisos de sinistros do seguro prestamista, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 08 de julho de 2024, a CAIXA Seguridade comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que a sua investida Holding XS1 S.A, detentora das participações nas seguradoras XS2 Vida e Previdência S.A. (posteriormente incorporada pela CVP em agosto de 2024) e Caixa Vida e Previdência S.A. recebeu da CAIXA, estipulante das apólices de seguros prestamista, base de dados contendo a relação de pessoas naturais falecidas, que figuravam como titulares de contratos de crédito, sem

aviso de sinistro por parte do estipulante até então.

Assim, considerando a expectativa de desembolso a partir da análise da base de dados recebida, as Seguradoras realizaram, entre maio e junho de 2024, o provisionamento de sinistros no montante de R\$342.196 mil. O provisionamento destes sinistros no âmbito das Seguradoras provocou um impacto negativo no resultado de equivalência patrimonial da Caixa Seguridade da ordem de R\$123.191 mil no segundo trimestre de 2024.

No terceiro trimestre de 2024 o resultado da Caixa Seguridade foi sensibilizado positivamente no montante de R\$128,6 milhões, valor incorpora a atualização monetária devida à Caixa Seguridade e não está líquido dos tributos incidentes, como registro de comissão adicional por prestação de serviços (*Launch Performance Commission* - LPC) paga pela Caixa Vida e Previdência, tendo como contrapartida a performance extraordinária de vendas, econômica e/ou financeira quando da exploração da Rede de Distribuição.

Não obstante o exposto, vale destacar que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve quaisquer operações ou eventos não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A administração da Companhia utiliza os dados financeiros consolidados apresentados nas demonstrações contábeis anuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para o cálculo de seus indicadores de performance utilizados para a tomada de decisão, em linha com as práticas utilizadas por *holdings* de participação que tem por objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, e cujo respectivos objetos sociais sejam a estruturação e/ou comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão, no Brasil ou no exterior. Adicionalmente, a Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “Lucro Líquido Recorrente” e “Lucro Líquido Gerencial Recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas neste Formulário de Referência.

Abaixo a Companhia apresenta as suas medições não contábeis, bem com os seus indicadores:

I – Indicadores utilizados pela Companhia para o acompanhamento do endividamento, liquidez, disponibilidade financeira, rentabilidade e eficiência.

Descrição (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio Líquido (IFRS 17)	13.550.484	12.889.324
Patrimônio Líquido Recorrente (IFRS 17) ⁽¹⁾ (Não auditado)	7.878.738	7.217.578
Patrimônio Líquido Gerencial (IFRS 4) ⁽²⁾ (Não auditado)	12.111.624	11.500.648
Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente (IFRS 4) ^{(1) (2)} (Não auditado)	6.439.878	5.828.902
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins do “patrimônio líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.		
⁽²⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o Patrimônio Líquido Gerencial, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

Descrição (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receitas operacionais (IFRS 17)	5.737.269	5.013.352

Receitas operacionais recorrentes ⁽¹⁾ (IFRS 17) (não auditado)	5.737.269	5.132.051
Receitas operacionais gerenciais ⁽¹⁾ (IFRS 4) (não auditado)	5.761.600	5.004.952
Receitas operacionais gerenciais recorrentes ⁽¹⁾⁽²⁾ (IFRS 4) (não auditado)	5.761.600	5.123.652
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins das “receitas operacionais recorrentes” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência. ⁽²⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre as receitas operacionais gerenciais, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

Descrição (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (IFRS 17)	4.647.593	4.223.023
Resultado gerencial antes das receitas e despesas financeiras ⁽¹⁾ (IFRS 4) (Não auditado)	4.671.924	4.214.623
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o resultado gerencial antes das receitas e despesas financeiras, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

Descrição (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício (IFRS 17)	4.291.560	3.765.184
Lucro Líquido Recorrente (IFRS 17) ⁽¹⁾ (Não auditado)	4.291.560	3.897.626
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido recorrente, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

Descrição (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024

Lucro Líquido do Exercício (IFRS 17)	4.291.560	3.765.184
Lucro Líquido Gerencial ⁽¹⁾ (IFRS 4) - (Não auditado)	4.315.892	3.756.784
Lucro Líquido Gerencial das Operações Continuadas ⁽¹⁾ (IFRS 4) (Não auditado)	4.315.892	3.756.784
Lucro Líquido Gerencial Recorrente (IFRS 4) ⁽¹⁾ ⁽²⁾ (Não auditado)	4.315.892	3.889.223
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido gerencial, vide item 2.5 deste Formulário de Referência. ⁽²⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido recorrente, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

Índices (em %) ⁽¹⁾	31/12/2025	Δ p.p. 2025/2024	31/12/2024
Endividamento Total (ET)	8,2	0,1 p.p.	8,1
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	8,1	0 p.p.	8,1
Liquidez Geral (LG)	168,5	-5,1 p.p.	173,6
Liquidez Corrente (LC)	170,2	-3,9 p.p.	174,1
Participação do Capital Próprio (PCP)	91,8	-0,1 p.p.	91,9
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	32,5	2,9 p.p.	29,6
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Recorrente (ROE.R) ⁽¹⁾	56,9	1,7 p.p.	55,2
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente (ROE.GR) ⁽²⁾⁽³⁾	70,4	0,5 p.p.	69,9

(IFRS 4) (Não auditado)			
Margem Líquida (M) (4)	74,8	-0,3 p.p.	75,1
Margem Líquida Recorrente (5) (Não auditado) (ML.R)	74,8	-1,1 p.p.	75,9
Margem Líquida Gerencial Recorrente (6) (IFRS 4) (Não auditado) (ML.GR)	74,9	-1,0 p.p.	75,9
IEO (IEO)	3,1	0,2 p.p.	2,9
IEO Recorrente (IEO.R) (Não auditado)	3,1	0,3 p.p.	2,8
⁽³⁾ O retorno sobre patrimônio líquido (ROE.GR), na visão gerencial recorrente em acordo com a IFRS 4, que calcula a relação do lucro gerencial recorrente dos últimos doze meses sobre o Patrimônio Líquido ajustado. ⁽⁴⁾ Margem líquida é calculada pela divisão do lucro líquido pelas receitas operacionais. ⁽⁵⁾ Margem líquida recorrente é calculada pela divisão do lucro líquido recorrente pelas receitas operacionais recorrentes. ⁽⁶⁾ Margem líquida gerencial recorrente é calculada pela divisão do lucro líquido gerencial recorrente pelas receitas operacionais gerenciais recorrentes.			

Lucro Líquido Gerencial

A Companhia registrou um lucro de R\$4.315,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, marcando o maior resultado anual em Lucro Líquido Gerencial. Esse marco significativo demonstra a eficácia das estratégias adotadas e a capacidade da Companhia de gerar valor para seus acionistas. A Companhia considera o lucro líquido gerencial como o lucro líquido aplicando os efeitos nas contas de resultado consolidado em IFRS 4 ("Lucro Líquido Gerencial").

Lucro Líquido Contábil

Em conformidade com a norma CPC 50 (IFRS 17), a Companhia registrou um Lucro Líquido de R\$4.291,6 milhões em 2025, um crescimento de 13,98% em relação a 2024. Esse resultado reflete a solidez financeira da Companhia e a eficácia de suas práticas contábeis e de gestão.

ROE

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido ("ROE") atingiu 32,5% em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 9,80% em relação a 2024. Esse indicador reflete a rentabilidade e a eficiência da Companhia em utilizar seus recursos para gerar lucro.

II- Indicadores adicionais e específicos utilizados para a análise do desempenho

operacional das empresas do grupo, atuantes no ramo segurador.

Índices (em %) ⁽¹⁾	31/12/2025	Δ 2025/2024	31/12/2024
Índice de Sinistralidade (IS)	23,90%	-5,8 p.p	29,70%
⁽¹⁾ O Índice de Sinistralidade (IS) é um indicador operacional específicos do ramo de seguros apurado como base em informações contábeis no padrão contábil IFRS 4 (CPC 11).			

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A Companhia utiliza, para fins de cálculo dos seus indicadores de performance consolidados utilizados para a tomada de decisão, as linhas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis próprias e das suas sociedades investidas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também são consideradas as linhas de resultado específicas do negócio segurador, de maneira semelhante a utilização pelas demais empresas do ramo.

Abaixo, a Companhia apresenta as conciliações dos valores divulgados:

Patrimônio Líquido Recorrente (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio Líquido Contábil (IFRS 17)	13.550.484	12.889.324
Ajustes de reorganizações societárias	(5.671.746)	(5.671.746)
Patrimônio Líquido Recorrente (IFRS 17) ⁽¹⁾ (Não auditado)	7.878.738	7.217.578

⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “patrimônio líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.

Patrimônio Líquido Gerencial e Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio Líquido Contábil (IFRS 17)	13.550.484	12.889.324
(-) Ajuste para prática contábil anterior	(1.438.860)	(1.388.676)

Patrimônio Líquido Gerencial (IFRS 4) (Não auditado)	12.111.624	11.500.648
Ajustes de reorganizações societárias	(5.671.746)	(5.671.746)
Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente (IFRS 4) ^{(1) (2)} (Não auditado)	6.439.878	5.828.902

⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “patrimônio líquido gerencial recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o Patrimônio Líquido Gerencial, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Receitas Operacionais Gerenciais e Receitas Operacionais Gerenciais Recorrentes	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(R\$ mil)	2025	2024
Receitas operacionais (IFRS 17)	5.737.269	5.013.352
(-) Resultado de investimentos em participações societárias - Ajuste para prática contábil anterior	24.331	(8.400)
Receitas Operacionais Gerenciais ⁽¹⁾ (IFRS 4) (Não auditado)	5.761.600	5.004.952
Sinistros Ocorridos - Rio Grande do Sul	-	34.893
Sinistros Ocorridos - Prestamista	-	118.071
Profit Share - Tokio Marine	-	(34.264)
Receitas Operacionais Gerenciais Recorrentes ⁽¹⁾⁽²⁾ (IFRS 4) (Não auditado)	5.761.600	5.123.652

⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido gerencial, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins das “receitas operacionais gerenciais recorrentes” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.

Receitas Operacionais Recorrentes (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receitas operacionais (IFRS 17)	5.737.269	5.013.352
Sinistros Ocorridos - Rio Grande do Sul	-	34.893
Sinistros Ocorridos - Prestamista	-	118.071
Profit Share - Tokio Marine	-	(34.264)
Receitas operacionais recorrentes ⁽¹⁾ (IFRS 17) (não auditado)	5.737.269	5.132.051
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins das “receitas operacionais gerenciais recorrentes” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.		

Resultado gerencial antes das receitas e despesas financeiras (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (IFRS 17)	4.647.593	4.223.023
(-) Ajuste para prática contábil anterior	24.331	(8.400)
Resultado gerencial antes das receitas e despesas financeiras ⁽¹⁾ (IFRS 4) (Não auditado)	4.671.924	4.214.623
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o resultado gerencial antes das receitas e despesas financeiras, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.		

Lucro Líquido Recorrente (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício (IFRS 17)	4.291.560	3.765.184

Sinistros Ocorridos - Rio Grande do Sul	-	34.893
Sinistros Ocorridos - Prestamista	-	118.071
Profit Share - Tokio Marine	-	(20.523)
Lucro Líquido Recorrente (IFRS 17) (⁽¹⁾) (Não auditado)	4.291.560	3.897.626
(⁽¹⁾) A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido recorrente, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.		

Lucro Líquido Gerencial e Lucro Líquido Gerencial Recorrente (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício (IFRS 17)	4.291.560	3.765.184
(-) Ajuste para prática contábil anterior	24.332	(8.400)
Lucro Líquido Gerencial (IFRS 4) (Não auditado)	4.315.892	3.756.784
Sinistros Ocorridos - Rio Grande do Sul	-	34.893
Sinistros Ocorridos - Prestamista	-	118.071
Profit Share - Tokio Marine	-	(20.523)
Lucro Líquido Gerencial Recorrente (IFRS 4) (⁽¹⁾) (⁽²⁾) (Não auditado)	4.315.892	3.889.223
(⁽¹⁾) A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido gerencial recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre a utilização dos eventos que justificaram a “recorrência”, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.		
(⁽²⁾) A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de		

Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido gerencial, vide item 2.5(c) deste Formulário de Referência.

Margem líquida (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido (IFRS 17)	4.291.560	3.765.184
Receitas operacionais (IFRS 17)	5.737.269	5.013.352
Margem líquida (IFRS 17)	74,8%	75,1%

Margem líquida recorrente (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido recorrente ⁽¹⁾ (IFRS 17) (não auditado)	4.291.560	3.897.626
Receitas operacionais recorrentes (IFRS 17) (não auditado)	5.737.269	5.132.051
Margem líquida recorrente ⁽¹⁾ (IFRS 17) (não auditado)	74,8%	75,9%
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins do “lucro líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido recorrente, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

Margem líquida gerencial recorrente (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido gerencial recorrente ^{(1) (2)} IFRS 4) (não auditado)	4.315.892	3.889.223
Receitas operacionais gerenciais recorrentes ^{(1) (2)} (IFRS 4) (não auditado)	5.761.600	5.123.652
Margem líquida gerencial recorrente ^{(1) (2)} (IFRS 4) (não auditado)	74,9%	75,1%
⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins do “lucro líquido recorrente”, das “receitas operacionais recorrentes” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido recorrente, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.		

(2) A Companhia considera a terminologia “gerenciais” como o resultado em IFRS 4 (antiga legislação aplicável para seguros, conforme descrito nos itens 2.3 e 2.11 deste Formulário de Referência). Para maiores informações da reconciliação sobre o lucro líquido gerencial e sobre as receitas operacionais gerenciais, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Indicador	Índices em % Valores em R\$ mil	2025	Δ 2025/2024	2024
Endividamento Total (ET)	Passivo Total	1.214.517,00	7%	1.134.691,90
	Ativo Total	14.765.001,0 0	5%	14.024.015,80
	ET	8,2	0,1 p.p.	8,1
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	Passivo Circulante	1.202.266,00	6%	1.131.439,80
	Ativo Total	14.765.001,0 0	5%	14.024.015,80
	ECP	8,1	0 p.p.	8,1
Liquidez Geral (LG)	Ativo Circulante	2.046.298,00	4%	1.969.461,60
	Passivo Total	1.214.517,00	7%	1.134.691,90
	LG	168,5	-5,1 p.p.	173,6
Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante	2.046.298,00	4%	1.969.461,60
	Passivo Circulante	1.202.266,00	6%	1.131.439,80
	LC	170,2	-3,9 p.p.	174,1
Participação do Capital Próprio (PCP)	Ativo total	14.765.001,0 0	5%	14.024.015,80
	Patrimônio Líquido	13.550.484,0 0	5%	12.889.323,90
	PCP	91,8	-0,1 p.p.	91,9
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Patrimônio Líquido (ANO Anterior)	12.889.323,9 0	2%	12.585.880,20
	Patrimônio Líquido (ANO “Corrente”)	13.550.484,0 0	5%	12.889.323,90
	Lucro Líquido	4.291.560,00	14%	3.765.183,80
	ROE	32,5	2,9 p.p.	29,6
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	12.889.323,9 0	0%	12.585.880,20
	(ANO Anterior)			

Recorrente (ROE.R) ⁽¹⁾ – não auditado	Ajuste do PI anterior para recorrente	-5.671.746,00	0%	-5.671.746,00
	Patrimônio Líquido (ANO “Corrente”)	13.550.484,00	0%	12.889.323,90
	Ajuste do PI Corrente para recorrente	-5.671.746,00	0%	-5.671.746,00
	Média Patrimônio Líquido Recorrente	7.548.157,95	7%	7.065.856,00
	Lucro Líquido recorrente	4.291.560	10%	3.897.626
	ROE.R	56,9	1,7 p.p.	55,2
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente (ROE.GR) – não auditado	Patrimônio Líquido Gerencial (ANO Anterior)	11.500.647,80	0%	10.977.671
	Ajuste do PL anterior para recorrente	-5.671.746,00	0%	-5.671.746,00
	Patrimônio Líquido Gerencial (ANO “Corrente”)	12.111.624,00	0%	11.500.647,80
	Ajuste do PL Corrente para recorrente	-5.671.746,00	0%	-5.671.746,00
	Média Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente	6.134.389,90	10%	5.567.413,40
	Lucro Líquido Gerencial recorrente	4.315.892,00	11%	3.889.223,00
	ROE.GR	70,4	0,5 p.p.	69,9
IEO – não auditado	Despesas administrativas	-149.421,00	18%	-126.616,70
	Despesas tributárias	-309.407,00	4%	-297.676,80

	Custo do Serviço Prestado	-618.509,00	34%	-460.445,80
	Outras receitas/despesas operacionais	-12.339,00	-113%	94.411,00
	Receitas Operacionais	5.737.269,00	14%	5.013.352,30
	IEO	3,1	0,2 p.p.	2,9
IEO Recorrente – não auditado	Despesas administrativas	-149.421,00	18%	-126.616,70
	Despesas tributárias	-309.407,00	4%	-297.676,80
	Custo do Serviço Prestado	-618.509,00	34%	-460.445,80
	Outras receitas/despesas operacionais Recorrentes	-12.339,00	-113%	94.411,00
	Receitas Operacionais Recorrentes	5.737.269,00	12%	5.132.050,70
	IEO recorrente	3,1	0,3 p.p.	2,8
Índice de Sinistralidade (IS) ⁽²⁾ – não auditado	Sinistros Ocorridos ⁽³⁾	2.294.855,52	-15%	2.705.027,90
	Prêmios Ganhos ⁽⁴⁾	9.616.157,68	6%	9.112.935,20
	IS	23,9	-5,8 p.p.	29,7

⁽¹⁾ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência. Considera o patrimônio líquido contábil livre dos impactos excepcionais de desinvestimentos e ajustes de avaliação patrimonial (IFRS 4). Para mais informações da reconciliação sobre o ROE.R, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ O Índice de Sinistralidade (IS) é um indicador operacional específicos do ramo de seguros apurado como base em informações contábeis no padrão contábil IFRS 4 (CPC 11).

⁽³⁾ Sinistros ocorridos corresponde ao valor total de ocorrências de eventos imprevisíveis de riscos cobertos por apólice de seguro, durante determinado exercício.

⁽⁴⁾ Prêmios ganhos corresponde ao valor total das importâncias pagas pelos Segurados (prêmios) à Seguradora para que esta assuma determinados riscos a que os Segurados estão expostos,

somada da variação da provisão para prêmios não-ganhos (PPNG), que se caracteriza pelo diferimento dos prêmios pelos prazos de vigência dos riscos.

Para maiores informações a respeito de cada um dos índices acima indicados, ver item 2.5(c) deste Formulário de Referência.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A análise do conjunto de indicadores apresentados a seguir permite a visão atual, ampla, real e numérica das empresas do grupo e auxilia a tomada de decisões por parte de todos os interessados (*stakeholders*).

Os índices de endividamento evidenciam a capacidade da Companhia de honrar os compromissos assumidos, enquanto os de liquidez geral e de resultados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

O Lucro Líquido Gerencial e o Patrimônio Líquido Gerencial e outras medidas gerenciais não são medidas contábeis em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas pela CVM. A Companhia utiliza o Lucro Líquido Gerencial, o Patrimônio Líquido Gerencial e outras medidas gerenciais como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares, tendo em vista que a SUSEP ainda adota o IFRS 4 como padrão contábil.

Com objetivo de avaliar o desempenho das atividades ocorridas no curso normal de suas atividades, a Companhia utiliza-se de medida de Lucro Líquido Recorrente, na visão IFRS 17², e Lucro Líquido Gerencial Recorrente, na visão IFRS 4, calculado eliminando esses eventos de cada linha de sua Demonstração de Resultados. Os eventos não recorrentes detalhados no item 2.5 devem ser destacados nas análises de resultado e desempenho tendo em vista que são excepcionais e a sua recorrência é incerta.

O Lucro Líquido Recorrente, o Lucro Líquido Gerencial Recorrente, o Patrimônio Líquido Recorrente, o Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente e outras medidas denominadas como gerenciais e/ou recorrentes não são medidas contábeis em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelo IFRS e são alterados anualmente, se tratando, portanto, de uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa, como indicadores do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o Lucro Líquido Recorrente, o Lucro Líquido Gerencial Recorrente, o Patrimônio Líquido Recorrente, o Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente e outras medidas denominadas como gerenciais e/ou recorrentes como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras empresas devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. O Lucro Líquido Recorrente e o Lucro Líquido Gerencial Recorrente não são recorrentes e, em 31 de dezembro de 2024 foram impactados pelo provisionamento de sinistros de seguros prestamista (R\$118.071 mil), pelos sinistros relacionados às chuvas no Rio Grande do Sul (R\$34.893 mil) e pelo Profit Share (R\$20.523 mil) que corresponde ao recebimento da remuneração relativa à

² A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido recorrente” e lucro líquido gerencial recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência.

participação nos lucros da Tokio Marine, referente aos exercícios de 2021, 2022 e 2023. O Patrimônio Líquido Recorrente e o Patrimônio Líquido Gerencial Recorrente não são recorrentes e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram impactados por ajustes de reorganizações societárias no valor de (R\$5.671.746 mil).

Os prêmios ganhos corresponde ao valor total das importâncias pagas pelos segurados (prêmios) à seguradora para que esta assuma determinados riscos a que os segurados estão expostos, somada da variação da provisão para prêmios não-ganhos (PPNG), que se caracteriza pelo diferimento dos prêmios pelos prazos de vigência dos riscos.

O custo de aquisição corresponde ao valor total dos gastos ligados à celebração ou renovação de contratos de seguro, pagos pelos segurados no exercício.

O índice de **Endividamento Total (ET)** evidencia a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total) e o **Endividamento de Curto Prazo (ECP)** indica o quanto desses recursos de terceiros são para pagamento em curto prazo, conforme fórmula descrita a seguir:

$$ET = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

$$ECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

O índice de **Liquidez Corrente (LC)** indica a razão entre os direitos a curto prazo da empresa (ativo circulante) e as dívidas a curto prazo (passivo circulante), enquanto o índice de **Liquidez Geral (LG)** evidencia a razão entre a soma do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo e a soma do passivo circulante e o passivo realizável a longo prazo, conforme fórmula a seguir:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo}} \times 100$$

Estes índices não são medidas de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS, entretanto, são monitorados como forma de avaliar sua liquidez. A Companhia entende que essas medidas funcionam como ferramentas importantes para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de liquidez em relação a seu passivo, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais.

O índice de **Participação do Capital Próprio (PCP)**, conforme fórmula a seguir, evidencia quanto os negócios da Companhia dependem do financiamento de capital próprio ou de terceiros. O indicador é importante para o controle do nível de consumo de fontes onerosas de recursos.

$$PCP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{ativo total}} \times 100$$

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio registrado em determinado ano. Considerando as especificidades da Companhia, são utilizadas visões diferentes deste indicador. Esses indicadores, detalhados a seguir, são utilizados pela Companhia para medir a capacidade de retorno agregado aos próprios recursos e recursos de investidores, orientando assim sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

O ROE (ROE) considera o lucro líquido do respectivo ano informado sobre o patrimônio líquido médio, enquanto o ROE Recorrente (ROE.R) em IFRS 17 pondera o resultado recorrente³ livre de impactos excepcionais e que, portanto, não se espera recorrência nos exercícios seguintes, também dividido pelo PL médio recorrente⁴ em IFRS 17.

O ROE Gerencial Recorrente (ROE.GR) em IFRS 4, pondera o resultado gerencial recorrente⁴⁵ livre de impactos excepcionais e que, portanto, não se espera recorrência nos exercícios seguintes, também dividido pelo PL médio gerencial recorrente⁶ em IFRS 4.

Os impactos não recorrentes utilizados nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são evidenciados no final deste item 2.5.

$$ROE.C = \left(\frac{\text{Lucro líquido}}{((PLn + PLn - 1)/2)} \right) \times 100$$

$$ROE.R = \left(\frac{\text{Lucro líquido recorrente}}{((PLn \text{ recorrente} + PLn \text{ recorrente} - 1)/2)} \right) \times 100$$

$$ROE.GR = \left(\frac{\text{Lucro líquido gerencial recorrente}}{((PLn \text{ gerencial recorrente} + PLn \text{ gerencial recorrente} - 1)/2)} \right) \times 100$$

A Margem Líquida (ML) é calculada a partir da divisão entre o lucro líquido e as receitas operacionais advindas do resultado de equivalência, das receitas de acesso à rede e uso da marca (BDF) e de corretagem, registrados em determinado ano. A Margem Líquida Recorrente (ML.R) é calculada a partir da divisão do lucro líquido recorrente e as receitas operacionais recorrentes da Companhia. As receitas operacionais recorrentes são todas aquelas advindas do resultado ordinário e regular de investimentos em participações societárias, e de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca CAIXA e corretagem, desconsiderados quaisquer eventos financeiros relevantes extraordinários, em relação aos quais não se espera repetição nos exercícios seguintes. Os indicadores de Margem, conforme detalhamento abaixo, orientam a análise sobre a performance global, facilitando assim a tomada de decisão.

A Margem Líquida Gerencial Recorrente (ML.GR) é calculada a partir da divisão do Lucro Líquido Gerencial Recorrente e as receitas operacionais gerenciais recorrentes da Companhia.

³ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência.

⁴ O Patrimônio líquido recorrente é livre dos impactos excepcionais de desinvestimentos e ajustes de avaliação patrimonial não recorrentes.

⁵ A Companhia considera a terminologia “recorrente” como “ajustado” para fins de “lucro líquido gerencial recorrente” e de outras informações contábeis apresentadas no Formulário de Referência.

⁶ O Patrimônio líquido gerencial recorrente é livre dos impactos excepcionais de desinvestimentos e ajustes de avaliação patrimonial não recorrentes.

$$ML. C = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receitas Operacionais}} \times 100$$

$$ML. R = \frac{\text{Lucro Líquido Recorrente}}{\text{Receitas Operacionais Recorrentes}} \times 100$$

$$ML. GR = \frac{\text{Lucro Líquido Gerencial Recorrente}}{\text{Receitas Operacionais Gerenciais Recorrentes}} \times 100$$

O Índice de Eficiência Operacional (IEO), detalhado a seguir, é utilizado pela Companhia para avaliar a capacidade da empresa de operar de maneira mais econômica, sem que isso prejudique a qualidade, serviço ou suporte. O Índice de Eficiência Operacional (IEO) é calculado a partir da divisão das despesas de pessoal e administrativas em relação as receitas operacionais contábeis, acrescidas outras receitas operacionais e deduzidas outras despesas operacionais, tributos e custos do serviço prestados. Entende-se por receitas operacionais contábeis todas aquelas advindas do resultado positivo ou negativo dos investimentos em participações societárias, de acesso à Rede de Distribuição da CAIXA e uso da marca CAIXA, de corretagem ou intermediação ou demais receitas operacionais, inclusive as advindas de eventos em relação aos quais não se espera recorrência nos exercícios financeiros seguintes.

O Índice de Eficiência Operacional recorrente (IEO.R) é calculado a partir da divisão das despesas de pessoal e administrativas em relação as receitas operacionais recorrentes, acrescidas outras receitas operacionais e deduzidas outras despesas operacionais e tributos e custos do serviço prestados. Em linhas gerais, o Índice de Eficiência Operacional é importante para evidenciar quanto as despesas de pessoal e administrativas consomem das receitas operacionais para a geração de resultados.

$$IEO. C = \frac{(Desp. pessoal + Desp. administrativas)}{Receitas Operac. Contábeis + Outras Rec. - Outras Desp. - Desp. Trib - Custo. Serv.} \times 100$$

$$IEO. R = \frac{(Desp. pessoal + Desp. administrativas)}{Receitas Operac. Recorrente + Outras Rec. - Outras Desp. recorrentes - Desp. Trib. - Custo. Serv.} \times 100$$

O Índice de Sinistralidade (IS), usualmente utilizado pelo mercado, relaciona as receitas (prêmios ganhos) e as despesas diretas (sinistros retidos) das operações de seguros, em um determinado ano, e orienta sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

$$IS = \frac{Sinistros}{Prêmios Ganhos} \times 100$$

A Companhia esclarece que os índices indicados acima não são medidas de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou segundo o IFRS.

2.6 Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

No exercício social encerrado 31 de dezembro de 2025 houve o seguinte evento subsequente às demonstrações financeiras da Companhia:

Aprovação de dividendos intermediários

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de janeiro de 2026, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 990.000 mil equivalentes a R\$ 0,33 por ação, a partir de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores.

Dessa forma, considerando esta distribuição de dividendos intermediários e os dividendos intercalares antecipados relativos ao exercício de 2025, a Companhia totaliza uma distribuição na ordem de R\$ 3.930.000 mil, de modo que não haverá proposta de distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2025, a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

O pagamento dos dividendos será efetuado em 15 de maio de 2026, tendo como base a posição acionária de 30 de abril de 2026. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 4 de maio de 2026.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício Social encerrado em 31/12/2025	Exercício Social encerrado em 31/12/2024
a. regras sobre retenção de lucros	a) 5% para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social; b) a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, poderá: • destinar parte do lucro líquido à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; • deliberar reter parte do lucro líquido com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; • destinar, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, o excesso à constituição de reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; c) constituição de reserva estatutária para garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após as destinações anteriores, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.	a) 5% para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social; b) a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, poderá: • destinar parte do lucro líquido à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; • deliberar reter parte do lucro líquido com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; • destinar, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, o excesso à constituição de reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. c) constituição de reserva estatutária para garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após as destinações anteriores, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.
a.i. Valores das retenções de lucros	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia propõe a retenção de R\$ 184.417 mil a título de reserva legal e de R\$ 1.167.143 mil a título de reserva estatutária.	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reteve R\$333.184 mil a título de reserva estatutária.

a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, propõe-se que 4,3% do lucro líquido seja destinado a reserva legal e 27,2% do lucro líquido seja destinado à reserva estatutária.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 8,8% do lucro líquido foi destinado à reserva estatutária.
b. regras sobre distribuição de dividendos	A proposta de distribuição de dividendos é submetida à deliberação da Assembleia Geral da Companhia até o último dia do mês de abril do ano seguinte ao término do exercício social, com a recomendação da Diretoria, manifestação do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração. Aos acionistas é assegurado o direito de recebimento, a título de dividendo obrigatório, em cada exercício social, do equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, os lucros não destinados às reservas de lucro previstas em lei deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.	A proposta de distribuição de dividendos é submetida à deliberação da Assembleia Geral da Companhia até o último dia do mês de abril do ano seguinte ao término do exercício social, com a recomendação da Diretoria, manifestação do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração. Aos acionistas é assegurado o direito de recebimento, a título de dividendo obrigatório, em cada exercício social, do equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, os lucros não destinados às reservas de lucro previstas em lei deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos será anual, podendo a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou trimestrais para: (i) declarar dividendos intermediários e intercalares, mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (ii) bem como antecipar dividendos com base em balanço semestral.	A distribuição de dividendos será anual, podendo a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou trimestrais para: (i) declarar dividendos intermediários e intercalares, mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (ii) bem como antecipar dividendos com base em balanço semestral.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma política de dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração inicialmente em 05 de setembro de 2016 e revisada em 17 de dezembro de 2018 e em 17 de março de 2023, podendo ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.caixa.seguridade.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, Políticas e Códigos” e por fim, “Política de Dividendos”.	A Companhia possui uma política de dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração inicialmente em 05 de setembro de 2016 e revisada em 17 de dezembro de 2018 e em 17 de março de 2023, podendo ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.caixa.seguridade.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, Políticas e Códigos” e por fim, “Política de Dividendos”.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**
 - (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - (iii) contratos de construção não terminada**
 - (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem em seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) da Companhia relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**
- (b) natureza e o propósito da operação**
- (c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.10 Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não há investimentos em andamento nem previsão de novos investimentos no plano de negócios da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, tendo em vista que não há investimentos em andamento nem previsão de novos investimentos no plano de negócios da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 30 de outubro de 2024, por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia informou que o Conselho de Administração da CNP Seguros aprovou o desinvestimento integral da participação da CNP Seguros na Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. O fechamento da operação ocorreu em 07 de janeiro de 2025, após o cumprimento de diversas condições suspensivas, com isso, a Companhia deixou de deter, direta ou indiretamente, qualquer participação societária na Wiz. Para mais informações, vide os itens 1.1 e 1.11 deste Formulário de Referência.

Ademais, não há desinvestimentos previstos para o exercício social corrente.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolveu, nem mantém em desenvolvimento, novos produtos ou serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia incorpora a agenda ambiental, social e de governança (ASG) de forma transversal ao seu planejamento estratégico e ao plano de negócios, reconhecendo oportunidades associadas à ampliação da inclusão securitária, ao desenvolvimento de soluções alinhadas aos desafios sociais e climáticos e ao fortalecimento contínuo de sua governança corporativa.

Nesse contexto, a Companhia estruturou e vem implementando seu Plano de Sustentabilidade, aprovado pela Diretoria, como instrumento de desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional, com diretrizes, iniciativas e projetos voltados à integração dos aspectos ASG ao modelo de negócios. O plano orienta a incorporação gradual da agenda ASG aos processos corporativos, o desenvolvimento de soluções de seguridade com impacto social e climático positivo, o fortalecimento da gestão de riscos socioambientais e climáticos nas empresas

participadas e a evolução das práticas de governança, transparência e integridade.

No eixo social, destacam-se oportunidades relacionadas à expansão de produtos e serviços voltados à inclusão financeira e à proteção de públicos historicamente subatendidos, como seguros e assistências de baixo custo, soluções com foco em mulheres e famílias de menor renda, bem como iniciativas associadas à educação financeira e à mitigação de vulnerabilidades sociais.

No eixo ambiental e climático, a Companhia identifica oportunidades decorrentes do aumento da demanda por soluções de seguridade associadas à adaptação e à resiliência frente a eventos climáticos extremos, especialmente nos ramos habitacional e residencial, bem como do aprimoramento da gestão de riscos climáticos nas empresas participadas. A adoção de práticas de gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), incluindo inventário, verificação externa e compensação, contribui para a eficiência operacional e para o alinhamento às melhores práticas de mercado.

No eixo governança, o fortalecimento contínuo dos mecanismos de integridade, gestão de riscos, conformidade regulatória e transparência é entendido como oportunidade para a preservação de valor, mitigação de riscos reputacionais e ampliação da confiança de investidores, parceiros e demais partes interessadas.

Essas oportunidades estão alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Plano de Sustentabilidade da Companhia, contribuindo para a geração de valor sustentável no longo prazo, em consonância com seu modelo de negócios e com as características do setor de seguridade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

- **Distribuição de dividendos**

2025

Em 25 de abril de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas a aprovação em Assembleia Geral Ordinária da distribuição de: (a) Dividendos Mínimos Obrigatórios no valor de R\$11.296 mil e (b) Dividendos Adicionais Propostos no valor de R\$948.704 mil.

O valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios somados aos Dividendos Adicionais Propostos totalizam o montante de R\$960.000 mil (R\$0,320174646 por ação atualizada pela taxa SELIC até 15 de maio de 2025, data de pagamento).

A distribuição teve como base a posição acionária de 30 de abril de 2025 e as ações foram negociadas ex-dividendos a partir de 02 de maio de 2025.

Considerando os dividendos antecipados distribuídos em 15 de agosto de 2024 (R\$840.000 mil), em 18 de novembro de 2024 (R\$702.000 mil) e em 17 de janeiro de 2025 (R\$930.000 mil), o montante total distribuído antecipadamente alcançou R\$2.472.000 mil.

Dessa forma, considerando esse montante antecipado e a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos, a remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos, totalizou o montante R\$3.432.000 mil, valor correspondente a 91,7% do lucro líquido ajustado do exercício de 2024, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4)

Em 06 de maio de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados, equivalentes a 92,14% do lucro líquido auferido até 31 de março de 2025, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4), no valor de R\$930.000 mil (R\$0,31 por ação).

Os dividendos foram pagos no dia 15 de agosto de 2025 e tiveram como base a posição acionária de 1 de agosto de 2025, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 4 de agosto de 2025.

Em 11 de agosto de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados, equivalente a 92,17% do lucro líquido auferido no segundo trimestre de 2025, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4), no valor de R\$960 mil (R\$0,32 por ação).

Os dividendos foram pagos no dia 17 de novembro de 2025 e tiveram como base a posição acionária de 3 de novembro de 2025, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 4 de novembro de 2025.

Em 6 de novembro de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados no valor de R\$1.050.000 mil (R\$0,35 por ação), que serão imputados aos Dividendos Mínimos Obrigatórios de 2025, montante equivalente a 92,1% do lucro líquido auferido no terceiro trimestre de 2025, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4).

Em 2 de janeiro de 2026, a Companhia comunicou aos seus acionistas o valor dos dividendos por ação atualizado pela taxa SELIC até 16 de janeiro de 2026, sendo este R\$0,352128404 por ação.

Os dividendos foram pagos no dia 16 de janeiro de 2026 e tiveram como base a posição acionária de 2 de janeiro de 2026, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 5 de janeiro de 2025.

Dessa forma, os dividendos totais distribuídos pela Companhia, relativamente aos resultados auferidos no exercício de 2025, totalizaram R\$2.940.000 mil, correspondentes a R\$0,98 por ação, montante equivalente a 68,12% do lucro líquido, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS4),

Adicionalmente, em observância ao disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976, e considerando a extrapolação do limite legal das reservas de lucros, em decorrência da constituição de reserva legal no montante de R\$184.418 mil e de reserva estatutária no montante de R\$1.167.143 mil, por ocasião da destinação de resultados do exercício de 2025, destaca-se a aprovação pelo Conselho de Administração, em 30 de janeiro de 2026, de proposta complementar de distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$990.000 mil, à conta do saldo de reservas estatutárias constituídas em exercícios anteriores.

Assim, somado às parcelas de dividendos intercalares antecipados e de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, esclarece-se que a Companhia terá realizado destaque/pagamento de dividendos equivalentes a um total de R\$3.930.000 mil, equivalente a 91,1% do resultado do exercício social de 2025 segundo o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4).

2024

Em 25 de abril de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas a aprovação em Assembleia Geral Ordinária da distribuição de: (a) Dividendos Mínimos Obrigatórios no valor de R\$1.278.348 mil, e (b) Dividendos Adicionais Propostos no valor de R\$373.393 mil. O valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios somados aos Dividendos Adicionais Propostos totalizam o montante de R\$1.651.741 mil (R\$0,566339055 por ação atualizada pela taxa SELIC até 8 de maio de 2024, data de pagamento).

Tiveram como base a posição acionária de 26 de abril de 2024 e as ações foram negociadas ex-dividendos a partir de 29 de abril de 2024.

Dessa forma, considerando os dividendos antecipados, distribuídos em 6 de novembro de 2023, no montante de R\$1.500.000 mil, a distribuição equivale a 90,0% do lucro líquido ajustado do exercício de 2023, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4), a título de remuneração aos acionistas sob a forma de dividendos, totalizando o valor de R\$3.151.741 mil.

Em 09 de maio de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados equivalente a 90,88% do lucro líquido auferido até 31 de março de 2024, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4), no valor de R\$840.000 mil (R\$0,28 por ação).

Os dividendos foram pagos no dia 15 de agosto de 2024 e tiveram como base a posição acionária de 1 de agosto de 2024, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 2 de agosto de

2024.

Em 08 de agosto de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados equivalente a 91,13% do lucro líquido auferido no segundo trimestre de 2024, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4), no valor de R\$702.000 mil (R\$0,234 por ação).

Os dividendos foram pagos no dia 18 de novembro de 2024 e tiveram como base a posição acionária de 4 de novembro de 2024, sendo as ações negociadas exdividendos a partir de 5 de novembro de 2024.

Em 07 de novembro de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados no valor de R\$930.000 mil (R\$0,31 por ação), que serão imputados aos Dividendos Mínimos Obrigatórios de 2024, montante equivalente a 92,5% do lucro líquido auferido no terceiro trimestre de 2024, considerando o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4). Em 2 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas o valor dos dividendos por ação atualizado pela taxa SELIC até 17 de janeiro de 2025, data de pagamento, sendo este R\$0,311697328 por ação.

Os dividendos foram pagos no dia 17 de janeiro de 2025 e tiveram como base a posição acionária de 3 de janeiro de 2025, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 6 de janeiro de 2025.

ANEXO III

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO A DA RCVM 81)

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

Destinação do Lucro Líquido – Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Srs. Acionistas,

Consoante às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), e ao Estatuto da CAIXA Seguridade Participações S.A., apresento à deliberação desta Assembleia, a destinação do Lucro Líquido, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, a qual está assim representada:

	(Valores em R\$)
Resultado do Exercício	4.291.560.084,13
Reserva Legal	184.416.874,65
Remuneração Paga Aos Acionistas*	2.940.000.000,00
- Juros Sobre Capital Próprio	-
- Dividendos Intercalares	1.890.000.000,00
- Dividendos Intercalares (imputados aos dividendos mínimos obrigatórios)	1.050.000.000,00
Utilização da Reserva p/ Equalização dos Dividendos	-
Reserva de Lucros a Realizar	-
- De Resultado Positivo De Equivalência Patrimonial	-
Reserva Estatutária	1.167.143.209,48

* A presente proposta de destinação de resultados contempla a distribuição de dividendos intercalares, em montante equivalente a R\$ 2.940.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta milhões de reais). Adicionalmente, em observância ao disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976, e considerando a extrapolação do limite legal das reservas de lucros, destaca-se a submissão ao Conselho de Administração de proposta complementar de distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais), à conta do saldo de reservas estatutárias constituídas em exercícios anteriores. Tal valor, somado às parcelas de dividendos intercalares deliberadas em 2025, perfaz um montante total de distribuição de dividendos de R\$ 3.930.000.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta milhões de reais), equivalente a 91,6% do resultado do exercício social de 2025.

À consideração de V.Sas.

Em 26 de fevereiro de 2026.

Humberto José Teófilo Magalhães
Presidente do Conselho de Administração

Destinação do Lucro Líquido

Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 – Anexo A

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro líquido exercício social (período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025): R\$ 4.291.560.084,13 (quatro bilhões, duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e sessenta mil, oitenta e quatro reais e treze centavos).
2. Montante global e valor por ação dos dividendos: R\$ 2.940.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta milhões de reais), representando R\$ 0,980000000000 (noventa e oito centavos) por ação, considerando os dividendos intercalares declarados em 5 de maio de 2025, 11 de agosto e 6 de novembro de 2025, sendo esse último, imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Nada obstante, com base na deliberação do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de janeiro de 2026, a administração aprovou uma distribuição de dividendos intermediários em montante equivalente a R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais), representando R\$ 0,330000000000 (trinta e três centavos) por ação, realizado contra o saldo de reservas estatutárias constituídas em exercícios anteriores, a ser pago aos acionistas em 15 de maio de 2026.

Somando-se os dividendos intermediários descritos acima aos dividendos intercalares descritos no parágrafo anterior, a proposta da administração contempla uma distribuição de dividendos no montante total de R\$ 3.930.000.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta milhões de reais).

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 68,51% (sessenta e oito vírgula cinquenta e um por cento), considerando os dividendos intercalares declarados em 5 de maio de 2025, 11 de agosto e 6 de novembro de 2025, sendo esse último, imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Somando-se os dividendos intermediários descritos acima aos dividendos intercalares descritos no parágrafo anterior, a proposta da administração representa uma distribuição de dividendos no montante total de R\$ 3.930.000.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta milhões de reais), equivalente a 91,6% do resultado do exercício de 2025.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Dividendos Mínimos Obrigatórios: R\$ 11.295.959,31 (onze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), representando R\$ 0,00376531900 por ação, destacados a partir da destinação de resultados relativa ao Exercício/2024 e liquidados financeiramente em 15 de maio de 2025;

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

Dividendos Adicionais Propostos: R\$ 948.704.040,69 (novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quatro mil, quarenta reais e sessenta e nove centavos), representando R\$ 0,31623468000 por ação, destacados a partir da destinação de resultados relativa ao Exercício/2024 e liquidados financeiramente em 15 de maio de 2025.

5. Dividendos/Juros sobre Capital Próprio – JCP, deduzidos os dividendos antecipados e JCP já declarados:

- a. Valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não houve destaque de dividendos adicionais propostos ou de juros sobre o capital próprio.

- b. Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

O pagamento dos dividendos intercalares foi realizado mediante depósito na conta corrente de titularidade dos acionistas, informados por eles informado ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia.

Alternativamente, para o recebimento dos dividendos a que têm direito, os acionistas podem se apresentar na agência do Banco Bradesco S.A. de sua preferência, munidos dos documentos que comprovem a titularidade das ações da Companhia. Os proventos relativos às ações custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia foram pagos ao referido custodiante, que os repassou aos acionistas por intermédio das Corretoras Depositantes.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram pagos ao acionista controlador e aos acionistas minoritários no dia 16 de janeiro de 2026, e tiveram como base a posição acionária de 02 de janeiro de 2026. Dessa forma, as ações de emissão da Caixa Seguridade passaram a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 05 de janeiro de 2026.

Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio.

- c. Atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Conforme previsão legal e estatutária, sobre os dividendos mínimos obrigatórios incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Os dividendos intercalares (imputados ao dividendo mínimo obrigatório) foram pagos aos acionistas no dia 16 de janeiro de 2026, e tiveram como base a posição acionária de 02 de janeiro de 2026. Dessa forma, as ações de emissão da Caixa Seguridade passaram a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 05 de janeiro de 2026.

Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Em 5 de maio de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares, calculados com base no lucro líquido ajustado relativo ao 1º trimestre de 2025, no valor de R\$ 930.000.000,00 (novecentos e trinta milhões de reais), equivalente a R\$ 0,310000000000 (trinta e um centavos) por ação.

Em 11 de agosto de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares, calculados com base no lucro líquido ajustado relativo ao 2º trimestre de 2025, no valor de R\$ 960.000.000,00 (novecentos e sessenta milhões de reais), equivalente a R\$ 0,320000000000 (trinta e dois centavos) por ação.

Em 06 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares, calculados com base no lucro líquido ajustado relativo ao 3º trimestre de 2025, imputados ao dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,350000000000 (trinta e cinco centavos) por ação.

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

b. Informar a data dos respectivos pagamentos:

Os pagamentos dos dividendos intercalares declarados com base no lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, com base nos lucros auferidos até o período de 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025, ocorreram nos dias 15 de agosto de 2025, 17 de novembro de 2025 e 16 de janeiro de 2026, respectivamente.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2025	2024	2023 (1)	2022
Lucro Líquido	R\$ 4.291.560.084,13	R\$ 3.765.183.837,24	R\$ 5.113.393.976,24	R\$ 2.859.034.568,03
Quantidade de ações:	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000
- Ordinárias	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000
Lucro Líquido por ação	R\$ 1,430000000000	R\$ 1,260000000000	R\$ 1,700000000000	R\$ 0,950000000000

(1) Obtido em função do reconhecimento reflexo dos ajustes de Adoção Inicial, face a entrada em vigor do CPC 50 (IFRS 17).

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2025 (1)	2024	2023	2022
Dividendos	R\$ 2.940.000.000,00	R\$ 3.432.000.000,00	R\$ 3.151.741.295,37	R\$ 2.558.341.420,47
Quantidade de ações:	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000
- Ordinárias	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000
Dividendos por ação	R\$ 0,980000000000	R\$ 1,140000000000	R\$ 1,050000000000	R\$ 0,850000000000

(1) Nada obstante, oportuno salientar proposta complementar de dividendos intermediários em montante equivalente a R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais), realizada contra o saldo de reservas estatutárias constituídas em exercícios anteriores, cuja apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia ocorreu em 30 de janeiro de 2026. Somadas as parcelas relativas aos dividendos intercalares antecipados, aos dividendos mínimos obrigatórios deliberados em 2025 e à proposta complementar apreciada em 2026, perfaz-se uma distribuição financeira total de dividendos de R\$ 3.930.000.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta milhões de reais), equivalente a 91,6% do resultado do exercício de 2025.

8. Reserva legal

a. Montante destinado a reserva legal: R\$184.416.874,65 (cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

b. Forma de cálculo da reserva legal: Conforme a Lei das S.A., artigo 193, e Estatuto

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

Social da Companhia, artigo 56,5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal.

A proposta de destinação de parcela do lucro do exercício contempla a alocação de R\$ 184.416.874,65 (cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) para constituição da reserva legal. Considerando a alocação proposta acima, a reserva legal passará ao montante de R\$ 735.754.308,05 (setecentos e trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oito reais e cinco centavos). Desta forma, o limite de 20% (vinte por cento) do capital social foi atingido, razão pela qual foi proposta destinação em montante inferior aos 5% (cinco por cento) do lucro líquido auferido no exercício.

9. A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Dividendo obrigatório:

a. Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto:

Estatuto Social da companhia prevê que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das S.A., será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.

Outrossim, o Estatuto Social da Companhia prevê que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Os dividendos mínimos obrigatórios já foram integralmente pagos aos acionistas, conforme item 6 deste Anexo à proposta.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não houve retenção do dividendo mínimo obrigatório.

11. Não houve retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

12. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não houve constituição de reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não houve constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

A reserva estatutária foi constituída de acordo com a alínea "f" do artigo 56 do Estatuto da Companhia, e tem por objetivo garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, podendo ser constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após as destinações previstas nos itens anteriores, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. A Administração da Companhia poderá deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, para reinvestimento nas operações da Companhia, ou para distribuição complementar de dividendos.

b. Identificar o montante destinado à reserva:

O montante do lucro líquido destinado à reserva estatutária é de R\$ 1.167.143.209,48 (um bilhão, cento e sessenta e sete milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado:

A reserva estatutária foi constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustadas as parcelas relativas aos dividendos (antecipados e mínimos obrigatórios), em consonância com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto da Companhia.

A diferença de R\$ 1.167.143.209,48 (um bilhão, cento e sessenta e sete milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos) foi utilizada para constituição de Reserva Estatutária prevista na alínea "f" do artigo 56 do Estatuto da Companhia, a qual alcançou o montante de R\$ 4.441.431.088,39

CAIXA Seguridade
St SHN Quadra 1 Bloco E, 16º e 17º andar
Ed. CNP
70.701-050 - Brasília - DF

(quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e um mil, oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) extrapolando em R\$ 762.659.548,14 (setecentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) o limite estabelecido no Estatuto Social, que equivale a 80% do Capital Social da Companhia (R\$ 3.678.771.540,25 (três bilhões, seiscentos e setenta e oito milhões, setecentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos.)).

Cumpra acrescentar que a administração da Companhia poderá deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, para reinvestimento nas operações da Companhia, ou para distribuição complementar de dividendos, situação que se viabiliza quando do recebimento de dividendos das investidas. e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).

Nesse sentido, diante da extrapolação do limite para constituição de Reserva Estatutária, em 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou proposta de pagamento de dividendos intermediários da Caixa Seguridade à controladora CAIXA e acionistas minoritários, em montante equivalente a R\$ 990.000.000,00 (novecentos e noventa milhões de reais), a partir de reservas de lucros formadas em exercícios anteriores.

Oportuno destacar que, o saldo das reservas estatutárias que somavam R\$ 3.705.676.780,34 (três bilhões, setecentos e cinco milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos) antes da distribuição de dividendos, performará, após o destaque de dividendos em questão, o montante equivalente de R\$ 2.715.676.780,34 (dois bilhões, setecentos e quinze milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos) após o pagamento.

15. Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV

PROPOSTA DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS DIRIGENTES - RGD

(ITEM 8 DO ANEXO C DA RCVM 80)

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Política ou prática de remuneração

- (a) **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia possui uma política de remuneração, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada no dia 22 de dezembro de 2022 e se encontra disponível nos *websites* da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (<http://www.b3.com.br/>) e de Relação com Investidores da Companhia (<https://www.ri.caixaseguridade.com.br/>), na aba “Governança Corporativa”, no ícone “Estatuto, Políticas e Códigos” ou clicando diretamente em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/3972906b-e50b-4f74-ab74-4d0d32125d11/a78ce39f-69bc-a622-9734-c43b44a77ade?origin=1> (“Política de Gestão de Pessoas e Remuneração”).

A política de remuneração da Companhia, além de compartilhar de disposições na gestão de pessoas, tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que orientam a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, dos conselheiros fiscais, dos membros de comitês estatutários e dos empregados da Companhia, para o alcance dos objetivos organizacionais e individuais:

Dentre os objetivos das práticas de remuneração da Companhia, destacam-se:

- Atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados nas estratégias de curto, médio e longo prazo, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas;
- Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, referindo-se à compensação pecuniária relativa ao cumprimento das obrigações associadas aos cargos ocupados e compatibilidade com as responsabilidades assumidas;
- Alinhar as práticas de remuneração da Companhia com as práticas de remuneração da CAIXA, de forma a preservar os níveis de atração e retenção dos quadros de administradores, no âmbito do Conglomerado CAIXA;
- Definir regras para remuneração variável como instrumento indutor da superação de resultados, comprometimento com resultado de longo prazo e sustentabilidade da Companhia; e
- Definir pacote de benefícios como instrumento de atratividade e retenção de administradores.

A Companhia tem como prática de remuneração de seus membros estatutários a chamada Remuneração Global dos Dirigentes (RGD), que é composta por remuneração fixa, remuneração variável (apenas para Diretoria) e benefícios e é devida aos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, na vigência do exercício do cargo na Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conforme indicado no item 8.1.c. “iii” abaixo, os membros do Comitê de Transações com Partes Relacionadas e membros internos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração não são remunerados em função do cargo no comitê estatutário.

O período remuneratório da RGD transcorre entre 1º de abril do ano em curso até o dia 31 de março do ano seguinte, com um montante fixado pela Assembleia Geral, após aprovação pelo Conselho de Administração.

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), tem a competência de aprovação prévia da remuneração dos membros estatutários das estatais federais, razão pela qual a RGD é elaborada com base nas diretrizes e parâmetros da controladora CAIXA e orientações da SEST, a quem cabe aprovação após deliberação pelo Conselho de Administração, previamente à fixação pela Assembleia Geral.

A proposta de RGD contempla a definição dos valores para os seguintes itens:

- Remuneração Fixa (Honorários) – para os Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Remuneração Variável (RVD) – exclusiva para os Diretores; e
- Benefícios – conforme aprovado em RGD pela SEST/MGI.

A Remuneração Fixa dos Diretores é composta por honorário mensal e gratificação natalina, sendo que o honorário do Diretor-Presidente fica limitado ao honorário de Vice-Presidente da CAIXA e o honorário dos Diretores Executivos limitado ao honorário de Diretor Executivo da CAIXA.

Para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, o valor do honorário mensal corresponde a percentual do honorário médio mensal dos Dirigentes, que inclui em seu cálculo a gratificação natalina proporcional:

- (a) Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm remuneração fixada em 10% do honorário médio mensal da Diretoria, incluído no cálculo desta média a gratificação natalina paga aos Diretores.
- (b) No Comitê de Auditoria, o Presidente e demais membros do comitê têm remuneração fixada em 40% e 30% (respectivamente) do honorário médio mensal da Diretoria, incluído no cálculo desta média a gratificação natalina paga aos Diretores.
- (c) Para os membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, o valor do honorário mensal é fixado em 80% do honorário mensal dos Conselheiros.

O valor da remuneração fixa no mês de nomeação ou exoneração dos membros será proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo, razão pela qual existem diferenças de remuneração entre eles, em um mesmo mês, tendo em vista as diferentes datas de nomeação.

A Remuneração Variável, por sua vez, consiste na vinculação de parcela da remuneração dos Diretores ao seu desempenho, conforme preconizado no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, e tem por objetivo garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados e a sustentabilidade do negócio.

8.1 Política ou prática de remuneração

O valor pago aos Diretores a título de Remuneração Variável tem teto fixado em regulamento interno elaborado anualmente conforme orientações da SEST/MGI e controladora CAIXA, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

O período de vigência de cada edição do Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes (RVD) é anual, coincide com o ano civil e o pagamento ocorre em parcelas diferidas, conforme regras estabelecidas em regulamento próprio para cada Programa de RVD.

A proposta anual de RVD contempla, em regulamento interno próprio, os indicadores e as respectivas metas a serem alcançadas pela Companhia e pelas Diretorias, Avaliações de Desempenho individuais, além de indicador de conformidade definido pela SEST.

A proposta de Programa RVD é apreciada pelo Conselho de Administração da Companhia, submetido à sua controladora CAIXA para aprovação das regras, indicadores e metas, que por sua vez, conduz a proposta das suas subsidiárias à SEST que delibera os montantes máximos de pagamento de remuneração variável dos dirigentes.

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia aos membros estatutários, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais a Companhia está submetida.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A proposta é elaborada com base nas orientações da SEST/MGI e nas diretrizes e parâmetros definidos pela controladora CAIXA e submetida anualmente ao Conselho de Administração da Companhia. Após aprovação, remete-se a proposta à SEST/MGI, que avalia, define os valores e remete à Assembleia Geral da Companhia, responsável por fixar a remuneração global dos Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e membros remunerados dos comitês estatutários.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A proposta de remuneração segue as orientações da SEST/MGI e os parâmetros e diretrizes definidos pela controladora CAIXA. No exercício de 2023, foi aprovado reajuste dos honorários em 9%. No exercício de 2024, foi aprovado reajuste dos honorários em 4,62%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a SEST manifestou-se pelo reajuste dos honorários em 15%.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia todos os itens que compõem a remuneração dos administradores, anualmente, no ciclo regular de períodos remuneratórios definidos pela SEST/MGI. A proposta de remuneração global dos administradores é elaborada no início de cada ano após a recepção das orientações da SEST e diretrizes da controladora CAIXA.

8.1 Política ou prática de remuneração

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração	
Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Objetivo: Remunerar os membros do Conselho de Administração pelos serviços prestados para a Companhia; pelo tempo disponibilizado para presença em reuniões e pela complexidade das matérias submetidas à sua análise. Descrição: ✓ A remuneração mensal fixa dos membros do Conselho de Administração corresponde a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria da Companhia, incluído no cálculo desta média a gratificação natalina paga aos Diretores; ✓ Os honorários são pagos em 12 parcelas ao ano; ✓ No mês de nomeação e da exoneração paga-se proporcionalmente aos dias de exercício no cargo; ✓ Sobre o valor fixo mensal incide INSS e é efetuado recolhimento de IR.
Remuneração Variável	Não aplicável
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não aplicável
Remuneração Baseada em Ações	Não aplicável

Diretoria Estatutária	
Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Objetivo: Remunerar os Diretores estatutários pelos serviços prestados para a Companhia, garantindo atratividade e competitividade. Descrição: ✓ A remuneração fixa anual dos Diretores estatutários é composta por 12 parcelas mensais a título de honorários e uma parcela referente à gratificação natalina; ✓ No mês de nomeação e da exoneração, paga-se proporcionalmente aos dias de exercício no cargo; ✓ A política de remuneração pressupõe a aplicação dos valores remuneratórios da CAIXA como parâmetro, sendo fixada a remuneração do Diretor Presidente da Companhia ao de Vice-Presidente da CAIXA, ou seja, a remuneração do Diretor Presidente da Companhia é equivalente a 100% da remuneração do cargo de Vice-Presidente da CAIXA; e a remuneração dos demais membros da Diretoria corresponde à remuneração dos Diretores Executivos da CAIXA;

8.1 Política ou prática de remuneração

	✓ As parcelas fixas são compostas por benefícios diretos e indiretos; e ✓ Sobre o valor fixo mensal incide INSS e o recolhimento de IR.
Benefícios	Objetivo: Promover a qualidade de vida e o fortalecimento do vínculo com a Companhia, listando-se os seguintes benefícios diretos e indiretos. Descrição: ✓ Gratificação Natalina, conforme legislação vigente; ✓ 30 dias de Licença anual remunerada, com pagamento de 1/3 de honorários proporcional aos dias utilizados; ✓ Auxílio Alimentação; ✓ Auxílio Moradia; ✓ Auxílio Creche; ✓ Vantagem Remoção; ✓ Seguro de Vida; ✓ Plano de Saúde CAIXA para dirigentes com contrato de trabalho suspenso com a CAIXA e reembolso de plano de saúde para os dirigentes que não optarem pela adesão ao Saúde CAIXA; ✓ Manutenção da Previdência Complementar para os dirigentes com Contrato de Trabalho suspenso com a CAIXA. Vedado pagamento de previdência complementar para dirigentes sem vínculo com a CAIXA; e ✓ FGTS, conforme legislação vigente.
Remuneração Variável	Objetivo: Vincular parcela da remuneração ao desempenho dos Diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados Descrição: ✓ As regras gerais, os indicadores e metas previstos no programa de remuneração variável dos Dirigentes – RVD são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e submetidos à deliberação da controladora CAIXA e da SEST/MGI. ✓ O pagamento da RVD é diferido em 04 exercícios, a fim de promover o comprometimento dos membros da Diretoria com os resultados de longo prazo. Nesse sentido, existem regras internas que limitam o pagamento no caso de flutuação negativa do lucro da Companhia.
Benefícios Pós-Emprego	<i>Remuneração Compensatória</i>, no período de interdição: Trata-se de remuneração equivalente aos honorários do cargo até então ocupado e é paga por até 06 meses, contados da data da exoneração, após autorização da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR). Trata-se de previsão do Decreto 4.187, de 8 de abril de 2002.

8.1 Política ou prática de remuneração

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não aplicável
Remuneração Baseada em Ações	Não aplicável

Conselho Fiscal	
Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Objetivo: Remunerar os membros do Conselho Fiscal pelos serviços prestados para a Companhia. Descrição: ✓ A remuneração mensal fixa dos membros do Conselho Fiscal corresponde a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria, incluído no cálculo desta média a gratificação natalina paga aos Diretores; ✓ No mês de nomeação e da exoneração, paga-se proporcionalmente aos dias de exercício no cargo; ✓ A remuneração é devida ao membro suplente no mês em que comparecer às reuniões do Conselho Fiscal, conforme registro em ata; e ✓ Sobre o valor fixo mensal incide INSS e é efetuado recolhimento de IR.
Remuneração Variável	Não aplicável
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não aplicável
Remuneração Baseada em Ações	Não aplicável

Comitê de Auditoria	
Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Objetivo: Remunerar os membros do Comitê de Auditoria pelos serviços prestados para a Companhia. Descrição: ✓ A remuneração mensal fixa do Presidente e demais membros do Comitê de Auditoria corresponde a 40% e 30% (respectivamente) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria, incluído no cálculo desta média a gratificação natalina paga aos Diretores; ✓ No mês de nomeação e da exoneração, paga-se proporcionalmente aos dias de exercício no cargo; e ✓ Sobre o valor fixo mensal incide INSS e é efetuado recolhimento de IR.

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração Variável	Não aplicável
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	<i>Remuneração Compensatória</i> , no período de interdição: Trata-se de remuneração equivalente aos honorários do cargo até então ocupado, paga por até 06 meses, contados da data da exoneração, após autorização da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR). Trata-se de previsão do Decreto 4.187, de 8 de abril de 2002.
Remuneração Baseada em Ações	Não aplicável

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	
Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Objetivo: Remunerar os membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração pelos serviços prestados para a Companhia Descrição: ✓ A remuneração mensal fixa dos membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração corresponde a 80% da remuneração mensal dos Conselheiros; ✓ No mês de nomeação e da exoneração, paga-se proporcionalmente aos dias de exercício no cargo; e ✓ Sobre o valor fixo mensal incide INSS e é efetuado recolhimento de IR.
Remuneração Variável	Não aplicável
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não aplicável
Remuneração Baseada em Ações	Não aplicável

• aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

As práticas de remuneração na Companhia têm como objetivo alinhar os interesses da administração, com os de seus acionistas, e os objetivos da Companhia, buscando ganhos pelo comprometimento dos administradores com os resultados de curto, médio e longo prazo.

Alinhamento aos interesses do emissor no curto prazo:

As práticas de remuneração da Companhia alinham-se aos interesses do emissor no curto prazo no seu componente de remuneração fixa. Trata-se de compensação pecuniária mensal paga conforme cargo ocupado e grau de responsabilidade, não havendo indicador vinculado à remuneração fixa.

8.1 Política ou prática de remuneração

Alinhamento aos interesses do emissor no médio prazo:

As práticas de remuneração da Companhia alinham-se aos interesses do emissor no médio prazo no seu componente de benefícios, considerando que estes são diferenciais para retenção dos quadros, sendo que os benefícios aprovados no âmbito da Remuneração Global de Dirigentes (RGD) restringem-se aos Diretores. Não há indicador vinculado aos benefícios.

Alinhamento aos interesses do emissor no longo prazo:

As práticas de remuneração da Companhia alinham-se aos interesses do emissor no longo prazo no seu componente de remuneração variável, que se restringe aos Diretores. A remuneração variável é paga conforme alcance das metas estabelecidas e o pagamento é realizado por meio da parcela à vista e três parcelas diferidas, as quais podem ser revertidas a depender dos resultados. Esse atrelamento aos resultados e o diferimento no pagamento de parcelas garantem compromisso de longo prazo com os resultados da Companhia e, portanto, com seu desenvolvimento e sustentabilidade.

• **Proporção na remuneração total nos 03 últimos exercícios sociais**

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta por remuneração fixa, que corresponde a 100% da remuneração total.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta por remuneração fixa e por benefício motivado pela cessação do exercício do cargo – Quarentena (Decreto 4.187/2002). Nos últimos três exercícios (2023, 2024 e 2025) não houve pagamento da rubrica de Quarentena no âmbito do Comitê, de modo que a remuneração total nestes exercícios correspondeu 100% a remuneração fixa.

A remuneração dos membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração é composta por remuneração fixa, que corresponde a 100% da remuneração total.

Diretoria

Item	2025	2024	2023
Remuneração Fixa Anual	57,74%	58,55%	65,33%
Pró-labore (honorários)	44,70%	46,28%	51,35%
Benefícios Diretos e Indiretos	7,99%	7,01%	8,64%
Remuneração por Participação em Comitês	-	-	-
Outros	5,06%	5,26%	5,34%
Remuneração Variável	42,26%	41,45%	34,67%
Bônus	-	-	-
Participação nos Resultados	42,26%	41,45%	34,67%
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-
Benefícios Motivados Pela Cessação Do Exercício Do Cargo	-	-	-
Quarentena (Dec. 4187/2002)	-	-	-
Remuneração Baseada Em Ações	-	-	-

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Anualmente a Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia com base em percentual sobre o honorário médio mensal dos membros da Diretoria estatutária, incluído no cálculo desta média a gratificação natalina paga aos Diretores. Para os membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, o honorário mensal é fixado em 80% da remuneração mensal dos Conselheiros.

Diretoria Estatutária

Os honorários mensais dos membros da Diretoria estatutária têm correlação com os valores praticados pela CAIXA, de forma a manter alinhamento com a Controladora e preservar os níveis de atratividade e retenção do quadro de Diretor no âmbito do Conglomerado CAIXA.

Nesse sentido, a remuneração do Diretor-Presidente da Companhia é correlata ao de Vice- Presidente da CAIXA e a remuneração dos demais membros da Diretoria corresponde à remuneração dos Diretores Executivos da CAIXA.

A remuneração fixa e o valor do teto dos benefícios diretos e indiretos são definidos a cada ano pela Assembleia Geral mediante manifestação prévia da SEST/MGI, seguindo as diretrizes e parâmetros definidos pela controladora CAIXA às suas subsidiárias e as orientações gerais emitidas pela SEST às empresas estatais.

Já a remuneração variável (RVD), restrita aos Diretores, também segue as orientações da SEST/MGI e da controladora CAIXA, cuja metodologia de cálculo consta em regulamento específico aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, controladora CAIXA e SEST. A Companhia tem programa de RVD desde 2016.

Em cada regulamento do Programa RVD se define a metodologia e o cálculo. Os cálculos, normalmente, têm por base os honorários vigentes, sendo as parcelas diferidas atualizadas considerando o índice de reajuste autorizado pela SEST/MGI e controladora CAIXA, fixado pela Assembleia Geral.

- **Indicadores de Desempenho**

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

A remuneração é fixa e não está atrelada a indicadores de desempenho. Diretoria

A remuneração dos membros da Diretoria é composta por parcela fixa e parcela variável, esta última, condicionada ao alcance de metas estabelecidas em regulamento anual do Programa de Remuneração Variável (RVD).

8.1 Política ou prática de remuneração

Os programas de RVD apresentam indicadores gerais e indicadores específicos para cada Diretor, conforme demonstrado a seguir e foram estruturados de forma que a distribuição da remuneração variável seja limitada a critérios aprovados em cada programa, vinculada a patamares de alcance das metas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A primeira parcela é paga no ano seguinte do Programa, em percentual definido no âmbito do regulamento anual de cada Programa de RVD.

As parcelas diferidas (2º, 3º e 4º exercícios subsequentes ao do ano do Programa) também seguem percentual definido no regulamento anual de cada Programa de RVD e dependem do resultado atingido anualmente, o que colabora para que os Dirigentes estejam buscando constantemente os melhores resultados para a Companhia.

Os regulamentos dos Programas de RVD aprovados até o momento, contemplam a possibilidade de reversão das parcelas diferidas caso haja redução no lucro líquido da Companhia, fortalecendo, assim, o constante engajamento do quadro diretivo para a manutenção de patamares cada vez mais elevados de resultado.

RVD 2025				
Dimensões	Indicador	Sinal	Meta 2025	Peso na Dimensão
Econômico-Financeiro (DISEG / DICOP / DIRIF)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente	+	64,5%	25%
	Índice de Eficiência Operacional Recorrente	-	2,7%	25%
	<i>Payout</i>	+	90%	25%
	Índice atingimento de receita operacional – IRO	+	100%	25%
Econômico-Financeiro (DIRIG)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente	+	64,5%	25%
	Índice de Eficiência Operacional Recorrente	-	2,7%	25%
	Solução para Compliance Regulatório	+	100%	25%
	Índice de Avaliação do ambiente de riscos e controles internos, <i>compliance</i> e segurança da informação das participadas	+	100%	25%
Indicadores de Diretoria (DISEG)	IMD – Índice Médio do grupo de indicadores específicos das Diretorias Executivas	+	100%	100%
Indicadores de Diretoria (DIRIF)	Índice de eficiência orçamentária (IEOrç)	-	≤ 95%	15%
	Indicador de Consistência Contábil (ICC)	+	100%	15%
	Rentabilidade da carteira de investimentos (RCI)	+	95%	20%
	Índice de Capacidade Financeira (ICF-M)	+	≥ 1 unidade	10%
	Distribuição de dividendos no exercício	+	4 vezes	10%
	Relatórios de <i>Research</i> contemplando CXSE3 publicados no exercício	+	36 vezes	10%
Indicadores de Diretoria (DIRIG)	Gestão da Emissões GEE	+	≥ 80%	10%
	Cultura Educação Financeira	+	≥ 60%	8,4%

	PDI Implementados	+	30%	8,3%
	Revisão do Modelo Estratégico	+	100%	15%
	IMRP – Maturidade de Risco	+	100%	15%
	IMGP – Índice de Maturidade de Governança das Participadas	+	100%	15%
	SISEG – Sistema de Governança (Módulo I - Etapa 2)	+	100%	8,3%
Indicadores de Diretoria (DICOP)	Índice de Churn	-	< 4%	20%
	NPS Pós-Venda	+	≥ 71,0%	20%
	Índice de Satisfação do Cliente – Venda	+	≥ 95,0%	10%
	Quantidade de Participação em Treinamentos	+	≥ 88.000	5%
	Quantidade de Novas Funcionalidades	+	35 funcionalidades	10%
	Quantidade de Ações de Marketing	+	10 ações	5%
	Crescimento Sustentável do Faturamento	+	≥ 100%	10%
Indicadores de Diretoria (DIRIF / DIRIG / DICOP)	IMD _(DE) – Índice Médio do grupo de indicadores específicos das Diretorias Executivas	+	100%	20%
Governança Corporativa	Avaliação de Desempenho Individual dos Diretores	+	90%	10%
	Indicador de Conformidade SEST (IC-SEST)	+	900 pontos	10%
Bonificação por Superação (todas diretorias)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente	+	71,0%	50%
	Índice de Eficiência Operacional Recorrente	-	2,4%	50%

RVD 2024				
Dimensões	Indicador	Sinal	Meta 2024	Peso
Econômico-Financeiro DISEG/DICOP/DIRIF	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente – RPLR	+	55,20%	12,5%
	Índice de Eficiência Operacional	-	3,01%	12,5%
	Payout	+	80%	12,5%
	Receita Operacional – IRO	+	100%	12,5%
Econômico-Financeiro específico DIRIG	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente – RPLR	+	55,20%	12,5%
	Índice de Eficiência Operacional	-	3,01%	12,5%
	Índice de Avaliação do risco à integridade de terceiros	+	100%	12,5%
	Índice de Avaliação do ambiente de riscos e controles internos, compliance e segurança da informação das participadas	+	100%	12,5%
Unidade de negócio	Índice(s) objetivo(s) para cada Diretoria			
	IMD – Índice Médio dos indicadores das Diretorias (DISEG)	+	100%	30%
	IIC – Instrumento Integrado de Comunicação-ESG (DIRIG)	+	100%	30%
	FT – Faturamento (DICOP)	+	100%	30%
	Lucro Líquido por ação (DIRIF)	+	10%	30%

Governança Corporativa	Avaliação de Desempenho Individual da Diretoria	+	90%	10%
	Conformidade SEST (IC-SEST) - Indicador de Conformidade definido pela SEST	+	900 pontos	10%
Bonificação por Superação (todas diretorias)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente	+	66,30%	50%
	Índice de Eficiência Operacional	-	2,40%	50%

RVD 2023				
Dimensões	Indicador	Sinal	Meta 2023	Peso
Econômico- Financeiro DISEG/DICOP/DIRIF	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente – RPLR	+	55,49%	12,5%
	Índice de Eficiência Operacional	-	4,41%	12,5%
	Payout	+	80,00%	12,5%
	Receita Operacional	+	R\$ 2.910.115.000	12,5%
Econômico- Financeiro específico DIRIG	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	+	55,49%	12,5%
	Índice de Eficiência Operacional	-	4,41%	12,5%
	Implementação de sistema de gestão de compliance	+	100,00%	12,5%
	Avaliação do ambiente de riscos, controles internos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro das sociedades investidas	+	100,00%	12,5%
Unidade de negócio	Índice(s) objetivo(s) para cada Diretoria			
	IMD – Índice Médio dos indicadores das Diretorias (DISEG)	+	100,00%	30%
	IIC – Instrumento Integrado de Comunicação - ESG (DIRIG)	+	100,00%	30%
	FT – Faturamento (DICOP)	+	R\$ 32.358.459.800	30%
	Lucro Líquido por ação (DIRIF)	+	0,99	30%
Governança, Conformidade e Transparência	Avaliação de Desempenho Individual da Diretoria Executiva	+	90,00%	10%
	Conformidade SEST (IC-SEST) - Indicador de Conformidade definido pela SEST	+	1.000 pontos	10%
Bonificação por Superação (todas diretorias)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente	+	57,28%	50%
	Índice de Eficiência Operacional	-	4,19%	50%

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Oferecer remuneração compatível com a responsabilidade dos seus membros, bem como valorizar a participação ativa nas reuniões. No caso do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, somente os membros externos são remunerados.

Diretoria

A composição da remuneração da Diretoria está aderente às diretrizes da controladora CAIXA e orientações da SEST/MGI, cujo objetivo é remunerar os Diretores de acordo com as responsabilidades do cargo, sendo a remuneração fixa, recebida mensalmente pelos diretores, referente ao cumprimento das obrigações associadas aos cargos ocupados e compatível com as responsabilidades assumidas.

(iii) membros não remunerados

Os membros do Comitê de Transações com Partes Relacionadas e os membros internos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração atuam em outros órgãos estatutários da Companhia e já são remunerados pelo exercício das outras funções, sem remuneração adicional em função do cargo nos comitês estatutários citados. Os membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, tendo em vista não atuarem em outros órgãos estatutários da Companhia, são remunerados pela atuação no comitê.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme indicado no item 8.19 deste Formulário de Referência, a Caixa Corretora realiza o pagamento de parcelas de remuneração (a título de remuneração fixa mensal – campo “*salário ou pró-labore*” do item 8.2) atribuída a um membro do Conselho Fiscal que também atua como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer componente da remuneração dos administradores da Companhia vinculado a eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	546.970,48	2.885.119,00	234.415,92	3.666.505,40
Benefícios direto e indireto	0,00	1.308.117,81	0,00	1.308.117,81
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	320.568,79	0,00	320.568,79
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica "Outros" inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica "Outros" inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.139.963,69	0,00	3.139.963,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessa���� do cargo	0,00	1.442.559,50	0,00	1.442.559,50
Baseada em a����es (incluindo op����es)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observa����	A estimativa dos dados de remunera���� para 2026 foi calculada com base nos valores projetados na proposta de RGD 2026/2027, raz���� pela qual as informa����es s���� pass����veis de altera����. Esses valores englobam, inclusive, os montantes previstos a t����ulo de Remunera���� Vari����vel dos Dirigentes (RVD), considerando tanto a parcela ���� vista quanto as parcelas diferidas relativas a programas de RVD aprovados em exerc����cios anteriores. Em conformidade com o Of����cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o n����mero total de membros de cada ����rg����o corresponde ���� m����dia anual do n����mero de membros apurado mensalmente S����o fornecidos dados quantitativos sobre a remunera���� anual atribu����da ao Conselho de Administra������, ���� Diretoria Estatut����ria e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e vari����veis. Os encargos sociais a cargo do empregador n����o est����o abrangidos pelo conceito de "benef����cio de qualquer natureza" previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por A������es, raz����o pela qual n����o integram os montantes de remunera���� global ou individual sujeitos ���� aprova����o pela assembleia geral.	A estimativa dos dados de remunera���� para 2026 foi calculada com base nos valores projetados na proposta de RGD 2026/2027, raz���� pela qual as informa����es s���� pass����veis de altera����. Esses valores englobam, inclusive, os montantes previstos a t����ulo de Remunera���� Vari����vel dos Dirigentes (RVD), considerando tanto a parcela ���� vista quanto as parcelas diferidas relativas a programas de RVD aprovados em exerc����cios anteriores. Em conformidade com o Of����cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o n����mero total de membros de cada ����rg����o corresponde ���� m����dia anual do n����mero de membros apurado mensalmente S����o fornecidos dados quantitativos sobre a remunera���� anual atribu����da ao Conselho de Administra������, ���� Diretoria Estatut����ria e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e vari����veis. Os encargos sociais a cargo do empregador n����o est����o abrangidos pelo conceito de "benef����cio de qualquer natureza" previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por A������es, raz����o pela qual n����o integram os montantes de remunera���� global ou individual sujeitos ���� aprova����o pela assembleia geral.	A estimativa dos dados de remunera���� para 2026 foi calculada com base nos valores projetados na proposta de RGD 2026/2027, raz���� pela qual as informa����es s���� pass����veis de altera����. Esses valores englobam, inclusive, os montantes previstos a t����ulo de Remunera���� Vari����vel dos Dirigentes (RVD), considerando tanto a parcela ���� vista quanto as parcelas diferidas relativas a programas de RVD aprovados em exerc����cios anteriores. Em conformidade com o Of����cio Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o n����mero total de membros de cada ����rg����o corresponde ���� m����dia anual do n����mero de membros apurado mensalmente S����o fornecidos dados quantitativos sobre a remunera���� anual atribu����da ao Conselho de Administra������, ���� Diretoria Estatut����ria e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e vari����veis. Os encargos sociais a cargo do empregador n����o est����o abrangidos pelo conceito de "benef����cio de qualquer natureza" previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por A������es, raz����o pela qual n����o integram os montantes de remunera���� global ou individual sujeitos ���� aprova����o pela assembleia geral.	
Total da remunera����o	546.970,48	9.096.328,79	234.415,92	9.877.715,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	5,32	16,32
Nº de membros remunerados	6,00	3,85	2,99	12,84
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	435.012,66	2.573.962,01	216.498,99	3.225.473,66
Benefícios direto e indireto	0,00	459.834,45	0,00	459.834,45
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	291.235,73	0,00	291.235,73
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica “Outros” inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica “Outros” inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica “Outros” inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.433.359,37	0,00	2.433.359,37
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultado considera os valores pagos a título de Remuneração Variável dos Dirigentes durante o exercício de 2024, correspondendo aos montantes efetivamente liquidados em folha de pagamento, inclusive com parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito de programas aprovados em exercícios anteriores.	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultado considera os valores pagos a título de Remuneração Variável dos Dirigentes durante o exercício de 2024, correspondendo aos montantes efetivamente liquidados em folha de pagamento, inclusive com parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito de programas aprovados em exercícios anteriores.	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultado considera os valores pagos a título de Remuneração Variável dos Dirigentes durante o exercício de 2024, correspondendo aos montantes efetivamente liquidados em folha de pagamento, inclusive com parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito de programas aprovados em exercícios anteriores.	
Total da remuneração	435.012,66	5.758.391,56	216.498,99	6.409.903,21

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,99	4,00	5,00	15,99
Nº de membros remunerados	5,99	4,00	3,00	12,99
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	385.789,71	2.399.092,03	193.352,85	2.978.234,59
Benefícios direto e indireto	0,00	363.336,44	0,00	363.336,44
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	272.828,70	0,00	272.828,70
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica “Outros” inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica “Outros” inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica “Outros” inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.148.465,95	0,00	2.148.465,95
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultados reflete os valores previstos/registrados a título de Remuneração Variável dos Dirigentes no exercício, incluindo parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito de programas aprovados em exercícios anteriores. No exercício/2024, a Companhia registrou despesa com Remuneração Variável de Dirigentes (RVD) em montante equivalente a R\$2.302 milhões que representa o compromisso financeiro assumido consoante aos programas de remuneração variável aprovados pelo Conselho de Administração.	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultados reflete os valores previstos/registrados a título de Remuneração Variável dos Dirigentes no exercício, incluindo parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito de programas aprovados em exercícios anteriores. No exercício/2024, a Companhia registrou despesa com Remuneração Variável de Dirigentes (RVD) em montante equivalente a R\$2.302 milhões que representa o compromisso financeiro assumido consoante aos programas de remuneração variável aprovados pelo Conselho de Administração. .	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultados reflete os valores previstos/registrados a título de Remuneração Variável dos Dirigentes no exercício, incluindo parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito de programas aprovados em exercícios anteriores. No exercício/2024, a Companhia registrou despesa com Remuneração Variável de Dirigentes (RVD) em montante equivalente a R\$2.302 milhões que representa o compromisso financeiro assumido consoante aos programas de remuneração variável aprovados pelo Conselho de Administração. .	
Total da remuneração	385.789,71	5.183.723,12	193.352,85	5.762.865,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	5,00	16,00
Nº de membros remunerados	5,38	4,00	3,00	12,38
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	267.271,77	2.256.094,21	183.013,54	2.706.379,52
Benefícios direto e indireto	0,00	379.659,13	0,00	379.659,13
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	234.448,06	0,00	234.448,06
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica "Outros" inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	A rubrica "Outros" inclui décimo terceiro e 1/3 férias.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.523.018,68	0,00	1.523.018,68
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, o número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente São fornecidos dados quantitativos sobre a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, segregada entre seus diferentes componentes fixos e variáveis. Os encargos sociais a cargo do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. A participação de resultado considera os valores pagos a título de Remuneração Variável dos Dirigentes durante o exercício de 2023. Portanto representam os montantes efetivamente liquidados em folha de pagamento, inclusive contemplando parcelas diferidas (adiadas) para pagamento futuro no âmbito dos programas de Remuneração Variável aprovados em exercícios anteriores. No exercício/2023, a companhia registrou despesa com Remuneração Variável de Dirigentes (RVD) em montante equivalente a 2.448 milhões, que representa o compromisso financeiro assumido consoante aos programas de remuneração variável aprovados pelo Conselho de Administração.			
Total da remuneração	267.271,77	4.393.220,08	183.013,54	4.843.505,39

8.3 Remuneração Variável

Previsão para o Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.		De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	819.862,77	0,00	819.862,77
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	784.990,92	0,00	784.990,92
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.229.794,16	0,00	1.229.794,16
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.459.588,32	0,00	2.459.588,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	2.354.972,77	0,00	2.354.972,77

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	5,32	16,32
Nº de membros remunerados	0,00	3,85	0,00	3,85
Esclarecimento	De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.		De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	635.190,37	0,00	635.190,37
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	635.066,04	0,00	635.066,04
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	608.339,84	0,00	608.339,84
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	952.785,56	0,00	952.785,56
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.905.198,11	0,00	1.905.198,11
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.905.198,11	0,00	1.905.198,11
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.825.019,53	0,00	1.825.019,53

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,99	4,00	5,00	15,99
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00

Esclarecimento	De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.		De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.	
----------------	---	--	---	--

EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	475.087,08	0,00	475.087,08
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	475.087,08	0,00	475.087,08
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	463.894,39	0,00	463.894,39
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	864.982,46	0,00	864.982,46
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.729.964,92	0,00	1.729.964,92
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.729.964,92	0,00	1.729.964,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.684.571,56	0,00	1.684.571,56

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	5,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.		De acordo com a Política de Remuneração da Companhia, nos termos das informações prestadas no item 8.1 deste Formulário de Referência, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é composta 100% por remuneração fixa.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	307.616,35	0,00	307.616,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	307.616,35	0,00	307.616,35
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	294.966,36	0,00	294.966,36
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	63.9783,09	0,00	639.783,09
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.279.566,18	0,00	1.279.566,18
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.279.566,18	0,00	1.279.566,18
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.228.052,31	0,00	1.228.052,31

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou previsto para o exercício corrente.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou previsto para o exercício corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou previsto para o exercício corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações no último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou previsto para o exercício corrente.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou previsto para o exercício corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações e plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 ou previsto para o exercício corrente.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Informamos a seguir as participações acionárias de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal na Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia informa que no exercício social mencionado não há ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações detidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal que sejam de emissão de controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

Em 31/12/2025						
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total (% de participação no capital social)	
Emissor						
Companhia	Ações Ordinárias	0	17	6.504	6.521 (0,000217%)	

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência em vigor

Diretoria estatutária

No que tange à previdência oficial, INSS, aplica-se alíquota de 20% sobre (i) os honorários, (ii) a gratificação natalina, (iii) a parcela de 1/3 sobre os honorários proporcionais aos períodos de licença anual remunerada e (iv) a remuneração variável.

No que tange à previdência complementar, os dirigentes que têm vínculo com a CAIXA, ou seja, os que já eram empregados na controladora antes de assumirem o cargo estatutário na Companhia e que se encontram com contrato suspenso com a controladora, mantêm o vínculo com o Plano de Previdência Complementar patrocinado pela CAIXA junto à FUNCEF, com as mesmas condições previstas para os empregados da CAIXA.

Os dirigentes sem vínculo com a CAIXA não fazem jus à complementação do benefício da previdência oficial, não havendo pagamento de qualquer natureza em termos de previdência complementar.

O pagamento da previdência complementar, nas condições supra elencadas, é aprovado no âmbito da Remuneração Global dos Dirigentes (RGD) pela SEST/MGI e contempla o repasse, para a FUNCEF, de até 12% do teto da função de Superintendente Nacional, com desconto em folha de pagamento do dirigente conforme percentual indicado por ele, até o máximo de 12%.

A CAIXA, como patrocinadora do plano FUNCEF, aporta o mesmo percentual que é descontado do dirigente, com a finalidade de formação do fundo.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Sobre os honorários dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, incide contribuição previdenciária oficial de 20%.

Não existe contribuição para previdência complementar de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Plano de Previdência Complementar - FUNCEF

	Conselho Administração	de	Diretoria	Conselho Fiscal
Nº total de membros	0		4,00	0
Nº de membros remunerados	0		3,85	0
Nome do plano	Não aplicável		Plano de Previdência Complementar FUNCEF	Não aplicável
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-		0	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-		0	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-		R\$ 756.297,08	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-		R\$ 249.356,81	-
Possibilidade e condições para resgate antecipado	Não aplicável		Não aplicável	Não aplicável

Observação

Não há membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal com benefício de previdência complementar, pois este é restrito aos Diretores que tenham vínculo empregatício com a CAIXA e que se encontram com o contrato de trabalho suspenso com a controladora.

O nº total de membros informados corresponde ao nº total de Diretores, conforme apurado em 2025 e já informado neste Formulário de Referência.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	7,00	6,99	7,00	5,32	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,85	4,00	4,00	6,00	5,99	5,38	2,99	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.545.922,30	1.479.882,96	1.115.409,12	72.502,11	64.450,95	61.004,52	72.502,11	64.450,95	61.004,52
Valor da menor remuneraçãoReal	1.291.163,18	1.212.959,45	1.075.070,02	72.502,11	64.450,95	59.977,55	71.494,77	64.450,95	61.004,51
Valor médio da remuneraçãoReal	1.495.686,12	1.295.930,78	1.098.305,02	72.502,11	64.405,63	49.721,81	72.407,69	64.450,95	61.004,51

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual da Diretoria, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro da diretoria que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses. Na soma da Remuneração anual individual foram consideradas as rubricas de honorários, gratificação natalina, RVD e 1/3 de honorários proporcionais aos dias de licença remunerada anual.	
31/12/2024	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual da Diretoria, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro da diretoria que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses. Na soma da Remuneração anual individual foram consideradas as rubricas de honorários, gratificação natalina, RVD e 1/3 de honorários proporcionais aos dias de licença remunerada anual.	
31/12/2023	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual da Diretoria, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro da diretoria que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses. Na soma da Remuneração anual individual foram consideradas as rubricas de honorários, gratificação natalina, RVD e 1/3 de honorários proporcionais aos dias de licença remunerada anual.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro do Conselho de Administração que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses.	
31/12/2024	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro do Conselho de Administração que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses.	
31/12/2023	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro do Conselho de Administração que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro do Conselho Fiscal que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses.	
31/12/2024	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro do Conselho Fiscal que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses.	
31/12/2023	Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal, a apuração foi efetuada com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro do Conselho Fiscal que recebeu a maior remuneração anual individual exerceu suas funções na entidade por 12 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Entretanto, existe a possibilidade de percepção de *Remuneração Compensatória* no período de interdição, uma vez atendidos os requisitos previstos na Lei 12.813 de 16 de maio de 2013, e desde que obtida autorização da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR). Trata-se de remuneração equivalente ao honorário do cargo até então ocupado, pago por até 06 meses, contado da data da exoneração. A matéria é disciplinada no Decreto 4.187, de 8 de abril de 2002.

Ressalte-se que os custos oriundos do pagamento da remuneração compensatória são suportados pela Companhia, mediante ressarcimento à controladora CAIXA, da mesma forma que as demais parcelas remuneratórias descritas neste Formulário de Referência. Até o presente momento não houve pagamento de asseguramento para nenhum dirigente da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Todos os administradores da Companhia são Partes Relacionadas da controladora CAIXA, portanto, para o cálculo desse valor foram considerados todos os membros do Conselho de Administração:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício a ser encerrado em 31/12/2026	100%	100%	100%
Exercício encerrado em 31/12/2025	100%	100%	100%
Exercício encerrado em 31/12/2024	100%	100%	100%
Exercício encerrado em 31/12/2023	100%	100%	100%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, não foram realizados pagamentos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam. A Companhia também não possui uma previsão de pagamento para o exercício social corrente (2026).

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Um dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, que também é membro do Conselho Fiscal da Caixa Corretora, possui remuneração suportada pela referida subsidiária integral, conforme exposto no item 8.1.d deste Formulário de Referência. Os valores referentes às remunerações do membro nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, e o previsto para o exercício social corrente (2026), encontram-se abaixo descritos:

Previsão para o exercício social corrente (31/12/2026) – Remuneração recebida por um membro do Conselho Fiscal da Companhia, a qual é suportada pela respectiva subsidiária integral, em função do exercício do cargo na Companhia				
(R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor (Caixa Corretora)	0	0	78.567,96	78.567,96
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2025 – Remuneração recebida por um membro do Conselho Fiscal da Companhia, a qual é suportada pela respectiva sociedade investida, em função do exercício do cargo na Companhia				
(R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor (Caixa Corretora)	0	0	73.652,76	73.652,76
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2024 – Remuneração recebida por um membro do Conselho Fiscal da Companhia, a qual é suportada pela respectiva sociedade investida, em função do exercício do cargo na Companhia				
(R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor (Caixa Corretora)	0	0	65.473,83	65.473,83
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2023 – Remuneração recebida por um membro do Conselho Fiscal da Companhia, a qual é suportada pela respectiva sociedade investida, em função do exercício do cargo na Companhia				
(R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor (Caixa Corretora)	0	0	57.722,13	57.722,13
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Os membros da Diretoria Executiva da Caixa Holding, subsidiária integral da Companhia, são também dirigentes da Companhia e remunerados, exclusivamente, pela Companhia, sem qualquer remuneração adicional pelo acúmulo do cargo.

A previdência complementar não foi considerada como benefício pós emprego neste Formulário de Referência tendo em vista que a Companhia se restringe a ressarcir à CAIXA os valores transmitidos por ela à entidade FUNCEF, exclusivamente para os casos dos dirigentes que forem, concomitantemente, empregados CAIXA, e que se encontram com Contrato de Trabalho suspenso com a controladora em função do exercício de cargo estatutário.

A Companhia não é patrocinadora de planos de previdência complementar. Os valores informados a título de previdência complementar referem-se à contribuição da CAIXA como patrocinadora da FUNCEF, com ressarcimento pela Companhia, da mesma forma que as demais parcelas remuneratórias descritas neste Formulário de Referência.

Outras informações relevantes em relação ao item 8.3 deste Formulário de Referência

A Companhia apresenta a seguir complementações aos quadros do item 8.3 deste Formulário de Referência que entende relevantes para a precisa e completa compreensão do componente da remuneração variável da Diretoria apresentada nos campos da "Participação nos Resultados" – RVD Base.

Neste sentido, a Companhia esclarece que, os cálculos dos valores mínimos, máximos e efetivamente pago dos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e no previsto para o exercício social corrente (2026), foi considerado o real número de dias exercidos no ano por cada Diretor.

Para os valores mínimos previstos no plano de remuneração relacionados à "Participação nos resultados – RVD Base" dos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e no previsto para o exercício social corrente (2026), considerou-se 50,00% do atingimento das metas por todos os Diretores. Já para os valores máximos, considerou-se 100,00% do atingimento das metas por todos os Diretores.

Por fim, para os cálculos dos valores de "Participação nos resultados", consideraram-se os montantes de despesas incorridas pela Companhia para implementação do Programa de RVD nos exercícios de referência no âmbito da Remuneração Global dos Dirigentes (RGD) de cada período remuneratório.

ANEXO V

INFORMAÇÕES SOBRE O CANDIDATO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ITENS 7.3 A 7.6 DO ANEXO C DA RCVN 80)

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome LUIZ FRANCISCO
MONTEIRO DE BARROS
NETO

CPF: 703.347.227-72

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economiário

Data de Nascimento: 08/10/1963

Experiência Profissional:

Luiz Francisco é graduado em Direito e possui pós-graduação em Marketing. Empregado da CAIXA desde 1989, ocupou posições estratégicas como Vice-Presidente de Segmentos de Clientes e Distribuição e Diretor de Serviços Financeiros. Atualmente exerce o cargo de Diretor Executivo de Produtos de Varejo. Acumulou ampla experiência no setor financeiro, tendo sido Presidente do Banco Pan e do Omni Banco, e Diretor da Sul América Capitalização e do Banco Nossa Caixa. No setor público, atuou como Subsecretário de Governança das Estatais e Assessor na Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda. Presidiu o Conselho de Administração da DATAPREV e integrou os Conselhos da Caixa Seguridade, Caixa Capitalização e Nossa Caixa Administradora de Cartões de Crédito. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da Caixa Pré-Pagos. Luiz Francisco declarou para todos os fins e efeitos de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o BACEN ou a SUSEP e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luiz Francisco é considerado Pessoa Exposta Politicamente nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/01/2026	AGO a ser realizada em 2027.	Conselho de Administração (Efetivo)		22/01/2026	Sim	22/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

(1) As informações acima consideram a ratificação da eleição do membro do Conselho de Adminitração acima na Assembleia Geral Ordinária em 2026 pelos srs. acionistas.

7.4 Composição dos comitês

O membro do Conselho da Administração apresentado no item 7.3 acima não é parte dos comitês da Companhia.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º (segundo) grau entre (a) administradores da Companhia; (b) administradores da Companhia e administradores de suas controladas diretas ou indiretas; (c) administradores da Companhia e seus controladores diretos ou indiretos; e (d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO	703.347.227-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04		
Diretor Executivo de Varejo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO	703.347.227-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04		
Consultor de Dirigente			
Diretor Executivo de Varejo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Até junho de 2024
Consultor de Dirigente
A partir de junho de 2024
Diretor Executivo de Varejo

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO	703.347.227-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04		
Consultor de Dirigente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A partir de julho de 2023.

ANEXO A - Modelos de Procuração

A. PESSOA JURÍDICA

Por este instrumento de procuração, [Razão Social], [identificação da Pessoa Jurídica], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº [nn.nnn.nnn/nnnn-nn], com sede na(o) [endereço completo], [cidade], [estado], neste ato representada por seu [cargo na instituição], [nome do representante], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [nnn], [órgão expedidor/UF] e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“**CPF/MF**”) sob o nº [nnn.nnn.nnn-nn], residente na(o) [endereço completo], (“**Outorgante**”), nomeia o(s) Sr(s). [nome do procurador], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [nnn], [órgão expedidor/UF] e inscrito no CPF/MF sob o nº [nnn.nnn.nnn-nn], domiciliado na(o) [endereço completo], seu procurador, ao qual confere poderes para representá-lo, na qualidade de acionista da Caixa Seguridade Participações S.A. (“**Companhia**”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a qual será realizada no dia 28 de abril de 2026, às 14h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022, e tida como realizada, para os fins legais, na sede social da Companhia, localizada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 17º andar, Asa Norte, CEP: 70701-050, cidade de Brasília, Distrito Federal, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto a seguir.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas a seguir. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato terá prazo de validade pelo período de (xxx), contado da data de assinatura abaixo.

[Cidade], __ de _____ de 20__.

[nome do representante do acionista]

[se digital, inserir a assinatura com o certificado ICP-Brasil]

ORIENTAÇÃO DE VOTO:

B. PESSOA FÍSICA

Por este instrumento de procuração, [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [nnn], [órgão expedidor/UF] e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“**CPF/MF**”) sob o nº [nnn.nnn.nnn-nn], residente na(o) [endereço], (“**Outorgante**”), nomeia o(s) Sr(s). [nome do procurador], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [nnn], [órgão expedidor/UF] e inscrito no CPF/MF sob o nº [nnn.nnn.nnn-nn], domiciliado na(o) [endereço completo], seu procurador, ao qual confere poderes para representá-lo, na qualidade de acionista da Caixa Seguridade Participações S.A. (“**Companhia**”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a qual será realizada no dia 28 de abril de 2026, às 14h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022, e tida como realizada, para os fins legais, na sede social da Companhia, localizada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 17º andar, Asa Norte, CEP: 70701-050, cidade de Brasília, Distrito Federal, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto a seguir.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas a seguir. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato terá prazo de validade pelo período de (xxx), contado da data de assinatura abaixo.

[Cidade], __ de _____ de 20__.

[nome do acionista]

[se digital, inserir a assinatura com o certificado ICP-Brasil]

ORIENTAÇÃO DE VOTO: